

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
20 de Agosto de 1992
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 974
Director:
Carlos Brito

PCP lança repto a Cavaco

Antes do discurso do Pontal



Nota
da Comissão
Política

Pág. 3

12 páginas de novidades sobre

na festa!

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO



Budapeste mostruário de ilusão capitalista

— Artigo de Miguel Urbano
Rodrigues

Págs. 14 e 15

Os últimos dias do «Green Man»

— Manoel de Lencastre
em Londres

Pág. 13

A reprovação do Governo

— Artigo de Edgar Correia

Pág. 12



ELEIÇÕES NOS AÇORES

Pág. 6

RESUMO

13
Quarta-feira

Um despacho do ministro-adjunto Marques Mendes concede, «sem limitações e a preços razoáveis», o acesso das televisões privadas aos arquivos da RTP ■ Funcionários judiciais e PSP procedem à apreensão de bens na residência de Pedro Caldeira, onde apenas encontram colchões ■ Santana Lopes assume as «condições de segurança» da pala do estádio de Alvalade, pondo fim à sua interdição e concedendo 20 mil contos para reforçar as vigas ■ O Presidente Mário Soares decide enviar ao Tribunal Constitucional a Lei da Greve, aprovada pela maioria cavaquista da Assembleia da República ■ Ieltsin promove e aumenta os salários dos juizes do Tribunal Constitucional encarregados de julgar a «legalidade» do PCUS ■ O presidente dos EUA anuncia em Washington a conclusão de um acordo entre os Estados Unidos, o Canadá e o México para a criação de uma zona de comércio livre.

14
Quinta-feira

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova, sem votos contra e três abstenções, (da China Índia e Zimbábue), a intervenção militar na Bósnia-Herzegovina, para «proteger» a ajuda humanitária ■ O presidente Bush anuncia a transferência próxima de James Baker, secretário de Estado, para o lugar de chefe de gabinete e seu principal conselheiro para as eleições presidenciais ■ O Conselho de Ministros aprova as condições da privatização dos capitais de várias empresas, com destaque para o sector de seguros ■ Dois reclusos suicidam-se na prisão de Santa Cruz do Bispo, nos arredores do Porto ■ O Conselho da Feira é fortemente afectado por um incêndio que lavra em vastas áreas de pinhal.

15
Sexta-feira

A NATO recusa na ameaça de intervenção militar na Sérvia, enquanto os seus peritos militares estimam em 100 mil homens os efectivos a empenhar nas operações de «protecção à ajuda humanitária» ■ O Congresso Nacional Africano, ANC, acusa as forças policiais de cumplicidade na chacina praticada por militantes zulus num bairro de Joanesburgo ■ O Governo do Vietname condena a decisão da Rádio Moscovo em dar tempo de antena a uma emissora anticomunista da oposição vietnamita.

16
Sábado

Roland Dumas, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, insurge-se contra os países da NATO que não mostram empenhamento em enviar tropas para a Jugoslávia ■ No Brasil, o apelo de Collor de Melo para que o povo se manifestasse em seu apoio redonda em fracasso. Em várias cidades do país, e sobretudo em Brasília, muitos milhares de pessoas exigem a destituição do presidente ■ O presidente Chissano, de Moçambique, anuncia a intenção de solicitar à ONU o envio para o seu país de uma equipa de peritos para acompanhar o processo de paz ■ Agrava-se na Abkhazia, uma

república autónoma da Geórgia, o risco de guerra civil, após a intervenção das tropas georgianas enviadas por Chevarnadze.

17
Domingo

300 mil pessoas, segundo algumas estimativas, desfilam em Brasília, vestidas de negro e agitando bandeiras vermelhas, contra a manutenção de Collor de Melo na Presidência ■ Em Belgrado denuncia-se a intenção de ser desencadeado um verdadeiro «ajuste final de contas» com a Jugoslávia, a pretexto de as forças da ONU protegerem «ajuda humanitária» à Bósnia-Herzegovina ■ Nos Estados Unidos, a imprensa anuncia que a administração Bush pretende servir-se de um ataque ao Iraque como pretexto para levar Bush a ganhar as eleições ■ O reitor da Universidade de Lisboa, Meira Soares, critica a posição dos seus pares das outras universidades que aceitaram o aumento de apenas 5 por cento avançado pelo Governo para o Ensino Superior no próximo ano.

18
Segunda-feira

O presidente americano vai a Houston à abertura da convenção republicana, por entre as críticas dos que o acusam de usar os conflitos externos para salvar a sua eleição ■ Os peritos da ONU que participaram na missão de inspecção no Iraque dão por findo os seus trabalhos, revelando que não tiveram obstruções por parte das autoridades iraquianas ■ Decorre em Maputo o julgamento dos acusados de participação num golpe para derrubar o governo. O general Mabote nega ao tribunal estar envolvido no grupo golpista ■ Trabalhadores do complexo petroquímico de Sines cumprem greve de 24 horas, lutando por uma nova estrutura remuneratória.

19
Terça-feira

Como forma de enfrentar a previsível descida das taxas de juro, os bancos recusam-se a receber depósitos a prazo superiores a um ano ■ Prossegue, em Houston, no Texas, a Convenção do Partido Republicano. Bush, que interveio num comício, perto do astródromo, promete recuperar eleitores para um novo mandato. As sondagens dão-no com 17 pontos atrás de Bill Clinton, o candidato do Partido Democrático às eleições presidenciais de 3 de Novembro nos EUA ■ O PCP reúne a sua Comissão Política. Em conferência de imprensa, Vítor Dias lança um repeto ao Primeiro-Ministro para que assumira o facto de a economia portuguesa continuar «extremamente frágil e vulnerável». Após 12 anos de PSD no Governo, a política de Cavaco Silva segue «uma triste imitação das mais clássicas e socialmente devastadoras receitas do FMI» ■ A possibilidade de interdição da bancada coberta do Estádio de Alvalade é admitida publicamente pelo secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, mas a decisão parece passar pela subsecretária de Estado, Maria José Nogueira Pinto, que entretanto recuou no seu pedido de demissão ■ Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, anunciou que vai encabeçar pessoalmente uma marcha «contra a corrupção e pela legalidade», na próxima segunda-feira.

A luta

A

tradição popular atribuída aos primeiros dias de Agosto a virtude de anteciparem como seriam os meses do ano seguinte.

O peso desta tradição dos prenúncios de Agosto parece manter-se a avaliar pela abundância dos prognósticos, sob a forma de preparativos para a «rentrée», que vêm a público, por esta altura, sobre o futuro próximo do País. Só que este ano, significativamente, todas as previsões revestem um acentuado carácter negativo.

A coincidência com que se manifestam, dos mais variados quadrantes, estas sombrias perspectivas sobre o evoluir do País traduz, naturalmente, tanto o desencanto e o descontentamento provocados pela política governamental de Cavaco Silva, que se revela incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, como as incertezas e receios motivados por uma situação internacional onde se acumulam os factores de crise económica e política e em que a hegemonia dos Estados Unidos, que se seguiu à queda e desmembramento da URSS, favorece as situações de ingerência, dominação, conflito e agressão do imperialismo contra os pequenos países.

No plano nacional, avultam os testemunhos de que a recessão se instala e tenderá a agravar-se ao longo do próximo ano, como foi referido há uma semana atrás, neste mesmo local.

Dias depois, o jornal de Belmiro de Azevedo incluía uma manchete de primeira página onde vaticinava sobre o horizonte próximo da economia portuguesa: «menos crescimento, menos consumo, menores salários, mais desemprego, menos exportações e mais falências».

A recente decisão do Banco de Portugal, depois de áspera polémica entre o ministro das Finanças e o seu Governador, de liberalizar integralmente a entrada de capitais estrangeiros no País, vem confirmar as piores previsões sobre a evolução da nossa economia.

Como salientou a Comissão Política do PCP na Conferência de Imprensa conduzida por Vítor Dias, é «uma fuga para a frente» que «põe também em evidência a falência da política económica de Cavaco Silva e a autodenominada «democracia de sucesso»».

Nas perspectivas pessimistas que avassalam o País e que afloram no comentário político pesam, além do negativo evoluir da situação económica e social, muitos mais motivos de insegurança, decepção e indignação como, entre outros, os que se manifestaram recentemente: a decisão prepotente dos dois principais partidos parlamentares - PSD e PS - de adaptarem a Constituição ao Tratado de Maastricht sem esclarecimento ao País e recusando conhecer a vontade do povo; o flagelo dos fogos florestais que continuam a fazer vítimas e a testemunhar a ausência de meios e

de uma política séria para lhes fazer frente; a vaga de corrupção que alastra nas mais altas esferas do Estado e do *jet-set* cavaquista e que o episódio da fuga de Pedro Caldeira veio estrondosamente colocar na ordem do dia; a ausência de uma política desportiva, há muito denunciada pelo PCP e agora evidenciada pelos humilhantes resultados nos Jogos Olímpicos; a fácil admissão do envolvimento do País no conflito jugoslavo, no quadro de uma operação de que ninguém conhece os objectivos e de que ninguém quer assumir as responsabilidades.

O mal-estar nacional e as previsões pessimistas sobre o futuro imediato do País têm pois plena razão de ser. Compreendem, contudo, duas atitudes distintas:

- uma, constitui um alerta à navegação para esta se preparar para resistir à tempestade;

O que é importante agora é desmascarar implacavelmente a responsabilidade do Governo na desastrosa situação económica do País e nas ruinosas condições sociais que ameaçam a grande maioria dos portugueses

- a outra, usa a previsão da «crise» e das suas «duras consequências sociais» para preparar os espíritos para a «fatalidade dos sacrifícios que a situação vai exigir de todos nós», que é a conhecida fórmula de descarregar sobre os trabalhadores e as classes e camadas de menores rendimentos as principais consequências da crise, os custos do fracasso da política governamental e dos desvarios das suas clientelas e beneficiários.

Os pregadores oportunistas da resignação já aí estão a advogar que o que é importante agora é um novo acordo de concertação social, com o que querem desculpar o Governo e atar de pés e mãos a luta popular.

Mas o que é importante agora, ao contrário do que dizem, é desmascarar implacavelmente a responsabilidade do Governo na desastrosa situação económica do País e nas ruinosas condições sociais que ameaçam a grande maioria dos portugueses.

O que é importante agora é a luta colectiva e firme contra a contenção salarial, os despedimentos, o desemprego, a insegurança e a precariedade do trabalho, contra as reestruturações que visem despedimentos colectivos na função pública ou novos quadros

de excedentes ou disponíveis.

O que é importante agora é lutar contra a degradação das dotações orçamentais para a saúde, a habitação, o ensino, a segurança social, a justiça, que é o que o Governo e o Governador do Banco de Portugal e outros apanguidos cavaquistas querem dizer quando falam de acentuar o rigor orçamental.

O que é importante agora é intensificar a campanha de esclarecimento e luta pelo «Não a Maastricht», pois, a eventual ratificação do Tratado da União Europeia significará o agravamento das políticas que conduziram à actual situação de crise a economia portuguesa.

O que é importante agora é responder aos que pretendem instalar o espírito de resignação, de capitulação e acomodação aos interesses do Governo e do grande capital, preparando, para a chamada *rentrée*, combati-vas jornadas de luta que contrariem os propósitos do Governo para sair das dificuldades através da imposição de novos sacrifícios ao nosso povo e que coloquem perante o País a necessidade de mudar de política.

E também imperioso manter na ordem do dia a luta contra as alterações à lei da greve.

A decisão do Presidente da República de não promulgar as alterações que lhe foram enviadas pelo Presidente da Assembleia da República e de as submeter previamente à fiscalização do Tribunal Constitucional é um dos factos positivos do presente momento político.

Abundam, como é sabido, razões de peso para esta decisão presidencial. Desde logo o facto de várias das disposições não terem sido votadas na especialidade, o que fere o diploma de inconstitucionalidade formal.

O Presidente da República não ficou, porém, por aqui: chamou a atenção para as novas exigências que o texto pretende estabelecer em relação ao pré-aviso e à definição dos serviços mínimos, cuja inconstitucionalidade foi fundamentadamente demonstrada por reputados constitucionalistas.

Além destas razões jurídicas, prevalece a questão política essencial posta em evidência pelo movimento dos trabalhadores, em especial pela CGTP, de que nada justifica qualquer alteração à lei da greve a não ser uma ofensiva reaccionária contra os direitos dos trabalhadores, que é, no final de contas, uma ofensiva contra a própria democracia.

As razões do poderoso e combativo movimento que fez recuar o PSD e o grande capital no passado mês de Julho têm que ser reerguidas e trazidas para a actualidade política, para que a luta possa ser retomada com o vigor correspondente à importância do direito à greve no quadro dos direitos dos trabalhadores e no significado que reveste no regime democrático-constitucional do nosso país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

PCP lança repto ao Primeiro-Ministro

Na sua reunião de 17 de Agosto, a Comissão Política do Comité Central do PCP analisou aspectos fundamentais da situação política, económica e social do País entre os quais é adequado destacar, como traço característico da conjuntura actual, as múltiplas e generalizadas referências, constatações e previsões sobre a aproximação de um período de recessão económica, sobre as patentes e graves dificuldades que afectam variados sectores produtivos, sobre os projectos governamentais de drásticas restrições orçamentais em domínios essenciais à satisfação das necessidades básicas da população, sobre a deliberada orientação do governo do PSD de fazer recair a factura sobre os níveis salariais, a estabilidade e segurança no emprego, os direitos e regalias dos trabalhadores.

1. Repto ao Primeiro-Ministro

Confirmando análises, críticas e prevenções de há muito feitas pelo PCP (e destroçando em parte considerável as longas e persistentes mistificações da propaganda governamental,) assiste-se agora a um amplo reconhecimento da persistência e agravamento de problemas de fundo da economia e da sociedade portuguesa, dos gravíssimos riscos e ameaças que sobre elas pesam, das pesadas consequências e reflexos no plano social que a política e as opções governamentais representam.

Face à gravidade da situação, face às sombrias perspectivas de evolução no plano económico e social desenhadas por força da orientação e da política governamentais e face às legítimas inquietações e consistentes preocupações dos cidadãos, o PCP considera adequado lançar um repto ao Primeiro-Ministro.

Um repto para que, contra o que é seu hábito e tradição, não perca tempo a inventar para o seu discurso no próximo sábado, no Pontal, "factos políticos" artificiais, alegadas conquistas da "iniciativa política" ou afirmações voluntaristas de fingido "optimismo" e "confiança".

Um repto para que, ao menos por uma vez, desça do Portugal de ficção que inventou para protecção e impunidade da sua política para as duras realidades e os prementes problemas nacionais que atestam o fracasso da sua política, as responsabilidades do seu governo, o incumprimento das suas promessas, a falsidade da sua propaganda.

Um repto:

- para que assuma que, após doze anos de permanência do PSD no Governo, após quase sete anos no cargo de Primeiro-Ministro, após mais de 700 milhões de contos recebidos da CEE, após centenas de discursos sobre a reestruturação e "modernização" do aparelho produtivo, a economia portuguesa continua extraordinariamente frágil e vulnerável, impreparada para o Mercado Único, com importantes sectores em crise e muitos outros à beira da ruína e da liquidação;

- para que assuma que a sua política se concentrou na restauração do domínio do grande capital através do furioso e imoral saque das empresas públicas, favoreceu a especulação financeira sacrificando a actividade produtiva, engordou clientelas, estimulou uma atmosfera e práticas de venalidade, corrupção e rápido enriquecimento a qualquer preço, favoreceu uma enorme penetração do capital estrangeiro, mas não criou as bases sólidas e duradouras para um real processo de desenvolvimento económico e social correspondente às necessidades do País e às aspirações do seu povo;

- para que assuma que, apesar de inúmeras juras que fez de que, consigo em Primeiro-Ministro, Portugal não voltaria a sofrer a política do FMI, a verdade é que a política que o seu Governo propõe aplicar, tirando a desvalorização do escudo, é uma triste imitação das mais clássicas e socialmente devastadoras receitas do FMI;

- para que assuma que, de acordo com os interesses, as concepções e o projecto de sociedade que defende, se propõe descarregar sobre os trabalhadores e a população laboriosa o preço do fracasso da sua política, agravando as injustiças e desigualdades sociais, reduzindo o poder de compra dos salários, aumentando os despedimentos, o desemprego, a insegurança e a precariedade no trabalho, encarecendo e degradando os serviços sociais, tornando mais difícil e mais amarga a vida da maioria dos cidadãos.

Ao contrário dos que falam da "crise" e da "recessão" como se estas tivessem caído do céu aos trambolhões, o PCP sublinha que uma e outra têm causas e têm responsáveis.

Ao contrário dos que falam da "crise" e da "recessão" mas que apresentam os seus reflexos sociais como necessários ou inevitáveis e procuram gerar atitudes individuais e colectivas de acomodação, fatalismo e resignação, o PCP salienta que as gravíssimas medidas contra os interesses dos trabalhadores e de outras camadas da população em que o Governo está empenhado não são inevitáveis e que podem ser contidas e derrotadas pelo desenvolvimento e intensificação do protesto, da resistência e da luta popular.

2. Liberalização de capitais - a «fuga para a frente»

A Comissão Política do PCP considera que a liberalização integral das entradas de capitais ontem anunciada por Miguel Beza, no seguimento das pressões governamentais, pondo a nu a pseudo-independência do Banco de Portugal, é uma medida de "fuga para a frente" que comporta elevados riscos.

Esta medida verifica-se depois de ser evidente a asfixia financeira de muitas empresas e sectores, após cerca de três anos de efectiva penalização da actividade produtiva, nomeadamente através das elevadas taxas de juro, quando são claros os efeitos negativos da precipitada entrada do escudo, no mercanismo cambial do Sistema Monetário Europeu e quando se acumulam os sinais negativos da evolução da frágil economia portuguesa.

A este propósito é oportuno recordar que, como o PCP sempre afirmou e ao contrário do que outros sugeriram, a entrada do escudo para o S.M.E. não teve como consequência a descida das taxas de juro.

É uma medida que põe também em evidência a falência da política económica de Cavaco Silva e a autodenominada "democracia de sucesso". Põe ainda a claro as consequências da política monetarista, da política de concentração e centralização de capitais e as teses sobre os efeitos positivos das altas taxas de juro «ao provocarem falências que limpam o tecido produtivo promovendo a selecção natural».

As actuais cotações do escudo, reflectem exclusivamente a manutenção de elevadas taxas de juro, pelo que só com a sua baixa é que o escudo se depreciará.

Por isso, o PCP há muito reclama a diminuição das taxas de juro activas (dos empréstimos), nomeadamente através da política financeira e da intervenção do Banco de Portugal. O PCP considera-a como absolutamente necessária para dinamizar a actividade produtiva, considera que a total liberalização do movimento de capitais, antecipando derrogações e compromissos que decorrem da adesão do escudo ao S.M.E., vai facilitar a entrada de dinheiro especulativo, as operações de lavagem de dinheiro e a especulação contra o escudo, obrigando o Banco de Portugal a intervir no mercado, isto é, a dispendir divisas para aguentar a sua cotação no intervalo de variação, ou injectando escudos no mercado para satisfazer a procura dos operadores estrangeiros, aumentando o descontrolo da liquidez (nos doze meses terminados em Março, a liquidez cresceu cerca de 20% sendo mais de metade do seu crescimento provocado pela entrada de divisas especulativas no país).

A medida agora anunciada pelo Banco de Portugal, que no imediato só facilitará o acesso ao crédito às grandes empresas, nomeadamente as exportadoras, aumenta também o risco de se verificarem pressões inflacionistas, numa altura em que a meta dos oito por cento, propagandeada pelo governo já está ultrapassada e só vai determinar uma baixa das taxas de juro através da concorrência do crédito externo, quando muitas empresas já se encontram numa situação de pré-falência.

3. Extinção desmembramento do LNETI - o desvario privatizador

A Comissão Política do PCP considera que o desmembramento do LNETI, o mais importante dos laboratórios nacionais de investigação científica e tecnológica, com a privatização de algumas das suas mais importantes áreas de actividade e a extinção de outras, constitui uma grave e nefasta decisão do Governo que acarreta significativos prejuízos para o país.

Essa decisão põe em causa o desenvolvimento das actividades de I,D&D (Investigação, Desenvolvimento e Demonstração) em que o LNETI vinha assumindo um destacado papel e alcançando importantes resultados, ao mesmo tempo que lança por terra o Programa Estratégico que o próprio laboratório havia elaborado para o quadriénio 1992/96. Ela envolve, além disso, a transferência de um valioso património do sector público para o sector privado visando o ilegítimo favorecimento do grande patronato e das clientelas do PSD.

E viola gravemente os direitos dos cerca de 1200 trabalhadores do LNETI à maioria dos quais o Governo pretende impor, ou a transferência para as chamadas "entidades receptoras" dos serviços, unidades ou bens patrimoniais (isto se elas quiserem "receber" os trabalhadores) ou a pura e simples integração no quadro de efectivos interdepartamentais da função pública, que dado o tipo de especialização profissional dos investigadores e restantes trabalhadores do LNETI significará para muitos o caminho do desemprego.

São ainda de criticar as condições particularmente escandalosas em que teve lugar esta decisão do Governo PSD.

Em primeiro lugar o desmembramento do LNETI e a privatização das suas principais actividades sucedem-se ao estrangulamento financeiro deste importante laboratório público de investigação levado à prática pelo Governo nos últimos anos, bem como o bloqueamento de medidas visando o seu aperfeiçoamento estrutural.

Em segundo lugar, é escandaloso o facto da decisão do Governo não ter sido antecedida de qualquer audição ou debate com os próprios quadros do LNETI - desde as mais de três centenas de investigadores (metade dos quais detentores de mestrados e doutoramentos), aos técnicos e a todos os restantes trabalhadores.

Não pode passar sem vivo reparo o facto do Ministério da Indústria e da Energia ter esperado que a maioria dos trabalhadores entrasse de férias para precipitar a aprovação no início de Agosto do desmembramento e privatização do LNETI. E é igualmente esclarecedor o simulacro de consulta feita às organizações representativas dos trabalhadores do LNETI, a quem foi dado apenas um dia útil para poderem manifestar a sua apreciação sobre os diplomas levados à aprovação do Conselho de Ministros.

A Comissão Política do PCP, ao mesmo tempo que manifesta a sua discordância com as decisões do Governo e que sublinha as ilegalidades patentes neste processo de desmembramento e privatização do LNETI, manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores atingidos e aponta a necessidade, pela luta e pela acção junto das instituições, de fazer recuar os propósitos do Governo.

A Comissão Política do PCP reafirma a urgência e a indispensabilidade da suspensão do processo de privatizações com inteiro fundamento quer nos graves e profundos prejuízos para o interesse público e nacional que decorrem da criminosa e irresponsável delapidação de recursos, estruturas e empresas do Estado (a que não escapam nem laboratórios de investigação, nem empresas que já eram públicas antes do 25 de Abril, nem sectores estratégicos como as telecomunicações), quer na infundável crónica de casos de corrupção, favoritismo e ilegalidade que o tem rodeado.

4. Ex-Jugoslávia: «levar a guerra à guerra» não é solução

Registando que no últimos dias, a avaliar por declarações de importantes responsáveis de diversos Estados, parece estar mais afastada a concretização de projectos belicistas de intervenção militar externa no território da ex-Jugoslávia, a Comissão Política reafirma a clara oposição do PCP a uma tal intervenção e ao envolvimento político ou militar de Portugal no que constituiria uma aventura com riscos incalculáveis para a segurança nos Balcãs.

Uma intervenção como aquela que foi preconizada pelas grandes potências e por instâncias internacionais por elas comandadas e instrumentalizadas, além de ilegítima só serviria para atizar e agravar ainda mais o dramático conflito interno na Bósnia-Herzegovina e na Jugoslávia e avolumar os sofrimentos das populações que hoje são invocados como pretexto para justificar medidas de força.

Partilhando da compreensível inquietação, desgosto e amargura com que a opinião pública acompanha a tragédia subsequente à fomentada desagregação da Federação Jugoslava e à eclosão da violência interétnica naquele País e pronunciando-se favoravelmente quer ao reforço de todas as acções de carácter efectivamente humanitário, quer à intensificação de todos os esforços de mediação internacional isenta, o PCP reitera a sua profunda convicção de que só os esforços persistentes para encontrar uma solução política negociada para o conflito jugoslavo podem abrir caminho à pacificação daquela região.

5. Festa do "Avante!" - grande acontecimento cultural e político

No quadro mais amplo do exame da acção e tarefas do Partido, a Comissão Política do PCP apreciou o andamento dos trabalhos de preparação da Festa do "Avante!" que, nos dias 4, 5 e 6 de Setembro, se afirmará renovadamente como incomparável espaço de convívio, de solidariedade e fraternidade, como um singular encontro popular com a arte e a cultura, como um reforçado testemunho das raízes populares e nacionais do PCP e da determinação, espírito de luta e confiança dos comunistas portugueses.

Lisboa, 18 de Agosto de 1992
A Comissão Política do CC do PCP

TRABALHADORES

Lei da Greve CGTP pronuncia-se sobre o envio a Tribunal

Na sua posição sobre o envio do projecto de revisão da Lei da Greve para o Tribunal Constitucional, a CGTP-IN frisa novamente a «existência de inconstitucionalidades materiais» no diploma e «a violação de regras» de procedimento. Emitida no próprio dia do envio do projecto para o TC, a nota da Central reafirma que o gesto do Presidente da República «vem confirmar a apreciação feita pela CGTP-IN». Todos os partidos da oposição, exceptuando o CDS, consideraram por seu turno positiva a decisão do

Presidente da República de pedir a fiscalização preventiva da constitucionalidade das alterações à Lei da Greve. O mesmo aconteceu com a UGT.

A atitude de Mário Soares foi considerada «legítima» e «inteiramente justificada» pelo PCP, segundo o qual os trabalhadores portugueses e o movimento sindical têm condições para fazer prevalecer «um dos seus direitos fundamentais».

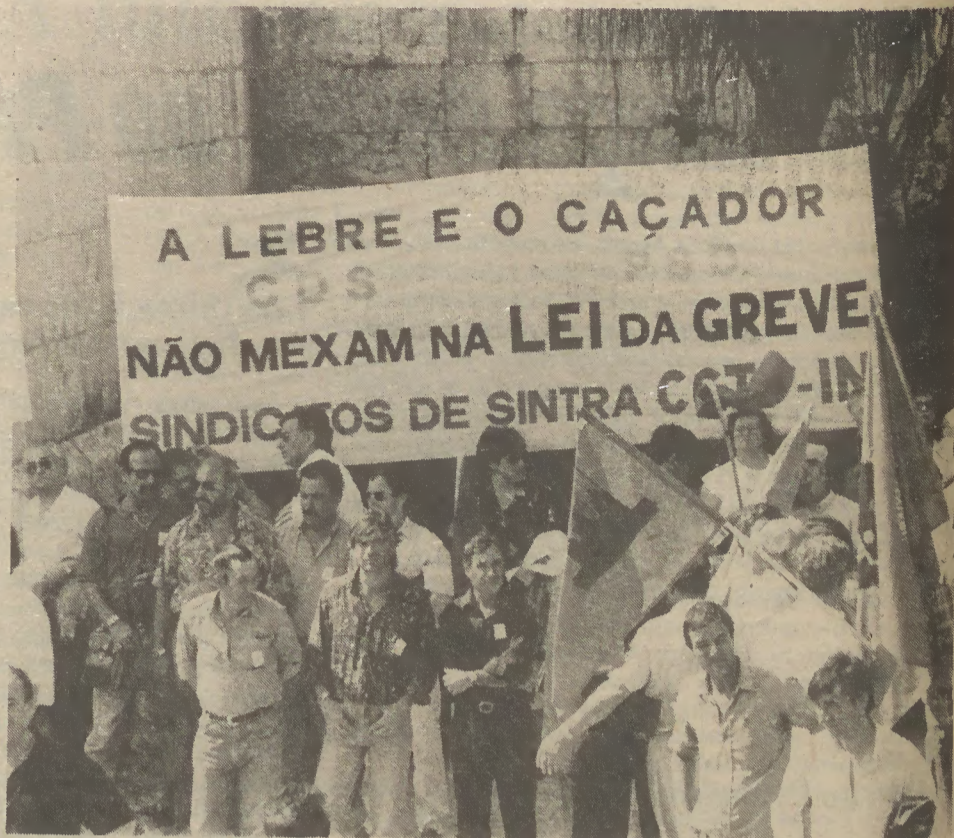
É o seguinte o teor da nota emitida em 12 do corrente pela CGTP-IN:

«A decisão de enviar para

o Tribunal Constitucional o projecto de revisão da Lei da Greve, hoje tomada pelo Presidente da República, vem confirmar a apreciação feita pela CGTP-IN acerca da existência de inconstitucionalidades materiais e violação de regras procedimentais na aprovação daquele projecto, com os votos dos grupos parlamentares do PSD e do CDS.

«Com efeito, a CGTP-IN sempre afirmou que há razões políticas e constitucionais para que as alterações à Lei da Greve não sejam promulgadas. Todas elas vão no sentido de piorar a Lei em vigor e deixar ainda mais desarmados os trabalhadores em matéria de defesa dos seus direitos.

«Para além disso, a maioria parlamentar do PSD não respeitou as regras constitucionais e regimentais que impõem a votação na especialidade dos projectos e



Numa das manifestações que começaram em Junho

propostas de lei objecto de apreciação.

«O alargamento dos prazos de pré-aviso de greve, caso a lei entrasse em vigor como pretendem os autores do projecto, viria retirar eficácia à greve e proporcionar ao patronato a organização de medidas antigreve, o que é manifestamente antidemocrático e anticonstitucional.

«Por sua vez, a definição dos serviços mínimos que o projecto de lei outorga ao

Governo, arredando dela os sindicatos e os trabalhadores, representaria uma ingerência administrativa e discricionária no exercício de um direito fundamental. Em termos gerais, mas particularmente quando se tratasse de greves na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado, o Governo faria lei em causa própria.

«Na opinião da CGTP-IN, há fundamentos muito fortes e sérios para que o projecto

de alteração da Lei da Greve seja considerado inconstitucional. Esperamos que o Tribunal Constitucional também assim o entenda.

«Pela parte da CGTP-IN, do movimento sindical e dos trabalhadores portugueses, a luta contra as alterações à actual Lei da Greve vai continuar, num contexto de reivindicações por melhorias salariais, de vida e de trabalho e pela garantia dos direitos laborais.»

Despedimentos no Sheraton

Infundados, desnecessários e ilegais

A intenção de despedimento colectivo no Lisboa Sheraton Hotel é «infundada», «desnecessária» e «ilegal», afirma a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal. A FESHOT especifica que a intenção é infundada pela «não demonstração dos argumentos invocados»; desnecessária «porque se justifica a manutenção da generalidade de todos os postos de trabalho num hotel deste nível»; e ilegal «porque os critérios de selecção dos 16 trabalhadores contrariam a lei».

A direcção sindical, que critica numerosos aspectos da gestão do hotel, depois de reunir com os 16 trabalhadores ameaçados de despedimento colectivo, transmitiu, em comunicado de 12 do corrente, a «rejeição frontal da intenção de despedimento colectivo e a disposição de lutar pela manutenção dos postos de trabalho». Foram eleitos dois delegados entre os 16 trabalhadores mencionados; decidiu-se efectuar uma reunião com os administradores em 21 do corrente e solicitar a intervenção da Inspeção-Geral do Trabalho. Na semana de 24 a 28 de Agosto, haverá, além de nova reunião com os trabalhadores visados, um plenário geral «visando a adopção de formas de luta sindical».

Carreiras dão greves

A reestruturação das carreiras e problemas afins continuaram por resolver em diversas áreas da Administração Pública. Os técnicos auxiliares sanitários, que iniciaram nova greve em 17 de Agosto, estão na disposição de prolongar o período de paralisação de 15 dias inicialmente anunciado, se o Governo não iniciar negociações credíveis. Manuela Pimenta, do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA), disse à Lusa que a greve só terminará quando todas as entidades envolvidas (Ministério da Saúde, direcções-gerais da Administração Pública e dos Recursos Humanos e Sindicato) «se sentarem à mesa» para negociar.

Também devido às carreiras, o feriado de 15 de Agosto foi mais um dia de greve nos organismos dependentes do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e do Instituto Português de Museus, tutelados pela Secretaria de Estado da Cultura.

LNETI reformulado e INIC extinto Protesto sindical

O Conselho de Ministros de quinta-feira passada aprovou a reformulação do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), que passa a ser um Instituto (INETI) dedicado a tarefas de investigação e desenvolvimento, para o que deverá, segundo o Governo, reforçar as suas ligações contratuais com as empresas, participar em sociedades de capital de risco e em «joint ventures» com empresas europeias, criar e desenvolver centros tecnológicos, escolas tecnológicas e institutos de novas tecnologias e bem assim participar no sis-

tema nacional de gestão da qualidade.

Isto diz em resumo o Governo. Para o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) a operação destina-se a entregar o LNETI a empresas privadas. Assim, o Governo «alheia-se da vertente do desenvolvimento da investigação científica, tecnológica e industrial que, nos termos constitucionais, compete ao Estado prosseguir», sublinha o Sindicato.

Por outro lado, o STFPSA acusa o Governo de tentar «aproveitar o mês de Agosto, em que um número consi-

derável de trabalhadores está de férias, para aplicar, uma vez mais, a política do facto consumado». Aos sindicatos foi dado apenas «um dia útil» para se pronunciarem sobre o caso. Depois de salientar que, assim, não se trata da audição das organizações representativas dos trabalhadores, mas de uma «farsa», o STFPSA acrescenta que a situação já foi contestada junto da Secretaria de Estado da Indústria, e serão promovidas «as necessárias acções

de mobilização dos trabalhadores e de esclarecimento da opinião pública».

Entretanto, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) era oficialmente extinto em 12 do corrente, com a promulgação do respectivo Decreto-Lei pelo Presidente da República. O INIC possuía 119 centros de investigação científica e era o organismo que coordenava e financiava a investigação universitária.

Sines parado

Os trabalhadores do Complexo Petroquímico de Sines anunciaram para hoje nova greve. Segundo a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (Fequifa/CGTP), os trabalhadores param, pela sétima vez este ano, para protestar contra os aumentos de 10,75 por cento «impostos pela empresa» em Março. Esta greve de 24 horas seguiu-se a uma outra, convocada pelo mesmo período, na segunda-feira, depois de terem fracassado, como disse à Lusa um dirigente da Fequifa, as reuniões com a Administração para tentar um acordo.

O Complexo (do grupo

Neste) emprega 1100 trabalhadores. De acordo com declarações de Armando Farias, da Fequifa, os sindicatos tentaram negociar uma nova «estrutura remuneratória» que pusesse termo às «diferenças de salários dos trabalhadores da Neste comparativamente a outras empresas do sector». O processo não teve êxito porque a outra parte, disse à Lusa aquele dirigente, «foi para as negociações de má-fé» e propôs medidas «discriminatórias para os trabalhadores».

As greves anteriores paralisaram totalmente o Complexo Petroquímico de Sines, recorda a Federação.

Edição especial de 80 páginas

Número 200

de «O Militante»

à venda nas bancas

Para assinalar a publicação do número 200 de «O Militante», estará à venda, no circuito comercial, uma edição especial com um conteúdo enriquecido e ampliado. A revista tem 80 páginas e inclui um caderno «Especial Congresso», onde é dada particular atenção às questões relacionadas com a preparação do 14º Congresso do PCP, marcado para 4, 5 e 6 de Dezembro próximo. Neste bloco pode ler-se uma mesa-redonda com Domingos Abrantes, Agostinho Lopes e Vítor Dias; a resolução do Comité Central sobre a preparação da reunião magna dos comunistas e o regulamento para o debate no Partido e eleição dos delegados.

A festa do «Avante!» é igualmente tratada com destaque numa separata que será distribuída juntamente com a revista.

Entre outros temas analisados neste número especial, é de realçar um artigo de José Ernesto Cartaxo sobre «Os trabalha-

tema foi arquivado, fazendo ainda algumas anotações sobre a situação actual naquele país.

Seis dias na Madeira

A compra de «O Militante» número 200 habilita o leitor a aliciantes prémios, bastando para isso preencher e enviar para a Redacção da revista o respectivo cupão, até 31 de Outubro de 1992.

O 1º prémio é constituído por uma viagem de seis dias à Madeira, para uma pessoa, entre 4 de Janeiro e 30 de Abril de 1993. O prémio inclui o bilhete de ida e volta Lisboa/Funchal, alojamento em hotel de três estrelas, com pequeno-almoço, e transporte de autocarro do aeroporto até ao hotel.

O 2º prémio oferece um fim-de-semana no Algarve, na Praia da Rocha, para



Produtores asfixiados pela crise no Douro

Ano após ano, o PCP denunciou os crimes cometidos contra o Douro, contra o vinho do Porto e contra os produtores, afirmando que a região atravessava uma grave crise, por todos negada, até agora...

«Acusámos os sucessivos Governos do PSD e de direita de não tomarem medidas adequadas para o Douro, mas agora assiste-se a uma estranha operação que procura distrair as atenções das reais causas desta crise e das responsabilidades políticas do Governo, ao mesmo tempo que se atenta contra a autonomia e o funcionamento democrático das organizações da lavoura, como é o caso da Casa do Douro», indica uma nota da Direcção da Organização de Vila Real do PCP.

Esta organização regional afirma que os verdadeiros responsáveis pela crise que o Douro vive e pelo estrangulamento dos produtores são «as casas exportadoras, as multinacionais e o Governo».

Numa análise aprofundada do problema, os comunistas de Vila Real apontam a existência de «garrotes no escoamento, nos preços e na atribuição do benefício».

No escoamento, o PCP critica o facto de não se saber «quando terminarão de facto as exportações a granel», nada se fazer para «impedir no comércio mundial a falsificação do vinho do Porto» e de o Governo não ter aproveitado as negociações do GATT no sentido de «pôr fim às ilegalidades (imitação, falsificação e adulteração), no uso em contrafacção da denominação de origem Porto».

Por outro lado, «a exportação está dominada por umas quantas casas exportadoras multinacionais que não promovem o vinho no mercado mundial e subordinam os interesses do Douro aos de outras regiões, países, produtos vínicos e alcoólicos (xerez e whiskies), onde também têm interesses».

A DORVIR considera ainda que «é no mínimo medíocre a ausência de uma política de divulgação e promoção do vinho quer no mercado nacional ou

internacional», quer por parte do Governo, quer do Instituto do Vinho do Porto e exportadores.

O PCP afirma que o saneamento do mercado, por parte da Casa do Douro, adegas cooperativas e comerciantes, «só será possível desde que se tenha um suficiente apoio financeiro do Estado», chamando a atenção para o facto de continuar a «não existir uma linha de crédito» e de «os juros permanecerem em valores exorbitantes».

Os preços

A nota da DORVIR continua referindo que, «após sucessivas quebras de preço, o Instituto do Vinho do Porto acaba este ano por confessar a sua incompetência e pela primeira vez não indica por que devem ser adquiridos os mostos na vindima e decreta a impossibilidade de determinação de preços. Em termos reais e práticos é entregar os produtores à lei da selva (não do mercado) e ao estrangulamento que as casas exportadoras queiram impor». Os comunistas não aceitam «a estafada desculpa da CEE, porque mesmo nos tratados internacionais e na Reforma da PAC existem políticas de preços», classificando os argumentos do Instituto do Vinho do Porto como «um pedaço de má retórica».

Benefício

«No ano passado, foram 30 mil pipas beneficiadas, este ano não menos de 25 mil. É praticamente menos 40 por cento que há dois anos», afirma a DORVIR que vê esta «diminuição brutal» como um «golpe sobre golpe» e questiona se o que se quer para o Douro é «acabar com o vinho do Porto, acabar com o benefício, transformar as vinhas em coutadas e turismos de curta duração, acabar com a actividade e o potencial produtivo do Douro?».

Como recorda o comuni-

cado, «a partir de 1985 atribuíram benefício a mais de 700 pipas de vinhas ilegais de multinacionais. Um decreto de Cavaco Silva abriu as portas para a atribuição de benefício por hectare sem salvaguardar os interesses dos que não tinham vinhas reconvertidas».

Os comunistas sublinham que «reduzir drasticamente o montante do benefício não é solução. É de facto uma arbitrariedade para quem tem potencial e quer produzir. Se querem reduzir o benefício então tenham a coragem de o fazer às multinacionais, ou então apliquem os critérios da Comunidade aos maiores proprietários».

Concluindo, a DORVIR imputa as responsabilidades ao Governo PSD, salientando que «a operação em curso não é mais do que uma tentativa de lavar as mãos como Pilatos, revelando total falta de respeito e consideração pela autonomia das organizações da lavoura». O PCP entende que «não se podem confundir os erros e as justas críticas a fazer à direcção, com a própria instituição Casa do Douro. Desde sempre, quando se nos afigurou justo, que não poupamos as críticas. Aliás, tem sido o PCP o único a fazê-lo com coerência, sem demagogia, nem compadrios».

Na opinião da DORVIR, «as questões internas da Casa do Douro terão de ser resolvidas pelo esclarecimento dos produtores e através do seu funcionamento democrático e não com tentativas, criação de ambiente, ou apelos a ingerências externas, governamentais, que diminuam a sua autonomia».

Sua autonomia». Para os comunistas, a «crise do Douro agrava-se e agravar-se-á enquanto o Governo não assumir claramente as suas responsabilidades, não se decidir por uma política que sirva os interesses e os direitos do Douro, dos produtores de vinho e dos durienses».



dores na defesa dos seus direitos», que analisa a intensa movimentação laboral nos primeiros sete meses deste ano.

A emancipação da mulher é matéria de um artigo de Luísa Araújo, que propõe uma reflexão sobre a problemática feminina, sobre conceitos e preconceitos assimilados e a realização pessoal e colectiva das mulheres.

Miguel Urbano Rodrigues, num artigo sob o título «Afeganistão esquecido», relembra a grande operação que a revolução afegã constituiu para os órgãos de comunicação social e a forma como o

duas pessoas, entre Janeiro e Abril de 1993, que inclui alojamento em hotel de quatro estrelas, com pequeno-almoço e transporte em *autopullman*.

O 3º prémio inclui livros das Edições «Avante!» no valor de 15 mil escudos.

Os nomes dos contemplados serão divulgados no número 201 de «O Militante», referente a Novembro/Dezembro próximos, e no caso de os leitores premiados residirem nas Regiões Autónomas, ser-lhes-á entregue o valor correspondente ao 1º prémio, para uma viagem ao Continente.

CDU apresenta candidatos por S. Miguel

- Decq Mota é cabeça de Lista

A lista de candidatos da CDU pelo círculo eleitoral da ilha de S. Miguel foi apresentada à comunicação social, no passado dia 12 de Agosto, na sala do terraço do Hotel Gaivota, em Ponta Delgada.

Perante elevado número de jornalistas e com a presença de todos os candidatos e outros apoiantes e activistas, o mandatário da lista, João Jacinto Medeiros Mota, procedeu à apresentação dos candidatos e aproveitou para salientar alguns aspectos relacionados com a composição da lista, que integra nove independentes, sete dos quais se apresentam pela primeira vez como candidatos da CDU.

Seguidamente usou da palavra o candidato independente que ocupa o segundo lugar na lista, dr. Emanuel Jorge Botelho, poeta e escritor com grande projecção na Região Autónoma dos Açores, que defendeu, através de um texto de belo recorte literário, a necessidade de, após Outubro, não haver maiorias absolutas e a CDU sair reforçada.

Manuela Medeiros, candidata independente, e membro do Conselho Nacional da CGTP e presidente do Sindicato das Indústrias Transformadoras de S. Miguel e Stª Maria, defendeu expressamente a possibilidade, necessidade e importância de ser conseguida a eleição de José Decq Mota, pela lista de S. Miguel.

Por último, usou da palavra o cabeça de lista, José Decq Mota, que analisou o quadro pré-eleitoral regional e cuja intervenção publicamos na íntegra.

Manuela Medeiros, candidata independente, e membro do Conselho Nacional da CGTP e presidente do Sindicato das Indústrias Transformadoras de S. Miguel e Stª Maria, defendeu expressamente a possibilidade, necessidade e importância de ser conseguida a eleição de José Decq Mota, pela lista de S. Miguel.

Por último, usou da palavra o cabeça de lista, José Decq Mota, que analisou o quadro pré-eleitoral regional e cuja intervenção publicamos na íntegra.

Lista CDU

1.º, José Eduardo Bicudo Decq Mota, 43 anos, coordenador do PCP/Açores, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP; 2.º, Dr. Emanuel Jorge Ferreira da Cruz Botelho, 41 anos, independente, professor, poeta e escritor; 3.º, Maria Manuela Medeiros, 50 anos, independente, operária industrial, presidente do Sindicato das Indústrias Transformadoras de S. Miguel e S. Maria, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, membro do Conselho Regional de Concertação

Social; 4.º, Francisco Borges Coutinho de Medeiros e Dias, 40 anos, independente, técnico industrial; 5.º, Eng. Mário Wren Abrantes da Silva, 42 anos, engenheiro silvicultor, membro da Comissão Executiva da DORAA e do Comité Central do PCP; 6.º, Maria Luciana Borba Lopes, 23 anos, professora do Ensino Básico, membro da Comissão Executiva da DORAA do PCP, membro do Conselho Consultivo Regional da Juventude em representação da JCP; 7.º, Dr. Valter Manuel Pereira Rodrigues, 30 anos, independente, professor do Ensino Secundário, membro do Conselho Consultivo Regional da Juventude em representação dos deficientes; 8.º, Dr. Abel Ribeiro, 36 anos, independente, sociólogo; 9.º, Cláudia Frazão Garcia Soares, 18 anos, independente, proposta pelo Partido Ecologista «Os Verdes», estudante; 10.º, Henrique Dédalo Vieira da Purificação, 40 anos, independente, jornalista; 11.º, Anibal da Conceição Pires, 36 anos, professor do Ensino Preparatório e presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória dos Arifes, membro da Comissão Executiva da DORAA do PCP; 12.º, Rui Alberto Medeiros e Câmara, 34 anos, independente proposto pelo Partido Ecologista «Os Verdes», empresário de mecânica automóvel na Ribeira Grande; 13.º, Paulo Jorge Bernardo, 34 anos, electricista, membro da DORAA do PCP, membro dos corpos gerentes do Sindicato das Indústrias Eléctricas, membro do Conselho Regional da Concertação Social, Coordenador da União dos Sindicatos de S. Miguel e S. Maria; 14.º, Jeremias Reis Resendes, 54 anos, independente, lavrador, Ferais da Luz; 15.º, Fernando José da Silva Nogueira Nunes, 44 anos, membro da DORAA do PCP, funcionário público, animador cultural e associativo, presidente da Associação Estrela Vermelha de Lomba do Cavaleiro — Povoação; 16.º, Jorge Araújo, 40 anos, chefe de secretaria da Escola Preparatória do Nordeste; 17.º, Eusébio Machado Cabral, 56 anos, reformado, Relva; 18.º, Manuel da Ponte, 72 anos, reformado, Lagoa; 19.º, Victor Duarte, 28 anos, empregado de comércio, membro da DORAA do PCP, secretário da mesa da Assembleia de Freguesia do Pico da Pedra; 20.º, Ana Isabel Mota Silva Aguiar, 32 anos, auxiliar de acção educativa, membro do Secretariado de S. Miguel, da Função Pública; 21.º, Elias Pimentel, 66 anos, agricultor, Água d'Alto, Vila Franca; 22.º, Duarte Patrício d'Almeida Melo, 35 anos, carpinteiro, membro da DORAA/PCP; 23.º, Jeremias Araújo, 24 anos, JCP, funcionário público.

Intervenção de Decq Mota

A mudança é indispensável

Foi há pouco apresentada a lista de candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de S. Miguel às eleições regionais de 11 de Outubro.

É para mim motivo de grande alegria pessoal e política, poder verificar que uma lista a que me foi dada a honra de ser o primeiro candidato é constituída por cidadãos fortemente empenhados na vida política, cultural, social, económica e local.

A presente lista da CDU reflecte na sua constituição uma tendência para o alargamento da base social e eleitoral de apoio aos objectivos políticos imediatos da CDU/Açores.

A presente lista de candidatos e os muitos apoios públicos já recebidos pela candidatura da CDU são a demonstração de que é possível obter o objectivo já enunciado, de recuperar o mandato perdido tangencialmente em S. Miguel no ano de 1988.

A CDU, todos os seus activistas e o número crescente dos seus apoiantes tudo farão para que esse objectivo seja concretizado, pois a presença e participação da CDU na futura Assembleia Legislativa aparece como sendo absolutamente necessária e indispensável.

Bastaria reflectir um pouco mais sobre a composição da lista que vos foi presente para que pudesse ser claramente atestada essa indispensabilidade da presença da CDU na ALR.

De facto, nesta lista estão cidadãos que para além de estarem ligados a uma multiplicidade de interesses sociais, são, eles próprios protagonistas destacados em áreas tão importantes como a Literatura e a Difusão Cultural, o Sindicalismo exercido com sentido de classe, as actividades económicas, a intervenção local e o associativismo, a defesa dos interesses da Juventude, a promoção dos direitos da mulher, a defesa da integração plena e dos direitos dos

Deficientes, o combate activo aos desequilíbrios sociais e à injustiça, a defesa dos direitos dos idosos, pensionistas e reformados.

A presente lista dá plenas garantias de que todos os seus membros apoiarão de forma activa os deputados da CDU que vierem a ser eleitos, o que por si só atesta também a capacidade da CDU em actuar como força que existe para ajudar a resolver os muitos problemas da Região e não como máquina vocacionada para promover pessoas e abrir carreiras individuais.

A lista por S. Miguel, bem como as restantes 8 listas da CDU, mostram pela sua composição, pelo número crescente de independentes que as integram, que é hoje crescente o número de cidadãos que entendem que esta força política de esquerda é indispensável, especialmente num momento em que as restantes forças com capacidade de eleger deputados ou são de direita ou optaram por apoiar cidadãos, teses e formas de intervenção de direita.

É oportuno neste acto de apresentação da lista de candidatos da CDU por S. Miguel tecer algumas breves considerações sobre o presente — ou seja, sobre o quadro político pré-eleitoral em que nos movem e sobre o futuro — ou seja, sobre o quadro institucional e governativo que poderá e deverá resultar das eleições de Outubro.

Defendemos que é essencial para o futuro do Sistema Autónomo e para o equilíbrio político, económico e social da nossa sociedade que não existam maiorias absolutas na futura Assembleia Legislativa.

A maioria absoluta do PSD deu naquilo que todos vemos: o despotismo político, o poder pessoal, a pressão e o domínio ilegítimos, o compadrio, a manutenção e agravamento dos desequilíbrios sociais, a incapacidade de equacionar o futuro da

economia, o controleirismo cultural, o comprometimento do próprio sistema da autonomia em resultado das péssimas políticas feitas.

O PS aliado ao dr. Mário Machado e os sectores da direita e extrema-direita regional não constituiriam alternativa isolada pois para além de não terem base social nem espaço político para atingirem a maioria absoluta, significaria, nesse improvável caso de terem a maioria absoluta, que teriam acesso isolado ao poder regional aqueles sectores da direita que tendo poder económico não estão entendidos com a actual direcção do PSD.

A ADA, que representa uma aliança de circunstância de dissidentes do PSD com o CDS, no caso, igualmente impossível, de ter maioria absoluta significaria o acesso ao poder daquela parte da direita que nutre crescentes simpatias por teses centralistas e não autonomistas.

Resumindo, pode e deve dizer-se com todo o rigor que a manutenção da maioria absoluta pelo PSD significaria o agravamento drástico de toda a situação actual e a obtenção da maioria absoluta por Machado-PS ou pela ADA representaria no primeiro caso o acesso ao poder executivo do pequeno mas poderoso grupo da direita que quer usar os votos do PS para obter o poder que o PSD não lhe quis dar, e representaria, no segundo caso, o desastroso acesso ao poder de personalidades que por si sós são incapazes de compreender questões tão sérias como, por exemplo, aquelas que se prendem com a unidade Regional.

Estamos pois com um quadro pré-eleitoral que só pode dar saídas válidas se não houver maiorias absolutas nem do PSD, nem do PS-Machado, nem da ADA na medida em que só assim se poderá derrotar o PSD e criar uma base parlamentar pluralista que equilibre os desequilíbrios das outras forças.

É necessário ainda dizer que face ao facto do PSD se ter dividido apareça hoje como muito difícil que esse partido possa ter maioria absoluta, uma vez que em 88 só a conseguiu por um deputado, embora estivesse na ocasião unido.

É neste quadro mais desbipolarizado, onde apareça não só como indispensável mas também como improvável a existência de quaisquer maiorias absolutas que a CDU se situa como força essencial para a derrota do PSD e para o equilíbrio das soluções futuras.

Sem o CDU na ALR não haveria sector capaz de lá colocar, nos debates decisivos que irão ter lugar, a perspectiva de equilíbrio social, desenvolvimento económico, de participação democrática e de progresso cultural.

Com este quadro, a eleição de Deputados da CDU, sendo certo que é uma forma de contribuir para a desejada derrota do PSD, é também certo que assume a função clarificadora do futuro que só assim será garantida.

A CDU, após 11 de Outubro nada fará no sentido de que seja dada continuidade à situação hoje existente e tudo fará para que seja criada uma base parlamentar pluralista que dê viabilidade a um governo que seja de mudança e que seja capaz de introduzir uma nova perspectiva para o nosso futuro. Nós não andamos à procura nem de cargos nem de benesses do poder mas não prescindimos de dar um contributo equilibrado.

Por isso, estamos a preparar um conjunto de medidas governativas essenciais a uma mudança, medidas essas que, para além de serem o nosso compromisso com eleitores, serão a nossa base para o trabalho parlamentar subsequente. Nós, candidatos da CDU, iremos para a Assembleia com a firme disposição de defender soluções justas para os problemas de cada ilha, mas também com o confessado

propósito de defender e aprofundar a unidade regional.

Os eleitos desta ilha de S. Miguel encontrarão nos deputados que elegerem pela CDU os porta-vozes seguros de todos os problemas sociais, económicos e outros aqui existentes e saberão que esse esforço será sempre desenvolvido num quadro geral de defesa do progresso de toda a Região.

A nomeação do presidente do governo pelo ministro da República é feita tendo em conta os resultados eleitorais, ouvidos os partidos, mas só pode incidir mecanicamente num dirigente previamente apontado se o respectivo partido tiver a maioria absoluta. Caso contrário só o estabelecimento de acordos partidários dará suporte parlamentar seguro à nomeação de um presidente e do respectivo governo.

Esta explicação vem a propósito da prática abusiva feita pelo PSD, PS e ADA da indicação de «candidatos a presidente de governo», prática essa que desvaloriza a função de deputado, que apaga o papel da Assembleia Legislativa, que tende a reduzir a luta política a uma luta de pessoas por um lugar de mando.

A CDU-Açores considera que cada partido deve dizer com clareza o que fará se conquistar o poder, mas também deve dizer com clareza o que fará se não houver maiorias absolutas.

A CDU-Açores entende que cada partido deve apresentar todos e cada um dos seus candidatos e deputados e deve assim demonstrar aos eleitores quem irá tomar as importantes decisões que cabem à ALR.

A CDU-Açores reclama firmemente que os líderes de todas as forças concorrentes tenham o mesmo tratamento dos OCS, independentemente de dizerem ser ou não candidatos a presidentes de governo, porque só assim serão dadas as mesmas oportunidades a todas elas.

Sem Pacote Delors Poseima perde verbas

Sérgio Ribeiro na Madeira fala da actividade no PE

Dar conta da actividade que desenvolve no Parlamento Europeu e colher informações e opiniões que possam melhorar a sua actividade em Bruxelas e Estrasburgo, foram os objectivos que levaram o eurodeputado Sérgio Ribeiro à Região Autónoma da Madeira, a semana passada.

A visita, de que foi feito um balanço em conferência de imprensa, permitiu uma ampla troca de impressões - inclusive com os madeirenses que em Maio passado estiveram, a convite do PCP, no Parlamento Europeu - sobre *dossiers* como o «Pacote Delors 2» e programas como o Poseima, da maior importância para a Região.

Como disse Sérgio Ribeiro no seu encontro com os jornalistas, a não aprovação do Pacote Delors tem implicações de monta para o país e para a Madeira em particular, dado que o novo quadro financeiro «deveria possibilitar o reforço dos fundos estruturais, neles se podendo incluir o Fundo de Coesão e o Poseima», o que não sucede porque Delors 2 não existe e porque a presidência portuguesa foi «uma oportunidade falhada para que esse novo quadro financeiro tivesse sido ao menos confirmado nas suas linhas gerais e, no mínimo, com a quantificação global do reforço» de verbas.

Como tal não sucedeu, disse o eurodeputado comunista, «mais difícil é a luta para impor e/ou reforçar as linhas orçamentais relativas aos fundos estruturais existentes, ao Fundo de Coesão, ao Poseima».

Sérgio Ribeiro deu exemplos concretos: «no anteprojecto do orçamento para 1993, o Fundo de Coesão estava inscrito com a verba de 1,565 milhões de ecus; no último documento a esta data, relativo ao anteprojecto de orçamento, essa mes-

ma linha orçamental, em vez de números, tem duas letras - pm -, isto é, "por memória", e temos de procurar a verba noutros lugares. É nossa tarefa fazê-lo para que a memória não se perca...»

Num segundo exemplo, não menos esclarecedor, o eurodeputado deu a conhecer que, em Março, «a Comissão avançava com 54,5 milhões de ecus para 1993 numa ficha financeira relati-

no PE. Independentemente de outras iniciativas, Sérgio Ribeiro sublinhou a sua intenção de se bater nas instâncias comunitárias designadamente por: um reforço do quadro financeiro que possibilite um reforço dos fundos estruturais e viabilize um Fundo de Coesão e um Poseima que não sejam folclore; uma "leitura" do Poseima que privilegie a componente valorizadora dos recursos naturais e não se li-

suas ligações aéreas; uma perspectiva dos chamados Quadros Comunitários de Apoio que não exclua as áreas sociais, nomeadamente a habitação e a saúde, assim impedindo que as contrapartidas para os financiamentos comunitários absorvam verbas nacionais e regionais e inviabilizem acções nessas áreas indispensáveis para a promoção do nível de vida das populações, como os deputados co-



O desenvolvimento da Madeira passa pelo reforço das verbas comunitárias

va ao Poseima-agrícola». Acontece porém que a verba para pagamentos que se encontra no último documento sobre a matéria «é de 40,626 milhões de ecus para o total dos "programas para as regiões ultraperiféricas", que inclui Poseidon, Poseican e Poseima, verba que se reduz a 25 milhões de ecus no que respeita à agricultura». Ou seja, como salientou, **menos de metade para os três programas do que era projectado em Março só para o Poseima!**

Uma situação a merecer, como afirmou o deputado comunista, a maior atenção na actividade a desenvolver

mite a financiar acessos a abastecimentos vindo do exterior; na sequência da inclusão da pesca no Poseima, que resultou da intervenção dos deputados comunistas, a prioridade - e não exclusão - para medidas sociais na aplicação de subsídios; estimular a vigilância sobre o cumprimento de normas comunitárias, designadamente as relativas à higiene e segurança no trabalho; uma garantia de financiamento no quadro do Fundo de Coesão, na sua vertente das infra-estruturas de redes transeuropeias de transportes para as regiões ultraperiféricas, nomeadamente Madeira e

munistas defendem há muito tempo; posições comunitárias relativamente à banana que tenham em atenção prioritária os interesses ligados ao aproveitamento de recursos de regiões da Comunidade, e não a satisfação de reivindicações exteriores. Como salientou Sérgio Ribeiro no final da conferência de imprensa, «todas estas posições se inserem numa perspectiva da tarefa no Parlamento Europeu no sentido de frente de luta para contrariar tendências nocivas para o interesse nacional e para defender o que possa beneficiar os trabalhadores e o povo português».

Suíços contra CEE

A participação da Suíça no Espaço Económico Europeu (EEE) e a sua possível futura adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), enfrenta cada vez mais a oposição de diversos sectores económicos e políticos suíços. A semana passada, o recém-formado «Comité de acção contra a tutela do EEE e da CEE para uma Suíça aberta ao mundo», formado essencialmente por parlamentares, lançou uma campanha contra o tratado que institui o EEE, o qual deverá ser submetido a referendo no final do ano. O Comité considera o tratado «francamente mau e desequilibrado» e diz recetar a «limitação» da democracia directa na Suíça, caso venha a ser adoptado, bem como a «inevitável» adesão do país à CEE que se seguirá a médio prazo.

Também os agricultores suíços se manifestaram contra a adesão do seu país à Comunidade, mostrando reservas quanto à adesão ao EEE. Segundo os dirigentes do Sindicato dos Agricultores, a posição definitiva que vierem a tomar sobre esta matéria está dependente das condições-quadro para a agricultura constantes do tratado, em particular no respeitante aos pagamentos directos.

Comércio livre

A Comissão Europeia será favorável à recém-criada zona de comércio livre entre os Estados Unidos, Canadá e México, desde que estes países respeitem as regras do GATT (Acordo Geral Sobre Comércio e Pautas Aduaneiras). O acordo entre os três países foi assinado na quarta-feira da semana passada e a CEE aguarda ainda informações sobre o mesmo para se poder pronunciar favoravelmente. Segundo uma fonte comunitária citada pela Lusa, Bruxelas considera que necessário garantir o respeito pelas regras do GATT, as quais «precisam que as regras comerciais em vigor numa zona deste género não podem nunca ser mais restritivas em relação aos países terceiros», não podendo «resultar na criação de um bloco fechado».

Moçambique

A Comunidade Europeia e os seus Estados-membros congratularam-se com a assinatura pelo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dlakhamá, da declaração conjunta em que ambos se comprometem a firmar um acordo de paz até o próximo mês de Outubro.

Em declaração distribuída a semana passada, em Bruxelas, pelo secretário da cooperação política europeia do Conselho de Ministros da CEE, os Doze saúdam os «intensos esforços desenvolvidos tanto pelo Governo de Moçambique como pela direcção da Renamo», que resultaram na declaração conjunta assinada no passado dia 7, em Roma. O documento reafirma a disposição dos Doze de continuarem «a fornecer às duas partes da negociação toda a assistência necessária para garantir o acordo final no mais breve prazo possível» e apela às duas partes para que mantenham o clima de entendimento gerado nas conversações de paz e renunciem ao recurso às armas, de forma a evitar maiores perdas de vidas humanas até à assinatura do cessar-fogo.

Ajuda à Somália

A Comissão Europeia decidiu reforçar a ajuda humanitária à Somália com mais quatro milhões de ecus (cerca de 720 mil contos). Segundo um porta-voz do executivo comunitário, a verba destina-se a financiar acções de ajuda alimentar e não alimentar nas zonas urbanas, incluindo a capital. Parte da ajuda servirá para apoiar a estrutura logística e sanitária criada pela Cruz Vermelha Internacional em todo o país.

O porta-voz da Comissão disse ainda que o executivo se felicita pela decisão das Nações Unidas de destacar uma força de «capacetes azuis» para a Somália, para protegerem os comboios que distribuirão a ajuda humanitária nas zonas mais afastadas dos centros urbanos.

Apoio ao turismo

A CEE vai financiar 64 projectos no sector do turismo, em Portugal, no valor de 12,7 milhões de contos.

Os apoios, concedidos no âmbito do Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT), correspondem a um financiamento a fundo perdido de 4,9 milhões de contos, dos quais 3,4 milhões de contos serão suportados pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

Entre os projectos aprovados, 28 por cento respeitam à região centro, 25 por cento à Região Autónoma dos Açores, 15,6 por cento à região de Lisboa e Vale do Tejo, 14,1 por cento à região norte, 6,3 por cento à Região Autónoma da Madeira, 6,3 por cento ao Alentejo e 4,7 por cento ao Algarve.

De acordo com a Lusa, que cita a secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, foram aprovados até à data 575 projectos no sector do turismo, envolvendo um investimento de 107,4 milhões de contos, um apoio do FEDER de 40,5 milhões de contos e a criação de 5723 postos de trabalho.

Estatuto diplomático

O governo de Israel decidiu conceder estatuto diplomático ao representante da CEE, Tomas Dupla, responsável pela ajuda económica e humanitária aos palestinianos dos territórios árabes ocupados. O anterior governo israelita havia recusado o estatuto diplomático a Dupla. Recorda-se que, em Junho passado, o representante da CEE assinou uma carta de intenções com dirigentes palestinianos, no âmbito da qual a Comunidade concede aos habitantes árabes dos territórios ocupados 80 milhões de dólares para a construção de habitação e desenvolvimento económico.

Igualdade da Mulher

Política europeia fracassou

A política europeia para a igualdade da mulher no mundo do trabalho não atingiu os objectivos a que se propusera - afirmou há dias Ana Vale, presidente do Lobby Europeu das Mulheres.

Ana Vale, que falava num seminário subordinado ao tema «Mercado de trabalho e feminismo», realizado a semana passada na Universidade de El Escorial, em Espanha, disse que o fracasso dessa política se deve, entre outras razões, ao facto de a inserção profissional da mulher ter seguido um modelo exclusivamente masculino. Neste modelo, segundo a sua opinião, utilizam-se conceitos como «mobilidade laboral» ou «continuidade na carreira profissional» que estão vedados a muitas mulheres, condicionadas por questões familiares, com particular

destaque para a gravidez.

Na ocasião, a presidente portuguesa do Lobby Europeu de Mulheres manifestou a sua preocupação relativamente ao texto de uma directiva em debate na Comissão Europeia em que se equipara o subsídio de maternidade ao de doença. Para Ana Vale, aquela directiva, que pode vir a ser aprovada em Outubro pelo Conselho de Ministros, representa um retrocesso do ponto de vista filosófico e contraria o reconhecimento do valor social da maternidade.

Onze dos doze países da CEE - o parlamento italiano votou contra - estão de acordo com a nova directiva porque, segundo Ana Vale, «não querem abordar determinadas questões sobre a segurança social».



Ana Vale, presidente do Lobby Europeu de Mulheres

INTERNACIONAL

«Protecção humanitária» é pretexto para lançar uma acção militar contra a

Bósnia ou Iraque? Não se pode ir a todas... Parece ser deste modo que a administração norte-americana encara a sua política de intervenção externa, destinada mais a ganhar as eleições presidenciais do que em atolar-se para já num conflito de que não vê uma saída clara. Por enquanto, parece ter colocado a questão jugoslava em banho-maria militar, virando para o Iraque, onde, segundo Bush afirmava no domingo passado, permanece a hipótese do lançamento de uma ofensiva.

É que não tem sido fácil empenhar os «aliados», directamente no conflito que sangra a Jugoslávia. Indirectamente todos lá estão, apoiando todos contra os sérvios e dividindo para reinar. No entanto, a NATO deu sinais de que tem outras prioridades, e os seus planos «grandiosos» de empenhamento de mais de 100 mil homens para «proteger pela força» a «ajuda humanitária» à Bósnia não parecem ter sido do agrado de todos os 16 governos que integram aquela aliança liderada pelos Estados Unidos.

Falta de «entusiasmo»

O ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Roland Dumas, veio a público «deplorar» a «falta de

entusiasmo» dos parceiros da França quanto ao envio de forças militares para a Jugoslávia. O entusiasmo demonstrado por este governante «socialista», que de novo na História retoma as posições belicistas da social-democracia intervencionista, não deixa de ser sintomático da urgência que têm alguns governos de médias potências aliadas aos EUA em, aproveitando o balanço e sobretudo o poderio militar destes, correrem atrás a partilhar o bolo. Mitterrand, quando foi à Jugoslávia arriscar a pele, bem mostrou que não queria ficar atrás da Alemanha, uma das primeiras a intervir indirectamente no terreno retalhado da ex-Jugoslávia com armamento e conselheiros.

Por outro lado, o governante francês pôs o dedo na

ferida, mostrando o ressentimento contra as prioridades dos aliados americanos. «É mais fácil avançar no deserto com blindados rápidos do que progredir nas montanhas jugoslavas», disse desculpando-se de não ser lançada uma campanha militar contra os sérvios.

O carácter de «campanha militar» ofensiva e intimidatória e a escolha do «inimigo» — os sérvios — não deixou, porém, de ficar clara, em desfavor do verniz «humanitário» com que primeiramente a iniciativa da ONU vinha envolvida. Embora, para consumo interno, defendendo-se das críticas que naturalmente a oposição lhe faz por levar por diante um verdadeiro esforço de guerra, Dumas não deixou de proferir expressões como «a acção dos militares armados que acompanham os comboios de auxílio é uma forma de intimidar seriamente os participantes no conflito».

E, para que ninguém tenha dúvidas, Dumas esclareceu que os «participantes» são os sérvios: «A França», declarou, «todos os dias afirma que a responsabilidade maior é a dos sérvios».

Não ficar de fora

Com o objectivo de não ficar de fora — ou, pelo menos, de desviar as atenções internacionais dos problemas que os próprios países patenteiam, são muitos os governantes que pretendem «molhar a sopa» numa intervenção na Jugoslávia. Assim, às vozes de Bush, de Roland Dumas e de alguns políticos portugueses que criticam a «moleza» de Cavaco que só enviou um barco para as águas turvas do Adriático, juntam-se agora a dos democráticos ayatollahs. Ahmad Janati, ayatollah iraniano, reclama de todos os países islâmicos a criação «rápida» de um exército comum e o envio de armas «para a população muçulmana» da Bósnia-Herzegovina.

Este ayatollah, que também embarcara numa «visita humanitária» à Bósnia e à Croácia, com uma delegação do seu país, representando o «Guia espiritual» da República Islâmica, Khamenei, afirmou que os países islâmicos «devem formar um exercício conjunto e fornecer armas para que os bósnios possam resistir aos agressores. O Irão deve ser o primei-

ro a agir e dar assim satisfação às suas necessidades», disse.

Por seu lado, curiosamente, o primeiro-ministro israelita também acha que a Jugoslávia é uma prioridade. Fazendo declarações em Nova Iorque, por altura de um encontro informal com a dupla Nixon-Kissinger, Rabin afirmou no passado domingo que «a Europa faria melhor se atendesse primeiro a questão da paz na ex-Jugoslávia, antes de se ocupar da paz no Médio Oriente».

«Recebemos de tempos a tempos conselhos da Europa e da CEE quanto à paz», lembrou Rabin. «Penso que a caridade começa na nossa própria casa. Vejamos pois o que a Europa consegue, com ou sem as Nações Unidas, para fazer face a um problema europeu», afirmou o recém-nomeado primeiro-ministro israelita.

Entretanto, com ou sem intervenção directa, o envolvimento imperialista no terreno continua. A Alemanha, cujo ministro da Defesa declarou formalmente que o seu país não participará numa força de intervenção rápida da ONU, é acusada

de, juntamente com a Áustria, violar constantemente o embargo, fornecendo armas aos contendores. Quem o diz é um jornal da RFA, o «Berliner Zeitung». Para sacudir a água do capote, a Alemanha aconselha a Áustria e a Checoslováquia a exercerem uma vigilância mais rigorosa sobre as mercadorias que circulam nos seus territórios. Segundo outras fontes, o tráfego de armas para a Jugoslávia passa também pelos militares do antigo «bloco soviético» e pela Máfia, seguindo caminho através da Hungria e da Roménia.

Um perito militar do King's College, de Londres, afirma por seu lado que os croatas têm conseguido comprar novo armamento, através da sua comunidade no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos, onde teria já conseguido obter 300 milhões de dólares para esse fim.

A guerra dos «campos»

O leitor, que decerto já foi bombardeado televisivamente com imagens de «campos

Nova guerra contra o Iraque — «escolha eleitoral» de Bush?

O Iraque continua a ser o prato forte da campanha de reeleição na qual o Presidente Bush está empenhado. Com poucas hipóteses de vencer, segundo as sondagens e os observadores nos EUA, Bush continua a apostar na política externa e na ameaça do uso da força para desviar a atenção dos americanos dos graves problemas sociais que os Estados Unidos atravessam. Agora com duas hipóteses de envolvimento em guerras externas — na Jugoslávia (ver artigo nesta secção) ou no retorno ao Iraque —, tudo parece inclinar-se para que este último país venha a ser a «escolha eleitoral» de Bush.

A acusação de que uma eventual operação militar contra o Iraque é avançada pelo próprio «New York Times». O jornal, que cita uma entidade norte-americana não identificada, escrevia no passado domingo que tal operação seria um pretexto «para ajudar o Presidente a ser refeito». Tal afirmação, embora prontamente desmentida pelo secretário da Defesa, Dick Cheney, que a considerou uma «tolice», não deixa de ter razão de ser. Se Cheney afirma que os EUA se limitam a fazer o que têm feito nos últimos dois anos, «insistindo para que Saddam Hussein cumpra as resoluções da ONU», toda a gente sabe traduzir, à luz dos mais recentes acontecimentos, o que isso quer dizer.

Mas o secretário da Defesa vai mais longe, ameaçando que os EUA «têm claramente a capacidade para o forçar a cumprir», disse, referindo-se a Saddam Hussein. O que Cheney desmente, afinal de contas, é a ligação entre uma eventual operação militar contra o Iraque e as eleições americanas que se aproximam da ponta final, com Bush em má posição.

O próprio Presidente, que se manifestou «profundamente ofendido» com as notícias veiculadas, não deixou de lembrar, em Indianápolis, que os EUA e aliados «têm o direito, nos termos das resoluções da ONU, de utilizarem a força, se necessário». E advertiu o dirigente iraquiano de que a campanha eleitoral não impediria os Estados Unidos de actuar.

Nas circunstâncias claramente desfavoráveis à sua recandidatura ao cargo de Presidente dos Estados Unidos, Bush lança mão de todas as possibilidades. James Baker, o artífice e o executivo responsável por toda a política externa da actu-

al administração, vai deixar o cargo para apoiar o Presidente na campanha. Foi o próprio Bush que anunciou a decisão de transferir Baker para o lugar de chefe de gabinete e de principal conselheiro. Isto é, Baker assumirá a tempo inteiro o papel que tem sido o seu, abandonando apenas as viagens de preparação de novas guerras.

Adiamentos

Algo deve ter corrido mal, no entanto, nos planos agressivos de Bush. Sucessivos adiamentos e hesitações indicam que a escolha do «inimigo» não tem sido fácil para os que preparam a reeleição do Presidente. Divisões no seio da NATO terão eventualmente feito recuar os EUA no sentido do desencadeamento imediato das hostilidades contra os sérvios, na Jugoslávia. Por outro lado, os pretextos para uma intervenção no Iraque parecem também ter fugido, temporariamente, às provocações americanas.

Com efeito, fálhou o pretexto urdido à volta da missão da inspecção da ONU, que tem sido evidentemente comandada pelos americanos. Foi a própria televisão «ABC», dos Estados Unidos, quem admitiu o facto, afirmando que a ONU havia previsto inspecionar, na passada segunda-feira, mais um Ministério iraquiano, decidindo afinal suspender a operação após a publicação da notícia por um jornal norte-americano. A «ABC», citando fontes do Governo dos EUA, adiantou que a ONU decidira suspender as fiscalizações «para não dar a impressão de que obedece a ordens dos Estados Unidos»...

Depois de, no passado domingo, o «New York Times» ter noticiado que Bush ia aprovar uma operação contra o Iraque, no prosseguimento de várias declarações em que ameaçava este país, afirmando que os EUA têm «planos para obrigar Saddam a fazer aquilo a que está obrigado» e que não permitiria que este dissesse «o que pode ou não ser inspecionado», o Presidente americano parece ter recuado.

O russo Smidovitch, chefe da missão da ONU, escusava-se, ainda no domingo, a dizer a data em que a missão deixaria Bagdad. «Dependerá das instruções», declarava ele, afirmando que desconhecia as notícias veiculadas pelo «New York Times», dando como certa uma intervenção decidida

por Bush contra o Iraque «se Hussein impedisse a inspecção de ministérios pelos especialistas da ONU».

No entanto, dois dias depois, e após uma última inspecção a locais não revelados, a missão da ONU no Iraque deixava Bagdad. Smidovitch, que decerto já recebera «instruções», declarava que «tinha tido acesso a todos os locais» e que não encontrara «obstrução» da parte dos iraquianos.

Hipótese em aberto

A hipótese de uma ofensiva contra o Iraque continua, entretanto em aberto. E vem sendo, há longo tempo, preparada. Se falham pretextos, ou se o «timing» considerado pela Casa Branca os rejeita sucessivamente, tal não quer dizer que os Estados Unidos, sob a batuta da administração Bush, deixem cair essa possibilidade, como já vimos preciosa para a campanha que nos EUA aumenta de tom.

Notícias recentes de que os alvos — nada menos que nove — já estavam escolhidos pelo Presidente e pelos seus mais próximos assessores e conselheiros militares, não deixam dúvidas sobre as intenções americanas. Fontes devidamente anónimas, em Washington, declaravam que havia planos incluindo uma série de ataques, em escalada, destinados a cortar vias de circulação de petróleo, para além de outros alvos como a aviação militar e o Ministério da Defesa, em Bagdad. «Há ainda muitos alvos militares no Iraque que não foram destruídos. Aquilo não é um país, é um imenso quartel», afirmava essa «fonte», citada pela Lusa. «Devemos estar todos preparados, logo que seja dado o primeiro passo. Tudo poderá entrar muito rapidamente numa escalada», afirmava essa «fonte».

Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado manifestava «grande preocupação» por, segundo as informações que divulgou, estar a ser concentrada no Sul do Iraque «uma quantidade importante de aviões e helicópteros» iraquianos, enquanto um «responsável da administração, falando na condição de manter o anonimato e citando os serviços de informação americanos» — segundo ainda a Lusa — adiantava que essa concentração de material bélico «poderia ser a preparação de qualquer coisa mais».

INTERNACIONAL

Jugoslávia

de concentração» e «campos de morte» sérvios, em que as normais imagens de prisioneiros ocupando instalações comuns nestes casos de guerra, destoando singularmente as imagens com os comentários quase históricos que pretendem levar a ver atrocidades, torturas e outras malfetorias aos «direitos humanos» talvez ignore, entretanto, que as acusações deste tipo são mútuas, mas que a Portugal, como de resto à maior parte dos países empenhados em dar uma «lição» aos comunistas jugoslavos, só costumam chegar as acusações contra os sérvios.

Se o líder dos sérvios da Bósnia, Karadzic, admitiu que os prisioneiros de alguns campos de detenção que as suas forças controlam sofrem de desnutrição, desmentindo embora que os detidos estejam a ser executados ou torturados, já em Belgrado, o presidente jugoslavo, Cosic, avançou mesmo uma proposta para a criação de uma comissão, sob a égide da ONU, composta por personalidades e antigos detidos dos campos nazis para «saber a verdade sobre os campos na Bósnia,

na Croácia e na Jugoslávia».

Há dias, inadvertidamente, a RTP foi perguntar a um jornalista como era isso dos campos sérvios. Calhou que o jornalista, além de ter estado lá, não alinhou, desta feita. E contou que nos campos croatas era pior. Mesmo nos Estados Unidos, recentemente, um milhar de cidadãos sérvios ali residentes manifestaram-se junto da ONU para protestar contra as atrocidades cometidas por croatas e muçulmanos na Bósnia.

Mas este tipo de notícias não convém de nenhum modo a quem está apostado na intervenção militar. Porque se trata de intervenção militar e não de protecção humanitária, como sublinha o jornal «Politika», em Belgrado, denunciando que o recurso à força para «proteger as colunas com ajuda humanitária na Bósnia-Herzegovina, autorizado pela ONU, é um pretexto para lançar uma acção militar contra a Jugoslávia. Seria um ajuste de contas final da comunidade internacional contra a Sérvia», acusa o artigo que apela aos jugoslavos para se prepararem para defender a pátria.



O envolvimento imperialista continua



Talvez nunca tenha havido tantas «fontes anónimas» fornecendo informações veiculadas pelo poder, para avisar de que uma guerra vem aí. Tais informações, somadas às recentes manobras americanas, abundantemente noticiadas, na zona do Golfo, dão a entender que a ofensiva não é apenas uma hipótese, mas uma realidade que se prepara. E que sobretudo se prepara na consciência dos povos, para que a aceitem como inevitável. No caso dos eleitores americanos, essa «inevitabilidade», com Bush a conduzir as operações, não deixaria de ser um trunfo para a sua reeleição.

É que os discursos optimistas, falando à direita e à esquerda de um possível eleitorado cada vez mais magro, têm poucas hipóteses de valer alguma coisa. Os verdadeiros problemas continuam a ser ignorados. Como aconteceu em Houston, no Texas, um Estado em que também a política neoliberal, que Bush prosseguiu e que vem dos tempos de Reagan — um seu apoiante de hoje — deu os frutos que se vêem: um quinto da população encontra-se abaixo do nível em que os americanos se consideram pobres.

Com destituição à vista Collor de Melo perdeu a «guerra das cores»

Collor de Melo não conseguiu ocultar sob as cores verde e amarelo as dificuldades em manter-se na Presidência do Brasil. Ao seu apelo para que os cidadãos saíssem à rua num preparo «patriótico», envergando as cores nacionais brasileiras, respondeu o povo, vestindo-se de negro ou ostentando bandeiras negras e vermelhas. Esta resposta, manifestando claramente o repúdio que a administração Collor merece não apenas aos seus opositores de sempre mas também aos muitos que acreditaram nas suas promessas de prosperidade e de justiça social «comprando» essa mensagem e votando nele, parece ter deitado por terra as ambições presidenciais de se manter em Brasília contra ventos e marés.

Foi aliás em Brasília que a manifestação de repúdio ao presidente tomou maior amplitude. Se os números que chegaram a Portugal são díspares, mostrando quanto é fraca a «objectividade» jornalística, todos estão de acordo em descrever como significativas as manifestações ocorridas no passado domingo na capital federal. Enquanto o «Diário de Notícias» deu conta de «vários milhares de manifestantes e centenas de carros» circulando em sinal de protesto na Esplanada dos Ministérios, a «Lusa» afirma terem sido «quase 100 mil a manifestarem-se nas ruas de Brasília para exigir a destituição do presidente». Por seu lado, o «Público» refere que «cerca de 300 mil pessoas marcharam pela Esplanada dos Ministérios», aos gritos de «Fora Collor».

A oposição tinha pedido formalmente aos membros do Congresso a destituição constitucional do Presidente da República, acusando-o de ter cometido crimes de corrupção. Uma delegação do «Movimento Democrático contra a Impunidade», composta pelos oito maiores partidos da oposição e por mais 60 organizações, entregaram uma carta aos presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, pedindo o apoio dos 584 congressistas para a abertura imediata de um inquérito político. O documento fora aprovado pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro — PMDB —, pelo Partido Democrático Trabalhista — PDT —, pelo Partido Social Democrata — PSDB — e pelo Partido dos Trabalhadores — PT —, cujo líder, Francisco Lula, foi o principal rival de Collor de Melo à presidência da República. Centrais sindicais e associações patronais aprovaram também o documento entregue em Brasília. «A menor condescendência com a impunidade neste momento», advertiu a oposição, «poderá ter consequências imprevisíveis para a democracia, o desenvolvimento e a soberania do Brasil».

«A Comissão Parlamentar de Investigação», afirma o Movimento, «já tem elementos suficientes para verificar que a Administração Pública

Federal foi assaltada por um verdadeiro bando, através do tráfico de influências, a chantagem e a extorsão, e que se enriqueceu à custa da nação e do povo».

A «guerra das cores»

Ciente, porém, de que a oposição não tem os dois terços dos votos necessários para destituir o presidente, Collor agarra-se ao poder. Muitos congressistas, entre-

protesto, exigindo a destituição, foram numerosas, não apenas em Brasília, mas em S. Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades onde, em vez de verde e amarelo, as cores mais vistas foram o negro e o vermelho.

Cada vez mais isolado, com as demissões a sucederem-se na sua equipa — a do ministro da Educação, no início do mês, não terá sido a última, ocorrida ao mesmo tempo que a de oito funcionários da Secretaria de Imprensa que seguiram a saída do próprio porta-voz e secretário de Imprensa de Collor, Pedro Luís Rodrigues — o presidente brasileiro enfia a cabeça na areia e prepara-se para resistir.

Enquanto a polícia se



O mandato de Collor de Melo está por um fio. Aumenta o número de brasileiros que crêem na sua cumplicidade com a corrupção. E as suas promessas de justiça social não se cumpriram. Os ricos estão mais ricos, os pobres mais pobres

tanto, estarão do lado dele e partilharam certamente o bolo de milhões de que o presidente, e sobretudo a sua família e amigos, são acusados de ter recebido.

Ripostando à convocação de manifestações a favor da sua destituição, Collor de Melo, decerto mal aconselhado, apelou ele próprio à solidariedade «popular», convidando os brasileiros a vestirem as cores nacionais como sinal de apoio. O verde e o amarelo, porém, não foram vistos, se se exceptuarem as quinhentas pessoas, de que as notícias fazem eco, todas «gente humilde», que foram levadas, de autocarro, desde os subúrbios, para a frente da residência particular do presidente. O apelo de Collor tinha sido, de resto, criticado tanto pela oposição como pelos seus partidários, que o qualificaram de muito arriscado. O resultado não se fez esperar. Manifestações de apoio não as houve. As de

recusava a fornecer estimativas sobre o número de participantes nas manifestações — talvez também tivesse deixado Collor de Melo na dúvida — e, em Brasília, tropas de elite eram enviadas a reforçar os seus dispositivos em torno da residência particular do presidente, este declarava-se «muito satisfeito» com a resposta dos brasileiros ao seu apelo de que envergassem o verde e amarelo.

Não se trata certamente de um caso de daltonia, e Collor de Melo deve saber ver bem as cores. Nem de deficiência auditiva, quando classificou as grandes manifestações contra si de «minoría barulhenta». São classificações que já entraram no famigerado rol de qualificativos que os reaccionários usam quando pretendem manipular as massas. Quem se não lembra da expressão usada nos Estados Unidos por Nixon, ou em Portugal por Spínola,

pretendendo cada um apoiar-se numa «maioria silenciosa»?

A guerra aberta entre o país e o seu presidente ainda vai nas cores. Mas a pressão para a demissão deste é intensa e, actualmente, segundo um inquérito divulgado há dias pelo jornal «Folha de São Paulo», já há 72 por cento de brasileiros que pensam que Collor se encontra directamente implicado na corrupção, havendo 70 por cento que seriam favoráveis à sua destituição. No entanto, só 31 por cento acreditam que os parlamentares venham a aprovar tal medida. Enquanto se lança na batalha das cores, Collor não desdenha essa vertente «parlamentar». Num recente despacho do seu correspondente no Rio, James Anhanguera, a «Lusa» revelava que o presidente brasileiro, através do seu negociador político, Bornhausen, «lançou um



CNA protesta contra a sua exclusão do Conselho Económico e Social

«Querem calar aqueles que a PAC vai fazer desaparecer»

A Confederação Nacional da Agricultura acusou o Governo e Nascimento Rodrigues de discriminação política, por excluírem a CNA do plenário do Conselho Económico e Social. Numa conferência de imprensa que foi das mais participadas que a confederação deu, João Vieira afirmou que, na verdade, o que o poder laranja pretende é que não se faça ouvir no CES a voz das explorações agrícolas de base familiar, que a nova política agrícola comum vai fazer desaparecer.

No encontro com os jornalistas, efectuado no dia 12 em Lisboa, na Casa da Imprensa, participaram João Vieira, da direcção da CNA, e João Dinis, assessor da Direcção. Ao convocar a conferência de imprensa, a CNA pretendia falar sobre a situação da agricultura portuguesa, a reestruturação em curso no Ministério da Agricultura e a exclusão da CNA do plenário do Conselho Económico e Social. Mas, por interesse dos jornalistas e disponibilidade dos representantes da confederação, falou-se abertamente e sem papas na língua de outros problemas da agricultura e dos agricultores portugueses.

João Vieira, numa intervenção inicial, enunciou os traços que, segundo a CNA,

caracterizam o panorama actual nos campos do País. Para o dirigente da confederação, mantém-se uma situação desastrosa em todos os sectores da agricultura portuguesa, com a queda dos preços na produção, a falta de escoamento de produtos como o vinho, frutas, batata, carnes e gados, mantêm-se as dívidas do Estado aos agricultores.

Este ano agrícola vai terminar em condições extremamente gravosas para os agricultores e a CNA não vê que da parte do Governo sejam tomadas medidas para limitar ou atenuar esta situação. Antes pelo contrário, surgem notícias de uma reestruturação do Ministério da Agricultura que vem retirar apoios aos agricultores e que prevê reduzir bastante os

serviços públicos de apoio técnico e de extensão rural, bem como reduzir e desvalorizar várias áreas de investigação técnico-científica virada para sector agrícola. «Não acreditamos que a reestruturação do Ministério da Agricultura seja feita para dar maior eficácia aos serviços», afirmou João Vieira, para quem o MAP aparece «mais como uma comissão liquidatária oficial da agricultura portuguesa».

É neste cenário que os dirigentes da CNA analisam a decisão do presidente do Conselho Económico e Social, Nascimento Rodrigues, de monopolizar na CAP a representatividade dos agricultores no CES. Como afirmou João Vieira, a exclusão da CNA deste órgão «é uma questão política

ca: trata-se de não querer dar voz a aqueles que se pretende fazer desaparecer dentro do quadro da política agrícola comum».

E explicou: «Um dos objetivos da PAC é reduzir o número de agricultores, isto é, fazer desaparecer 3 em cada 4. Retirar-lhes a voz onde estes problemas vão ser discutidos passa a ser um objectivo governamental. Esta é uma das razões da nossa exclusão do CES, onde se vai jogar grande parte do destino da agricultura portuguesa. Os acordos vão ser feitos onde todas as vozes estão de acordo, e se a nossa lá estivesse, estaria certamente em desacordo que tenham que desaparecer 3 agricultores em cada 4, sobretudo num país que importa já 70% dos produtos alimentares e que pretendem, no quadro da reforma da PAC, tornar totalmente dependente na alimentação. Vão fazer tudo isto à porta fechada.» A CNA responsabiliza por esta atitude o presidente do CES, Nascimento Rodrigues, actual deputado

da maioria partidária que sustenta o Governo na Assembleia da República, classificando-o de agente político do executivo laranja. Considerando que «a injustiça e o atropelo democrático contidos nesta decisão inaceitável são absurdos inconstitucionais» que «acentuam a linha de discriminação de que a CNA tem sido vítima por parte do Governo, a Confederação

Nacional da Agricultura recusa mais esta discriminação e contesta a unicidade da representatividade agrícola que o Governo concede exclusivamente à CAP. «Vamos interpor, portanto,

recurso e apelo desta decisão antidemocrática a todos os órgãos institucionais e vamos reforçar a nossa acção juntamente com os agricultores», afirmou João Vieira.

recurso e apelo desta decisão antidemocrática a todos os órgãos institucionais e vamos reforçar a nossa acção juntamente com os agricultores», afirmou João Vieira.



Palavras que o diabo amassou

Deve ganhar mais quem mais produz

«De subsídios falam eles. O que nós entendemos é que os agricultores deverão viver do preço dos seus produtos e do seu trabalho. Viver de subsídios é uma forma de os obrigar a viver de esmolas. E os subsídios, todos nós sabemos, não compensam integralmente as quebras de rendimentos e não se prolongarão no tempo: uma vez conseguidos os objetivos de destruição do potencial agrícola, depressa vamos assistir a uma diminuição dos subsídios, se não à sua retirada total, o que significa que nessa altura não haverá apelo. Por isso nos batemos para que os agricultores se mantenham activos na terra e vivendo essencialmente do rendimento do seu trabalho, "quanto mais produzirem, mais ganham". Aquilo que a PAC aponta é "quanto menos produzirem, mais ganham", o que é um contrassenso, tanto mais que se está a desmantelar o Ministério da Agricultura, quando nós sabemos que pôr em prática a reforma da PAC em Portugal vai exigir que os técnicos do MAP fiquem submersos em papéis. «A antiga PAC significava quem quem mais produzia, mais recebia. Agora, com a reforma, vai receber mais quem mais terra tem - e até quem mais deixa de produzir. Isto é contrário aos interesses do nosso país. Nós não temos nada a ver com os excedentes dos outros países, que durante 30 anos foram subsidiados para produzir mais; não fizemos parte desse programa e não temos que ser agora penalizados por aquilo que os outros produzem a mais.»

(João Vieira, da Direcção da CNA, na conferência de imprensa de 12 de Agosto)

Juros e crise como nunca nas cooperativas vinícolas

«Reclamamos medidas de apoio, por exemplo, no que diz respeito à concessão de créditos bonificados ao sector cooperativo, que no domínio do vinho atravessa uma das maiores crises de sempre, porque lhe foram retirados juros bonificados de que dispunha, e que hoje não poderá sobreviver com juros altíssimos e com uma quebra acentuada dos preços do vinho na produção.»

Podia-se começar por aí, um apoio à produção através de dinheiros mais baratos para que as pessoas pudessem investir. O que se está a passar é que os nossos vinhedos estão a envelhecer e não serão modernizados por descapitalização dos produtores de um modo geral.»

(João Vieira)

A reforma da PAC e a economia de mercado

«Não temos nada contra a economia de mercado, na condição que ela não choque com os agricultores. O que se está a pas-

sar é uma transferência das dificuldades do domínio internacional.

«No quadro comunitário, todos vão ter que reduzir, não só os portugueses (mas nós tínhamos menos razão que os outros para reduzir a produção, porque somos deficitários). Os franceses e outros, que são grandes produtores e beneficiados dos subsídios, também contestam esta orientação, que é sobretudo favorável aos americanos. Estes de longa data dizem que os produtores europeus têm que deixar de ser subsidiados para colocarem aqui os produtos deles, isto é, transferir as dificuldades dos agricultores americanos para os agricultores europeus.

«Mas a Comunidade Europeia é o principal importador mundial de produtos agrícolas. Por que é que tem que reduzir a sua produção? Exactamente devido às negociações internacionais do GATT. Podemos dizer que a reforma da PAC é o tapete que é desenrolado e por onde vão passar as negociações do GATT.

«Não somos contra a reforma da política agrícola comum, somos é contra esta reforma, que mantém os vícios da primeira versão. Somos a favor de uma reforma profunda da PAC. A economia de mercado mantém-se, com a manutenção e ajuda aos agricultores que não produzem excedentes, os das explorações de base familiar. No fundo, esta reforma continua a ser a manutenção dos agricultores que produzem excedentes, e a nossa proposta é que se ajude, sim, os que não produzem excedentes e os que mantêm o equilíbrio da natureza. Mas são exactamente estes que estão a ser escorçados do campo. «Esta é a nossa proposta, e isto não impede nada o funcionamento da economia de mercado, antes pelo contrário: teremos uma maior diversidade de oferta de produtos, teremos um melhor equilíbrio ambiental e evitaremos a desertificação dos campos.»

(João Vieira)

Negócios

«O património do Iroma está a ser alienado na perspectiva de criação de empresas particulares. Um despacho do gabinete do ministro da Agricultura de Abril deste ano deu (gratuitamente, portanto) à CAP património do Iroma em Palmela (instalações para guardar gado no leilão). Isto não é ilegal, não está fora da própria orientação do Ministério, a legislação está feita de forma que permite este tipo de brincadeiras. Mas se a CAP recebe, por que não recebem outras organizações (e não estamos a falar só de nós)? Nós temos conhecimento deste caso, mas há seguramente mais. «A comunicação social tornou público há uns dois meses uma guerra de compadres que nos deu a conhecer algumas verdades: estão ao serviço da CAP 400 técnicos do Ministério da Agricultura, o que é um alto privilégio e uma discriminação relativamente a outras organizações.»

(João Dinis, assessor da Direcção da CNA)

Os agricultores no País e a representação no CES

O Governo deu o monopólio aos compadres

Respondendo a perguntas dos jornalistas, João Dinis recordou como se concretizou a exclusão da CNA e como foi entregue a representação dos agricultores aos compadres da política laranja.

Aquele assessor da Direcção da CNA lembrou que, de entre os vários sectores económicos e sociais com assento no plenário do CES, há 8 lugares para representantes do sector empresarial. Destes, o legislador (neste caso, a AR) destinou desde logo 2 lugares à CIP, 2 à CCP e 2 à CAP.

Ou seja, à partida, daqueles 8 lugares, 6 ficaram logo cativos. Os dois restantes seriam disputados por todas as organizações de nível nacional (confederações nacionais empresariais) que se candidatassem.

Candidatou-se a CNA, candidataram-se outras associações. De outras dez candidatas, referiu João Dinis, a título de curiosidade, 5 já estão filiadas na CIP. Os dois lugares acabaram por ser atribuídos à CIP e à CCP (um a cada). «O CES tem 52 ou 56 membros e dentro deste número, por directa responsabilidade do

Dr. Nascimento Rodrigues, foi impedida a participação da CNA, com um só lugar que fosse, entregando o monopólio da representatividade agrícola à CAP, ou seja, aos seus compadres da política», comentou João Dinis.

Representatividade?

«A desculpa para não atribuir à CNA um lugar que fosse é que, na opinião do presidente do CES, a CNA não tem representatividade, critério que deveria fundamentar a decisão», informou João Dinis, adiantando uma série de argumentos que contrariam aquela posição oficial.

A CNA, lembrou, tem 14 anos e meio de existência, e «representa em Portugal, prioritariamente, as explorações agrícolas de base familiar, representatividade que a CAP não tem neste sector».

Estas empresas de base familiar ocupam 85% dos agricultores portugueses, o que leva a confederação a afirmar que a sua exclusão do CES é «uma demonstração de totalitarismo social». «A unicidade da CAP na representatividade agrícola é inconstitucional e não tem nada a ver com a realidade do sector agrícola», sublinhou João Dinis.

Este assessor da direcção da CNA revelou que no processo de candidatura aos lugares em aberto no Conselho Económico e Social a confederação incluiu uma relação das suas associadas, onde constam 195 organizações em todo o País: organizações de nível distrital, ligas concelhias, cooperativas, casas do povo, mútuas de gado, sociedades de agricultura de grupo, conselhos directivos de baldios, associações de produtores florestais. Quando lhe foi pedido que sugerisse formas

de testar a representatividade das confederações de agricultores, João Dinis reconheceu que «não é viável (nem para nós, nem para a CAP), mas seria interessante, contar quantos agricultores são sócios das organizações de cada uma das confederações».

Referiu, no entanto, «outras formas de comprovar a representatividade». Começando pela «prática da CAP ao longo destes anos», admitiu que esta «tem efectivamente alguma representatividade em alguns sectores agrícolas a Sul do Tejo, particularmente no Alentejo e no Ribatejo, regiões de grande propriedade, e no sector dos cereais», e «tem outra representatividade, mas já não na produção agrícola: em sectores, lobbies políticos, das indústrias e das empresas de importação e exportação de produtos agrícolas».

João Dinis registou que «a própria CAP tem uma cooperativa no comércio das sementes, das rações, recebe das celulosas centenas de milhares de contos todos os anos, recebe das próprias fábricas de rações subsídios generosos, para não falar dos privilégios que o Governo lhe concede», para concluir que «a CAP é, hoje, muito mais um lobby político do que propriamente um representante da agricultura, ou de alguns sectores da agricultura».

Ainda como forma de verificação prática da representatividade das confederações de agricultores, João Dinis citou as iniciativas que cada confederação promove e que promovem as respectivas associadas, «mesmo tendo em conta os apoios oficiais que o Governo e a Comunidade canalizam para a CAP (as centenas de milhares de contos de que usufruem a CAP, ou associ-

ações da CAP, ou dirigentes da CAP; os 400 e tal funcionários do Ministério que trabalham para a CAP, como foi tornado público há uns meses)».

A propósito, recordou que «ainda no dia 26 de Maio, a CNA promoveu na Curia, a um dia de semana, durante a reunião informal do conselho agrícola da CE, uma concentração em que, segundo os dados da policia, estiveram presentes 3500 agricultores. A CAP, realizando o seu congresso e promovendo uma manifestação no dia do encerramento da Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, não juntou mais que 2 mil.»

Combater a discriminação

Notando que ao apurar a representatividade se deve ainda ter em conta as posições e a acção de cada uma das



«Não temos nada contra a economia de mercado, na condição que ela não choque com os agricultores. O que se está a pas-

A reprovação do Governo

O exame realizado pela OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos) à política científica e tecnológica de Portugal, cuja reunião de síntese decorreu há pouco mais de um mês em Lisboa, constituiu a vários títulos um facto de inegável importância. Desde logo porque se trata de uma análise conduzida por uma importante organização internacional que há três décadas acompanha de uma forma circunstanciada os problemas do desenvolvimento económico dos países membros e que havia já realizado em 1984 um primeiro exame ao sistema científico e tecnológico nacional. Depois porque os relatórios (1) presentes agora à reunião de síntese (quer o extenso relatório geral contendo uma vasta informação e outros elementos de apreciação crítica, quer o relatório da equipa de especialistas examinadores) constituem, para além de diferenças de apreciação, contributos de indiscutível interesse para o debate aprofundado dos problemas da política científica e tecnológica do nosso país. Por último e não menos significativo é o facto deste exame detalhado agora realizado pela OCDE - apesar do carácter técnico dos relatórios e das preocupações "diplomáticas" habituais nos textos com esta origem - não eludir elementos de avaliação muito críticos em relação à política científica e tecnológica do Governo, nem deixar de enunciar fundamentadas preocupações em relação ao futuro.

Política nacional - precisa-se

O PCP tem vindo insistentemente a alertar em relação ao enorme atraso do sistema científico e tecnológico de Portugal e a sublinhar o papel estratégico que as actividades de I&DE (investigação e desenvolvimento experimental) desempenham para o desenvolvimento integrado do país e para o reforço da própria capacidade de decisão nacional, no quadro da internacionalização dos principais processos e da crescente cooperação e intercâmbio.

Fenómenos como o agravamento da balança tecnológica de Portugal com outros países - licenças e patentes, bens de equipamento, formação de quadros qualificados - são muito preocupantes. Por outro lado, mantém-se extremamente reduzida a especialização nacional em produtos ou processos de produção que exigem o domínio da alta tecnologia. E são pesadas as consequências da falta de definição de uma política científica e tecnológica nacional que forneça as grandes orientações e prioridades e que defenda o país face a mecanismos de controlo económico, político e até militar das actividades de I&DE que se realizam em Portugal, induzidas através da cooperação internacional, por parte de países industrializados e multinacionais.

A respeito da cooperação internacional e como já foi escrito no «Avante!», não se trata de conceber o desenvolvimento científico e tecnológico do país fora do quadro de um relacionamento cada vez mais extenso e aprofundado. Mas isso deve significar "cooperar de uma forma esclarecida, a partir da formulação de uma política científica e tecnológica adaptada aos problemas específicos do desenvolvimento do nosso país, que fixe objectivos a curto, médio e longo prazos e possa estabelecer condições aceitáveis para o intercâmbio dos próprios conhecimentos científicos e tecnológicos" (2).

O exame agora feito pela OCDE à política de ciência e tecnologia nacional, para além de um grande conjunto de problemas cuja apreciação se situa fora do âmbito deste artigo, contém elementos de apreciação geral que convergem com muitas destas preocupações.

Desde logo a avaliação que "Portugal continua, no plano internacional, muito atrás dos países europeus de dimensão comparável e mesmo atrás dos países muito mais pequenos" e a crítica de que "até agora, a falta de uma estratégia (que responda tanto aos objectivos científicos essenciais a longo prazo como às necessidades práticas urgentes ligadas ao advento da Europa de 1993, tais como os problemas do desenvolvimento económico, do ambiente, etc.) conduziu a programas dispersos, bem como a incertezas e frustrações ligadas à falta de um orçamento de base sólida para a ciência, a engenharia e a investigação e para a sua infra-estrutura".

Quanto ao financiamento do sistema científico e tecnológico a crítica ao Governo do PSD é directa. É sublinhado que "o Orçamento Nacional da Ciência e da Tecnologia assemelha-se mais a um exercício de contabilidade que a uma manifestação de vontade política" e que ele "ainda não conseguiu impor o papel central e decisivo na definição e na orientação da política de investigação do Governo que deveria ter sido o seu". E é apontado também negativamente que "o crescimento do orçamento de origem nacional, para além dos programas comunitários (CIENCIA, PRO-DEP, PEDIP) tem sido fraco" e que teria sido "essencialmente afectado ao acompanhamento da progressão dos salários", o que significa "que todo o aumento recente dos orçamentos de investimento e de funcionamento seria devido à Comunidade Europeia".

O facto de o Governo ter feito depender nos últimos anos o orçamento da investigação numa parte demasiado grande dos fundos da Comunidade Europeia é considerado pelos examinadores da OCDE como "não normal" e que "pode ser prejudicial a curto prazo para a orientação e a planificação da investigação e perigoso a longo prazo para a sua estabilidade". E perguntam: "Não é imprudente para o país não acrescentar (às subvenções da CE) um crescimento orçamental proporcional que lhe daria certamente uma

maior autonomia (sublinhado nosso) na sua política científica e tecnológica e lhe permitiria corrigir os desequilíbrios que há o risco de aparecerem na repartição por disciplinas dos programas de I&DE?". Concluindo depois que "não se vê claramente como as fontes de financiamento nacionais poderão substituir os fundos da Comunidade Europeia e sustentar os equipamentos e a infra-estrutura física constituídas graças a eles."

É oportuno relembrar a este respeito que já em Março de 1991 a Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP, no documento que tornou público sobre "o financiamento da I&DE e o programa CIENCIA" havia alertado para este problema. Sublinhando que "as afirmações governamentais de que objectivos financiados pelo CIENCIA serão complementados por outros instrumentos financiadores caem inteiramente por terra quando se analisa o Orçamento do Estado para 1991 para a Ciência e Tecnologia" pois "o crescimento em termos reais é nulo"; denunciando que "a afectação de recursos ao programa CIENCIA vem sendo acompanhada pela redução drástica das actividades iniciadas com o Programa Mobilizador de C&T e pela redução das dotações para assegurar o funcionamento dos organismos de I&DE do Estado"; a Comissão para as Questões da Ciência e Tecnologia do PCP alertava de forma sugestiva para que "o programa CIENCIA se arriscava assim a estar a construir um "elefante branco" em meios humanos e materiais sobre "terra queimada"".

Não à governamentalização da I&DE

O processo de governamentalização e de burocratização centralizadora das decisões na área da C&T nacional constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica do país para os quais os comunistas têm também vindo a chamar a atenção.

Do que se trata é do Governo decidir cada vez mais só por si, através de um processo fundamentalmente administrativo, sem uma real participação da comunidade científica, e apenas sujeito à influência das suas clientelas, sobre as actividades científicas e tecnológicas a serem realizadas e as instituições a apoiar (ou a estrangular financeiramente ou até a extinguir).

Apesar da óbvia delicadeza política da questão, é interessante registar que o relatório da OCDE não escamoteia em termos cautelosos algumas observações no mesmo sentido.

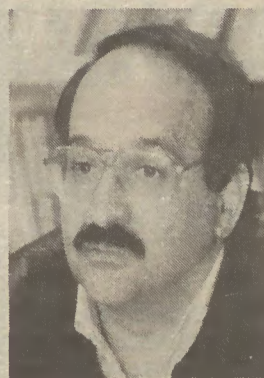
"A actividade do Conselho Superior (da C&T) reduz-se a dar pareceres sobre decisões que estão por vezes num estado muito adiantado de elaboração", reconhecem os peritos da OCDE, para logo a seguir adiantarem como primeira condição para que a função de conselho ao serviço da política científica e tecnológica possa exercer-se eficazmente "que uma parte dos membros do Conselho Superior possa ser eleita pela comunidade dos próprios investigadores".

Quanto aos organismos públicos de investigação é lamentado que não tenham sido transformados "dando-lhes mais autonomia e liberdade de iniciativa". Em relação à própria JNICT, o principal organismo através do qual o Governo pretende dirigir a política científica e tecnológica, os examinadores da OCDE fazem-se eco da "acusação sobretudo em relação à sua falta de autonomia, que a obriga a fazer subir todas as decisões, mesmo as mais pequenas, até ao nível mais elevado". E manifestam-se contra a extinção do INIC e a concentração das suas funções na JNICT pois "uma tal decisão poderia ter pesadas consequências no que respeita à investigação universitária" nomeadamente porque "para os próprios investigadores universitários não é bom depender de um sistema de avaliação único e de uma só fonte de financiamento".

Os examinadores da OCDE vão mesmo mais longe no recado ao Governo quando precisam "que a política científica e tecnológica não significa administração autoritária e centralizada, mas um conjunto de objectivos e de mecanismos bem definidos para a sua concretização, que deixe a cada organismo participante tanta liberdade quanta possível no seu quadro". E quando argumentam que "se a ciência e a tecnologia devem ser consideradas como uma "prioridade nacional", tal como é afirmado na Lei 91/88 sobre a investigação científica e tecnológica, seria necessário que a política da ciência e da tecnologia - estratégia nacional a longo prazo, definição das prioridades, grandes programas de I&DE e de inovação, planificação plurianual, orçamentos anuais, etc. - seja objecto de debates aprofundados no seio de uma comissão parlamentar da C&T, não somente para informar os parlamentares, estimular o Governo, controlar as instituições C&T e conferir legitimidade aos pedidos da comunidade científica e tecnológica, mas também e sobretudo para suscitar e alimentar debates públicos e periódicos sobre as vantagens da I&DE e da inovação junto dos media e do todo nacional".

Ciência, tecnologia e economia

As relações entre a ciência, a tecnologia e a economia constituem hoje em dia o tema central de um grande, complexo e apaixonante debate que se trava em muitos países sobre as orientações da política científica e tecnológica e sobre o próprio conteúdo e vias dos processos de desenvolvimento.



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão
Política

O processo de governamentalização e de burocratização centralizadora das decisões na área da C&T nacional constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica do país para os quais os comunistas têm também vindo a chamar a atenção. Apesar da óbvia delicadeza política da questão, o relatório da OCDE não escamoteia algumas observações no mesmo sentido.

O que mais surpreende em Portugal (ou talvez não) é a atitude do Governo nesta matéria, quer pela arrogância das certezas sem discussão, quer pelos disparates que volta e meia se vão ouvindo a alguns dos nossos governantes. Quem não recorda o ministro que não há muito sentenciava que em Portugal se faz investigação fundamental a mais e que eram excessivos os "papers" - comunicações feitas pelos investigadores? Ou o objectivo desprezo a que as ciências sociais e humanas são votadas?

Também neste aspecto os peritos examinadores da OCDE mostraram que não lhes passou despercebida a insensatez das orientações oficiais. Preto no branco escrevem: "Actualmente, as actividades de investigação fundamental, que são conduzidas quase exclusivamente nas universidades, não beneficiam de apoio suficiente, (e) o pessoal que trabalha na investigação fundamental é pouco numeroso e, em consequência, o número de publicações é modesto". "Todavia - sublinham - elas são um fundamento indispensável para a investigação aplicada, assim como uma insubstituível "janela" sobre o mundo científico internacional para Portugal". Acrescentam ainda que "neste domínio, é particularmente importante que não se procure restringir à experimentação" (e) "que lá onde ela se revele demasiado cara, será necessário procurar a colaboração internacional," mas que "para ser eficaz, essa colaboração exige uma sólida base nacional".

Outro aspecto da maior importância diz respeito à investigação industrial. É sabido e é reconhecido nos relatórios que temos estado a analisar de forma sumária, que uma das principais debilidades do sistema científico e tecnológico nacional tem a ver com o facto de serem extremamente reduzidas as actividades de I&DE realizadas nas empresas portuguesas, o que contrasta de forma muito viva com a realidade existente ao nível das empresas nos países mais desenvolvidos.

O relatório dos examinadores da OCDE sublinha entre os problemas estruturais e culturais mais importantes a resolver "a falta de potencial de I&DE na indústria manufacturadora, tanto no que respeita às despesas como ao pessoal qualificado" considerando-o talvez, "do ponto de vista tecnológico, o travão mais importante ao desenvolvimento de um sector industrial dinâmico e concorrencial".

A realidade encontrada em sectores como a electrónica em que "mais de 90 por cento dos produtos provêm de empresas pertencentes a estrangeiros que fazem relativamente muito pouca I&DE em Portugal", "na indústria farmacêutica e no sector das biotecnologias, com problemas similares", ou no sector da química "em que a maior parte das empresas está em mãos estrangeiras e fazem pouca I&DE industrial no país"; a preocupação com o facto de "Portugal exportar sobretudo bens de fraco conteúdo tecnológico e importar um volume importante de bens de forte conteúdo tecnológico"; concorrem para aquela que é certamente uma das mais significativas conclusões dos examinadores da OCDE - "a investigação industrial é demasiado fraca, (e) o seu desenvolvimento deverá ser a prioridade número um, sem o que o esforço de investigação de Portugal aproveitará exclusivamente às empresas estrangeiras".

Que os trabalhadores, com um destaque muito particular para os cientistas e os investigadores, que os democratas, que o povo português, intervenham mais activamente no debate destes problemas e reforcem a sua participação na luta contra a política do Governo e na defesa de uma verdadeira política científica e tecnológica nacional - tal é um importante desafio com que estamos confrontados.

Notas:

(1) "Politiques Nationales de la Science et de la Technologie : Portugal - Partie I: Rapport general; Partie II: Rapport des examinateurs" - OCDE - Direction de la Science, de la Technologie et de l'Industrie / Comité de la Politique Scientifique et Technologique - Paris, red. le 15 et le 17 juin 1992.

(2) "Uma política científica e tecnológica nacional - precisa-se" - «Avante!» n.º 924 de 5 de Setembro de 1991.

Os últimos dias do «Green Man»

■ Manoel de Lencastre

O «Green Man» vai fechar. Trata-se de um Banco? É, na realidade, um dos mais conhecidos «pubs» de Londres em cujos «saloons» comeram e beberam gerações sucessivas de ingleses e outros que, desde 1893, ano em que abriu, trabalharam, tiveram negócios ou, simplesmente, passaram na área por excelência do mundo financeiro britânico: a City.

No coração da City

Situa-se num georgiano edifício de bicudo gaveto entre a Pancras Lane e Bucklersbury, uma estreita travessa, mesmo junto à Queen Victoria Street, e especializa-se em deliciosas cervejas escocesas como a «Younger's», a «McEwans», a «Theakoton's Bitter», a «Best Bitter», a «Harp», a «Hunter Bitter», a «Newcastle», e em cidras. Compõe-se de dois salões principais onde verdadeiras multidões se comprimiam, se excitavam ou se acalmavam todos os dias entre as 12 e as 14, as horas de almoço na City. Isto, repetimos, desde 1893. O burburinho era sempre enorme. Chovesse ou fizesse sol, nevasse ou trovejasse, o «Green Man» estava invariavelmente cheio. No seu interior, viveram-se glórias e amorteceram-se sentires de desespero. Passou por ali todo o universo da vida financeira moderna. Modestos empregados, chefes de secção, «managers», directores, especialistas em câmbios, em propriedades, em hipotecas, em investimentos, em papel negociável na Bolsa, todos lá tomaram a sua cervejinha. E não temos hesitação em escrever que também imperiais administradores, gente com verdadeiro poder, lá experimentaram o seu almoço de negócios, a sua sandwich de bife, o seu «cheddar» (queijo), a sua «bitter» (cerveja inglesa) encarniçada, ligeiramente azeda, natural, mas sempre deliciosa. Na cave, almoçava-se com certa tranquilidade a preços caros.

Atrás de um pequeno balcão trabalhava um homem atendendo os pedidos de sandwiches, coisa em que se ocupava desde há pelo menos vinte anos. Mas ninguém como esse homem sabia fazer aquelas que se tornaram nas mais bem cortadas e preparadas sandwiches de toda a City. Manejando o pão, a manteiga, o frasco da mostarda, a faca, as carnes frescas e fumadas, fazendo tudo com mãos de mestre e a mais sublime destreza, era um artista. Homem alto, impecável no seu casaco extremamente branco e muito bem engomado cuja gola rígida mal lhe permitia que movesse o pescoço.

Ali perto, na Threadneedle Street, encontra-se o Banco de Inglaterra e, um pouco acima do «Green Man», na Poultry, os imponentes, monumentais edifícios-sede do Midland Bank e do National Westminster Bank. Threadneedle Street quer dizer a rua das linhas e das agulhas ou dos alfaiates e costureiras, como se queira, e Poultry pode traduzir-se como as Galinheiras locais. Estes nomes sugerem, evidentemente, o passado da grande metrópole londrina. Mas, o aparecer dos grandes Bancos na vida da cidade, o histórico papel do capitalismo que, dali, passou a comandar a Grã-Bretanha, a Europa e o mundo, o erguer da City às alturas de banqueira de Bancos, de governos, de nações e de impérios conduziu a que os modestos nomes das velhas artérias medievais tivessem adquirido considerável autoridade e nova respeitabilidade. Modernamente, como é natural, ninguém associa Threadneedle Street às agulhas e linhas, aos alfaiates e às costureiras do passado, mas, sim, ao Banco de Inglaterra, da mesma forma que se se mencionar a Poultry ninguém pensa em galinhas ou em quaisquer outros animais de aviário – é o nome das instituições bancárias lá existentes que surge no nosso imaginário. E vizinhos do «Green Man» foram certos portugueses de certa nota – nas suas traseiras, num 4.º andar da Queen Str., esteve instalado o escritório de representação do grupo Espírito Santo. Lá, faziam as suas contas e combinavam os seus negócios o falecido Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo e o antigo ministro salazarista Dr. Alberto Franco Nogueira. Naquele modesto 4.º andar concertavam-se negócios inimagináveis para o homem comum de Lisboa. Muitos desses negócios passavam pela casa Rea Brothers, do banqueiro Salomon, um seguro amigo dos banqueiros portugueses cuja sabedoria e prudência o não livraram de cair na armadilha da grande fraude do BCCI, com as consequências que se conhecem. Ali, a dois passos do «Green Man», se planeou o regresso a Portugal e a reconquista dos bens nacionais que o 25 de Abril patriótico nacionalizara.

No meio deste importante conjunto e mesmo diante do edifício de arcadas e colunas da antiga «Stock Exchange» (a Bolsa), acha-se a estátua equestre do duque de Wellington, Sir Artur Wellesley, o general astuto e profundo conhecedor do mundo do seu tempo, que venceu os franceses em Portugal,

em Espanha e em Waterloo, o homem que conduziu o império à exploração do mundo e proporcionou ao capitalismo inglês estabelecido na Poultry e na Threadneedle Street (o Banco de Inglaterra só foi nacionalizado em 1946 pelos trabalhistas) o decisivo avanço que se conhece. E fincou os seus fortes tentáculos através de todos os continentes, países, cidades, vilas, aldeias e simples ruas em toda a Terra.

Foi mercê dessa penetração imperial que a City se engrandeceu à custa do sangue da Humanidade e pode dizer-se sem receio de desmentidos que nas ruas da milha quadrada mais famosa no Mundo cintilam ainda imperceptíveis partículas das vidas de biliões de seres humanos cujo suor e cujo esforço enriqueceram as instituições financeira inglesas. Bengala foi feita prostrar. A África viu-se esventrada. A América ocupada, o Canadá conquistado, a Austrália colonizada. Portugal viu-se expulso de territórios sobre os quais se achava com direitos, viu-se humilhado, reduzido a um Estado servo. A Europa entregou-se. Imponente e triunfante, a City ganhou a posse do mundo. Foi quando a Inglaterra apareceu na História a querer ensinar-nos, a todos, os métodos e as democracias que se inventaram precisamente para defesa dos interesses da Poultry, de Threadneedle Street, da Lombard Street, entre outros.

O fim de uma forma de viver

Mas, o «Green Man» vai fechar. Acha-se vazio. As antigas multidões assíduas de bebedores e comedores desertaram-no porque múltiplos estabelecimentos bancários fecharam também ou para isso se preparam.

Dezenas de milhares de funcionários de todas as categorias têm sido despedidos, nos últimos anos. O Midland, o Natwest, o Bank of England, ainda lá estão, claro – mas, em que condições? Os prejuízos têm sido catastróficos. E o homem inglês, a mulher britânica, jazem no experimentar de modernos sofreres para os quais mal se encontravam preparados. Puseram-nos fora do emprego. Expulsaram-nos de suas casas. Levaram-nos o carro. Cancelaram-nos os cartões de crédito. Que destino vai ser o vosso, homem britânico, mulher inglesa? Para que estranho fosso vos estais deixando encaminhar?

O mestre cujas mãos subtis faziam as melhores sandwiches foi reformado. Em seu lugar, acha-se a Laura, uma rapariga irlandesa que daquele ofício nada entende. Mas, ao aperceber-se do nosso espanto português de ocasional passante face à desoladora experiência do «Green Man» às moscas, a bonita Laura de olhos verdes e bonitas e fortes pernas apressou-se a explicar: «Vamos fechar». Não contivemos um irresistível impulso de contrariedade. «O quê? Vai fechar?» Resposta: «É como vê. Não há clientes. Foram-se todos embora!»

Foram-se todos embora – eis um destino, que outros também sofreram, das gentes destas paragens. Quando das grandes expropriações que deram lugar à concentração da agricultura inglesa em poucas mãos apenas, o emergente capitalismo em grande escala mandou-os todos embora, aos camponeses, indicando-lhes que o novo caminho era o das fábricas que, então, começavam a surgir, no Lancashire. Isto, se não preferissem morrer nos horrores das docas e das nojentas ruelas de Londres. Aos que protestavam e pretendiam organizar-se, mandavam-nos também embora, para as colónias. Aos patriotas irlandeses, quando os não fuzilavam, sumariamente, ou faziam apodrecer, a ferros, em barcos fundeados nas áreas pantanosas do vale do Tamisa, mandavam-nos embora para as terras inóspitas da Tasmânia. Aos de Bengala, que haviam caído no erro fatal de não saberem o que era uma hipoteca, mandaram-nos embora das suas casas e terras. Os povos africanos de Matabele, de Sofala, de Machona, foram mandados embora para que dessem lugar aos projectos de Cecil Rhodes. Aos portugueses, mandaram-nos embora, igualmente, das terras de Manica. E assim, os povos se viram, gradualmente, afastados dos seus interesses ou dos seus países. A bandeira



Captains of Industry

da City, essa, fluuava já sobre todos os cantos da Terra. Mas, de repente, a indústria britânica recebeu também a sua ordem de marcha. «Vão-se embora das fábricas!» E o povo destas Ilhas começou a abandonar os grandes empreendimentos produtivos construídos à custa do próprio sangue – as fábricas de aço, as minas de carvão, os estaleiros navais, as fábricas de automóveis, as de aviões, toda a indústria metalúrgica. Simultaneamente, começaram a fechar tanto as indústrias ligeiras tradicionais como as que se dizem modernas, e os serviços, milhares e milhares de empresas e de escritórios, estabelecimentos comerciais grandes e pequenos – numa palavra, foi-se tudo embora. Então, alarmados com esta histórica tendência, os Bancos iniciaram o fecho de inúmeras filiais em todo o país num massacre de despedimentos. A Banca estrangeira, na City, começou a fazer as malas, os japoneses em primeiro lugar. As grandes companhias de seguros, sofrendo, Os «Lloyd's of London» no fundo de uma montanha de prejuízos: 2 biliões de libras.

As pessoas vão-se embora das suas casas. Não podem continuar a pagá-las. Milhões, andam com as prestações em atraso. Prosseguem as retomas. Mas nota-se no sistema o pavor de acelerar as expropriações em massa. Que fazer? Os Bancos hesitam. Contudo, o dinheiro não entra. Vencem-se os juros, mas fica tudo só no papel. E o capital não se reproduz. Já se investe nas dívidas dos países sul-americanos. Investir em dívidas? Estranho conceito. O capitalismo esgotou a sua capacidade imaginativa.

Não admira, pois, que o «Green Man» feche também. A City esvaziou-se. Segundo a rapariga irlandesa, a Laura, «everybody is leaving» (*). As ruas famosas perderam o grande movimento que as tornaram dignas do respeito e do medo de todo o mundo. Os estabelecimentos estão vazios de clientes e os saldos tornam-se permanentes. Os «Burberrys» (Londres, Nova Iorque, Paris, Bruxelas), da Queen Victoria Street, vizinhos do «Green Man», fecharam. Os «Mappin & Webb», joalheiros, (Londres e Tóquio) estão, positivamente, no mesmo caminho. As livrarias acham-se desertas. As bibliotecas só conhecem leitores de cabelos grisalhos. Hóteis, restaurantes, tudo se encontra vazio. A Grã-Bretanha está toda a fechar. Porque não haveria de fechar também o próprio «Green Man»?

E no apocalíptico contexto da maior crise do capitalismo desde 1929, ganham renovada dimensão e actualidade as belas estrofes de Shelley:

Rise like lions after slumber
In unvanquishable number –
Shake your chains to earth like dew
Which in sleep had fallen on you –
You are many – they are few!

Desperta como leões do vosso sono
em número invencível.
Libertai-vos das correntes
como quem sacode gotas de orvalho
que durante o sono vos tenham coberto.
Vós sois muitos – eles são poucos!

(*) Estão todos a ir-se embora.

Budapeste, mostruário da ilusão capitalista

■ Miguel Urbano Rodrigues

«Não parece que durante mais de 40 anos este país viveu em regime socialista...»

Ouvi a opinião muitas vezes em Budapeste, no final de Junho, durante a sessão estival do Conselho da Europa.

Centenas de deputados de duas dezenas de países visitavam a Hungria pela primeira vez. A reacção da maioria era de espanto. Muitos expressavam a sua satisfação por não identificarem «vestígios do socialismo».

Diferentes foram, naturalmente, as minhas reflexões e sentimentos. Sou comunista. A atmosfera que tanto alegrou colegas meus encaminhava-me para um tipo de meditação sobre a história que não justificava euforia.

Sabia que Budapeste não é a Hungria; apenas a sua capital. Mas o que observei naqueles breves dias chocou-me, não obstante as minhas conclusões serem, com frequência, antagónicas às dos parlamentares que se diziam encantados com a rapidez da «implantação do capitalismo».

A experiência do socialismo na Hungria sempre me inspirou reservas. Em 1982, após visitar aquele país, deixei transparecer num extenso artigo (publicado em «o diário») o meu cepticismo perante a chamada «nova reforma económica». A fundamentação ideológica das mudanças húngaras não me convenceu. Apesar de o não dizerem abertamente, os dirigentes do Estado e do Partido tentavam encontrar um compromisso entre o socialismo e o capitalismo. O projecto era utópico, mas estava a ser acompanhado com muita atenção na URSS. Anos mais tarde, Mikail Gorbachev tornou pública a admiração que lhe inspirou «a experiência das reformas húngaras».

Pareceu-me, então, que a Hungria seguia por um caminho perigoso. Transmiti essa opinião a dirigentes do Partido Operário Socialista Húngaro — POSH, que se mostravam eufóricos com os «benefícios» da adesão ao FMI.

Entretanto, não imaginava, sequer, que, transcorrida uma década, iria reencontrar uma sociedade cujos governantes, após uma ruptura total com o sistema socialista, manifestam um entusiasmo sem restrições perante as maravilhas do capitalismo.

O que está a acontecer na Hungria não justifica essa confiança.

Para o turista desatento às realidades menos transparentes do quotidiano, Budapeste (dois milhões de habitantes) é uma capital europeia onde as marcas do regime anterior desapareceram num tempo brevíssimo. Muitos nem meditam sobre uma evidência: a fisionomia física do centro da grande cidade pouco mudou desde a desagregação do Império Austro-Húngaro.

Só o forasteiro prestar, contudo, atenção ao jogo complexo das contradições, logo se apercebe das anormalidades de uma transição cujas debilidades lhe condicionam o rumo.

Budapeste

Num país para o qual o turismo constitui hoje a primeira fonte de divisas (33 milhões de visitantes em 1991), Budapeste funciona como brilhante fachada. A capital da Hungria é uma das mais belas cidades da Europa. Nesta época de turismo de massas, multidões vindas de todos os azimutes descobrem o esplendor de Budapeste, que para eles era pouco mais do que um nome no mapa.

Em Pest, a marginal do Danúbio, perto da famosa Ponte das Cadeias, fascina os visitantes com os seus hotéis de luxo, os restaurantes, as esplanadas e cafés à

beira do grande rio. Fatigado de uniformidade, o turista que já colecionou uma dúzia de capitais contempla das colinas de Buda um panorama diferente de tudo o que já se viu e encontra no gótico tardio de São Matias e nos recantos do bairro do Castelo uma atmosfera renascentista que o perturba e confunde. A acrópole da cidade velha — se assim se lhe pode chamar — é uma surpresa absoluta para o visitante, por mais ignorante que ele seja da história milenária da Hungria.

Jogo e prostituição

No tocante a compras, o centro de Budapeste adaptou-se alegremente às exigências das modernas hordas de compradores ávidos de *souvenirs* que as agências de viagens despejam diariamente na cidade. O turista sente-se na Rua Vaci ou na Praça Vorosmany como se estivesse no coração de Paris, de Roma ou Viena. É uma ilusão.

Quem conheceu aquela cidade antes, regista entre o presente e o passado diferenças mais importantes do que a ocidentalização do comércio. Budapeste ostenta agora as insígnias de capital de jogo. Proliferam casinos. Nos hotéis de luxo, em clubes, até em barcos fundeados no Danúbio, joga-se freneticamente roleta, bacarat, poker, *chemin de fer*. A indústria do jogo é explorada por uma mafia cujas ramificações aparecem ligadas a outros negócios recentes: o narcotráfico e a prostituição. Esta também conquista para Budapeste outro recorde pouco invejável. Em grandes avenidas, as casa de massagens,

muito baixos. Um operário recebe, em média, o equivalente a 15 contos mensais, um professor do ensino secundário 25 contos, um médico 35 contos, um general quase 100 contos.

Os preços, porém, são apenas levemente inferiores aos portugueses, como comprovei em diferentes supermercados. A economia informal corre como rio subterrâneo. Percebe-se que tem um peso enorme na (des)organização da vida. O duplo emprego é quase uma exigência para os orçamentos familiares.

Vive-se muito pior hoje em Budapeste do que há quatro anos.

A quantidade de vendedores ambulantes impressiona. Mesmo no centro movem-se como formigas. Não é difícil perceber que muita gente sobrevive à custa de biscates.

O nível do desemprego reflecte, naturalmente, a situação de crise global. Segundo as estatísticas oficiais — cuja credibilidade é, aliás, contestada pela oposição —, o total de desempregados atinge presentemente 9% da população activa. Em Budapeste esse índice não excederia, porém, os 2-3%. O Governo faz o que pode para poupar a capital por ser um mostruário para os turistas, mas o visitante atento tira as suas conclusões do próprio espectáculo da vida quotidiana.

Em distritos do interior do país, como Szabolcs e Borsod, a taxa de desemprego excede os 16%.

Nos grandes hotéis movimenta-se um pessoal três vezes superior ao indispensável para o bom funcionamento dos serviços. Os porteiros, ascensoristas e paquetes envolvem os hóspedes como enxame de abelhas.

A gravidade da crise

Para se avaliar a gravidade e complexidade da crise económica não é necessário citar opiniões da oposição. Documentos editados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e distribuídos aos deputados estrangeiros durante a sessão do Conselho da Europa em Budapeste iluminam bem a situação em que o país se encontra.

Do dossier sobre a Economia, o nº 7 (Abril de 1992), transcrevo algumas passagens expressivas:

● «Em consequência da reestruturação económica em curso no país, o PNB baixou 4% em 1990, e segundo cálculos provisórios, de 7 a 9% em 1991.»

● «O marasmo económico foi mais flagrante no sector industrial, que regrediu 9% em 1990 e, depois, 19% em 1991.»

● «Entre os factores que reduziram o consumo figuram nomeadamente a queda dos rendimentos reais e a do poder aquisitivo dos salários, o aumento do desemprego, os reflexos da poupança após o esgotamento dos pecúlios.»

● «Paralelamente à redução do investimento e do número de fogos construídos, a construção atravessa um período de recessão» (...)

● «Durante os três últimos anos, a produção agrícola global caiu cerca de 3%.»

Esses números, que trazem o selo oficial, valem por desmentido aos disparates que a comunicação social portuguesa teima em publicar sobre a Hungria, esforçando-se por apresentá-la, como exemplo convincente das mudanças positivas que teriam resultado no leste europeu da opção pelo capitalismo.

Poderia alegar-se que, a curto prazo, as perspectivas são boas ou sequer razoáveis. Mas nem os próprios membros do actual governo, cada vez mais desacreditado, ousam ir tão longe. A crise tende a aprofundar-se.



anunciadas por berrantes cartazes, são bordéis para todos os gostos e tarifas; nos grandes hotéis, os programas de televisão incluem vídeos pornográficos (pagos). Nos passeios da marginal do Danúbio, a densidade de prostitutas adolescentes impressiona. Propõem a venda do sexo com a mesma candura sorridente com que as camponesas romenas vindas da Transilvânia oferecem e regateiam belas toalhas bordadas.

Uma camada de novos ricos, de fronteiras e origens mal definidas, controla os negócios ilícitos, tolerados, com simpatia, pela Polícia.

Desemprego e inflação

O forint, moeda nacional, vale um pouco menos que dois escudos (47 por marco alemão), mas os salários são

Os epígonos do êxito da transição fazem barulho com o saldo positivo da balança de transacções correntes. Mas os argumentos que invocam são frágeis.

A dependência da economia do turismo cresceu de maneira preocupante. O pequeno saldo nos pagamentos externos (127 milhões de dólares em 1991) não compensa o rombo cada vez maior da balança comercial. A vaca leiteira do turismo apresenta, aliás, indícios de que o afluxo de divisas tende a diminuir; em 1991 o número de visitantes estrangeiros caiu: menos 4,4 milhões de estrangeiros entrados no país.

A coligação de direita que governa a Hungria procura cumprir com rigor os acordos assinados com o FMI. As imposições do Fundo implicam, porém, para o povo, sacrifícios cada vez maiores. Como sempre, são os trabalhadores quem paga a factura das políticas de ajustamento. A subida dos preços foi de 17% em

1989, de 29% em 1990 e de 35% em 1991. Este ano, a inflação caiu levemente, mas a estabilização da moeda é esperança remota. Além do exército de desempregados, centenas de milhares de assalariados trabalham apenas três ou quatro dias por semana e em horários reduzidos.

A tentativa de deslocar para os países do Ocidente o comércio externo, que era realizado preferencialmente com os Estados do dissolvido CAEM, produziu até agora resultados inversos aos esperados. A agricultura viu-se privada dos seus mercados tradicionais. O trigo e o milho húngaros ficaram sem compradores e a França aproveitou a oportunidade para vender os seus cereais à Rússia.

A agricultura é, aliás, o sector da economia mais afectado pelas consequências da política de privatizações. A estratégia da transição levou à ruína uma das agriculturas mais desenvolvidas da Europa. A lei das cooperativas, ou mais exactamente a lei concebida para destruir as cooperativas agrícolas de produção, criou uma situação de caos no campo húngaro.

Que futuro?

Para onde vai a Hungria?

Na resposta à pergunta, a maioria dos observadores tende a valorizar factores circunstanciais.

A opção ideológica dos analistas pesa quase sempre

nas conclusões. Muitos subestimam as dificuldades da transição para o capitalismo e admitem que no final do século a Hungria terá recuperado grande parte do atraso em relação aos países menos desenvolvidos da CEE. Mas essa previsão, subjectiva, não assenta em factos. O ingénua deslumbramento dos húngaros, que, em 1989, sonhavam com a rápida transformação do país numa nova Áustria, já acabou, cedendo lugar a sentimentos de frustração e mesmo de pessimismo. O futuro próximo não anuncia alegrias; nem bem-estar, excepto para a pequena minoria que enriqueceu com os negócios sujos de transição. Essa camada de novos milionários não goza contudo de prestígio; é detestada pela massa da população.

Findo o brevíssimo tempo das ilusões, o povo começa a compreender que o capitalismo real é muito diferente daquilo que imaginava. O ruir dos mitos não implica, entretanto, um juízo menos crítico sobre as últimas décadas da história do país. Ao desabafo no género do «antes vivíamos muito melhor» (escutei vários) não corresponde uma desculpabilização dos erros cometidos pelo regime anterior. Foram erros inapagáveis, apesar das grandes conquistas que assinalaram o período socialista.

O povo — não obstante o seu elevado nível de instrução — compreende mal o que se passou no país e no mundo nos últimos anos. Olha em frente e medita no passado e tudo lhe parece nebuloso e contraditório, quase ininteligível. O processo de privatizações (com

excepção do sector do pequeno comércio) avança lentamente. Os mágicos investimentos estrangeiros não afluíram no ritmo esperado (os EUA, excepcionalmente, ocupam o primeiro lugar, o que não acontece em qualquer outro país da Europa do Leste).

A actual coligação que governa o país, o Forum Democrático, terá muita dificuldade em permanecer no poder. É uma manta de retalhos, sem obra, sem base social, sem projecto merecedor desse nome.

O descontentamento alastra e os liberais, principal força da oposição, tratam de o explorar.

A falta de perspectivas do governo do Forum reflecte-se bem no recurso a uma arma política primária e perigosa: o nacionalismo exacerbado. Para não perder o que lhe resta de apoio eleitoral, o governo explora sentimentalmente a questão das minorias húngaras que vivem em países vizinhos, sobretudo na Roménia, na Eslováquia e na Sérvia. Repete, afinal, processos demagógicos utilizados pelo governo fascista do almirante Horthy após a primeira guerra mundial e pelos quais pagou um preço altíssimo.

A temática do nacionalismo aparece na Hungria intimamente ligada à antinomia revolução-contra-revolução, mergulhando as raízes na história profunda do povo magiar — uma história que parece arrancada das páginas de uma tragédia clássica grega.

Pela importância que o assunto tem para o entendimento do próprio processo de ascensão e queda do socialismo no país, a ele voltarei em próximo artigo.



Gazetilha

Actualidade

Dizem que foi o ano de todos os escândalos. Pois sim. Certo que ouvi a SOFIN o Caldeira, o Fulano e o Beltrano e vários outros, muitos maganões. Sem esquecer a «lavagem dos cupões...»

Logo nos diz depois com um sorriso posto o ano Um Nove Nove Dois: - E ainda vou em Agosto...

Fitas

Cavaco racionaliza quer dizer: despede.
Cavaco moderniza quer dizer: despede.
Cavaco rentabiliza quer dizer: despede.
Eis as pratas que utiliza para nos apanhar na rede.

São as palavras bonitas fitas, fitas, fitas, fitas...

Friends...

Porque Israel estava feio fez Bush grande escarcéu e disse que não lhe dava não lhe dava mais farnel. E Bush teimou: não dava mais um dólar a Israel porque Israel, o marau, era mesmo muito mau e ajudar Israel ajudar a cascavel caía mal, muito mal no ocidental quartel. Mas em tempo de eleições cuidadinho com o granel! Israel fez um sorriso pintou os seus canhões de mel pronto, pronto, é o que é preciso, seguem dólares para Israel que usa os seus canhões, pois usa, mas pintadinhos de mel. Bush acha que very well e açabou o escarcéu.

RTP sonha e vê

Naquele acampamento de escuteiros houve acontecimento inesperado: Cavaco ao vento desengravatado dá de espavento os risos mais fagueiros.

Nesse momento foi entre os primeiros a subir com alento no sobrado e trepou com talento, exprimentado no rude pavimento dos coqueiros.

Sua visita foi surpresa e tanto. Já uma câmara presa ao seu encanto no entanto o aguardava pela proa.

Como estava a TV naquele aperto? Sonha e quem sonha vê a vida perto. RTP, que grande adivinha!

■ IGNOTUS SUM

Negócios à pala...

Os amantes do desporto-rei, e não só, devem ter ficado siderados, mesmo os que não são sportinguistas, quando ouviram Santana Lopes «explicar» que, afinal, a interdição do estádio, por causa da «pala» que estaria em condições perigosas, não tinha passado de um mero pretexto para que o clube fizesse obras em tempo oportuno. Bem se fartou a subsecretária Maria José de explicar que aquilo era um perigo. Veio o secretário Santana e disse que afinal não era. Mas que não deixava de ser. E que entretanto dava uns cobres para «consolidar» a pala. Ou seria para cobrir o prejuízo de não ter havido concertos à pala do desporto? À pala disto tudo, uma demissão – a da Maria José, que não aguentou. Mas, mesmo que não caia em breve, a pala do estádio de Alvalade ainda vai dar que falar. E vai dar para cobrir muita coisa.

Cavaco flutua

Já se sabia que Cavaco trepava. Vimo-lo abundantemente na comunicação «social» a trepar

coqueiros, revimo-lo a amarinhar a um poste, num acampamento de escuteiros, onde um jornalista solfrito ouviu chamarem-no de pai, entre a miudagem. O homem sabe trepar. E tem ajudas. Enquanto alguns dos seus ministros e figuras gradas da sua clientela se estampam das alturas e são reenviados para as profundezas – algumas bastante confortáveis – donde saíam, Cavaco Silva continua a subir. Não resiste. Apontem-lhe uma escada, uma árvore, um pau... e o homem trepa. Agora o que não sabíamos, mas o inefável «Público» se encarregou de nos mostrar, é que o homem também flutua. Não têm pois razão aqueles que esperam vê-lo afundar-se. Um indivíduo com tanta tendência para as alturas, com tão pouco peso de dúvidas, com tão pouca leitura que lhe dê lastro, um Cavaco assim, há-de sempre flutuar. E não apenas nas águas algarvias.

Notícias negras

Uma série de notícias, providas da Alemanha, dão um quadro bastante negro sobre a situação social, política e moral deste país, que, engrossado pela anexação que fez, surge no panorama europeu e mundial com a presunção de dar cartas,

conselhos e avisos.

Um relatório, publicado há dias pelo matutino «Bild», revela que aumentaram no país os membros de partidos da extrema-direita, sendo hoje 40 mil os neonazis «recenseados», mais 8 mil que há dois anos. Acrescenta o relatório que subiram significativamente os actos de violência praticados por estes grupos, passando, no período de um ano, de 270 casos para 1300! Entre os mais graves casos de violência registados contam-se três homicídios, 375 fogos postos e ataques à bomba e 369 lesões corporais.

Juntando a estas notícias negras outras que nos dão conta que, na RFA, todos os anos mais de cem crianças são espancadas até à morte, enquanto cerca de 300 mil são submetidas a sevícias que deixam marcas permanentes, temos um retrato bastante negro deste civilizado país, modelo da Europa...

Um país cujo governo trata tão bem o povo quanto alguns países tratam os filhos. Ainda há dias, um executivo de Helmut Kohl aprovou legislação a fim de reduzir substancialmente os apoios estatais no sector da saúde. Com uma qualidade de vida a descer, não se pode esperar que a violência tenha tendência para abrandar.

frases da Semana

“Já de manhã, quando ele, assumindo a sua qualidade de cidadão, quis conduzir o automóvel até ao aeroporto de Faro onde, já na pele de primeiro-ministro, apanhou o Falcon para visitar o XVIII Acampamento Nacional de Escuteiros, foi um pouco inesperado ouvi-lo falar, mais do que uma vez, na necessidade de comprar uma casa em Lisboa.”

☛ (Em férias com Cavaco – Áurea Sampaio – «Público Magazine», 16.08.92)

“Mas já os dois se embrenham numa animada conversa sobre as leituras de férias dele. Ela mete os livros na mala, ele aceita os seus conselhos sobre a matéria.”

☛ (Idem)

“Eu acompanhei os atletas em Barcelona, assisti a todas as provas em que participaram, jantei com eles na aldeia olímpica, conversei duas vezes com a equipa de hóquei antes do jogo, tentei mesmo transmitir alguma força anímica aos atletas. Que mais queriam?”

☛ (Couto dos Santos – «Jornal», 14.08.92)

“Recessão. Chegou a nossa vez.”

☛ (Título – «O Independente», 14.08.92)

“Recessão com pés de veludo.”

☛ (Título – «O Jornal», 14.08.92)

“É a terceira vez que a Unita nos desconsidera.”

☛ (José Lamego, PS – «O Diabo», 18.08.92)

“Soubemos coisas que nos serão muito úteis nas nossas futuras inspecções, em todos os domínios abrangidos pelas Resoluções 678 e 715 do Conselho de Segurança.”

☛ (Nikita Smdowitch, chefe da equipa de peritos da ONU – «Diário de Notícias», 18.08.92)

“Bagdad, afinal, não colocou entraves à última missão dos inspectores da ONU. Mas os Estados Unidos e os seus aliados já encontraram outro pretexto para castigar Saddam Hussein. Basta que as tropas iraquianas ataquem os xiitas no Sul do País.”

☛ («Público», 18.08.92)

“Moscou conta com bispos ortodoxos para garantir a submissão da Ucrânia.”

☛ (Título – «Diário de Notícias», 18.08.92)

“Porque em televisão, emprenha-se mais pelos olhos do que pelos ouvidos.”

☛ (Mário Castrim, «Canal da Crítica» – «Tal e Qual», 14.08.92)



Noites do Vitória

Música ao Vivo
à sexta-feira à noite
no Terraço

Esta semana:
Conjunto Sol Água

EXP '92

SEVILLA

EXCURSÃO 2-3-4-5/OUTUBRO

1º DIA – LISBOA/MONTE GORDO.

– Partida às 14 horas do CT Vitória: Auto-
-Estrada do Sul. Continuação da viagem por
Alcácer do Sal, Ourique, Ferreiras, Monte
Gordo. Alojamento.

2º e 3º DIAS – MONTE GORDO/
/HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO

Partida para Sevilha às 8 horas. Chegada
às 10 horas. Entrada no Recinto da Expo/92.
Dia livre para iniciativas individuais. Às 23.15
horas partida para Monte Gordo. Chegada ao
alojamento à 1.00 hora.

4º DIA – MONTE GORDO/LISBOA

– Regresso às 13.45 horas. Chegada prevista
às 19.30 horas.

PREÇO POR PESSOA

– C/1 Entrada na Expo/92..... 29 500\$00
– C/2 Entrada na Expo/92..... 35 300\$00

O preço inclui:

- Transporte em moderno Autocarro de Turismo com
ar condicionado até ao local da Expo/92 e regresso;
- Alojamento no Hotel Baía de Monte Gordo.
- Pequenos-almoços;
- Entrada (1 ou 2 bilhetes conforme a opção) para a
Expo/92, nos 2º e 3º dias;
- Visita à cidade de Sevilha.

Excursão a

Ceuta

3 dias

25, 26 e 27 de Setembro

1º dia - Lisboa (saída do CT Vitória)

Algeciras

2º dia - Ceuta

3º dia - Regresso

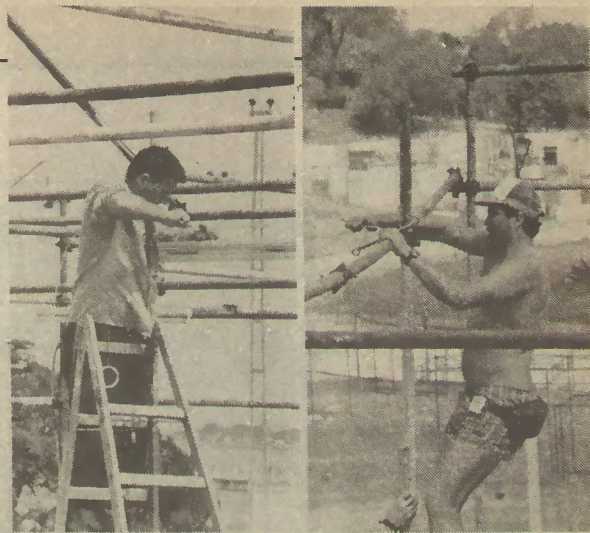
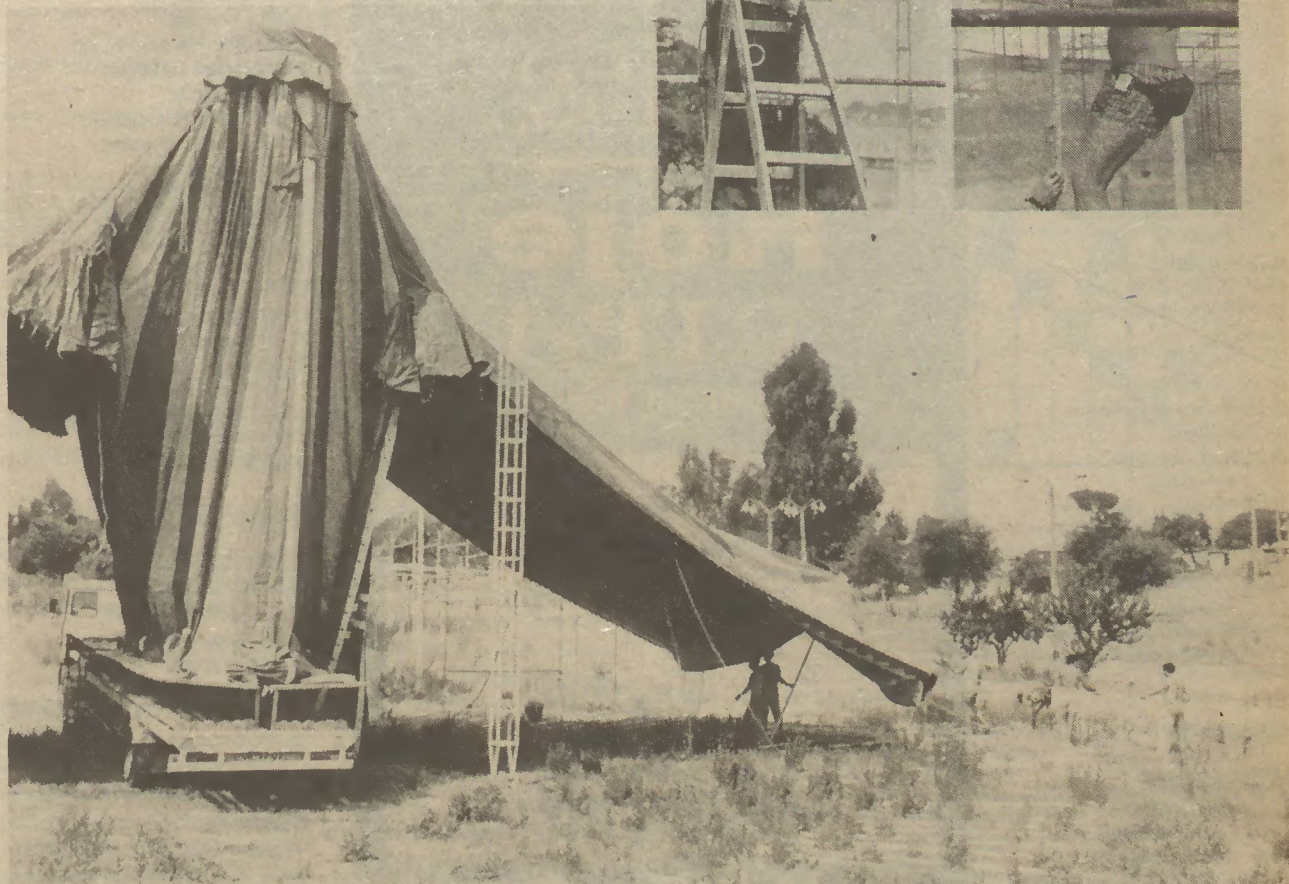
(passagem por Sevilha,
Badajoz, Estremoz)

Preço por pessoa: 25.500\$00

(incluindo viagem, alojamento em
Hotel em regime de 1/2 pensão, jantar
do 1º e 2º dias)

- Excursões promovidas pela
Organização Cidade de Lisboa
- Inscrições nas Zonas
e Sectores e no CT Vitória - Tel. 3562715

Agenda



Construir a Festa...

No último
Domingo,
nas estações
fluviais de Belém
e do Sul e Sueste
e na marginal
de Oeiras,
uma brigada



...divulgar a Festa!

de quatro
camaradas
distribuiu
mão a mão
1800 exemplares
do suplemento
do «Avante!»
sobre a Festa!



Quinta, 20

Canal 1

07.40 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Por Toda a Humanidade
11.05 Eurosul
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Azimutes
14.00 Brinca Brincando
14.45 Selva, Mulheres e...
Macacos
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.30 Chefe, Mas Pouco
21.50 A Última Ambição
23.30 Notícias
23.45 Remate
23.55 Bandidos da Falange

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.25 Curso de Alemão
13.35 Agora, Escolha!
15.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.30 Grandes Desastres
18.00 O Bem e o Mal
18.35 A Ilha das Bruxas
19.25 O Mundo dos Anos 30
20.05 Música no Dois
21.00 Jornal das Nove
21.30 Corrida de Touros
24.00 Ruas da Cidade
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 21

Canal 1

07.40 Ciência, Que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Por Toda a Humanidade
11.05 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 The Natural World
14.35 Memórias
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Matulão
17.00 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.35 «Travels with my Aunt»
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Alô, Alô
00.15 Notícias
00.30 Remate
00.55 Bolero
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.25 Curso de Francês
12.45 Animais de África
13.15 Gerações
13.35 Agora, Escolha!
13.05 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
18.00 O Bem e o Mal
18.40 A Ilha das Bruxas
19.35 O Mundo dos Anos 30
20.05 À Mercê de Capricórnio
21.00 Jornal das Nove
21.40 Verdade Oculta
22.40 Lampião e Maria Bonita
23.30 Rotações
00.30 Tudo Vai Bem

Sábado, 22

Canal 1

08.00 À Mão de Semear

tempo de antena

PCP

Hoje
RTP-1

a seguir ao telejornal



Não há Festa como esta!

08.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Luta Livre Americana
14.00 A Flecha Negra
14.30 Marés Vivas
15.15 Neil Young em Berlim
16.20 Onde Florescem os Lírios
(ver «Filmes na TV»)
17.55 O Trilho dos Deuses
18.50 O Irlandês
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.35 Casa Cheia
22.15 Araponga
23.10 Acidente Explosivo
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 À Descoberta do Homem
09.30 Évora - Cidade
Património Mundial
10.00 Chef Baker
11.00 Lendas e Factos da
História de Portugal
11.30 Forum Musical
13.00 Agarra o Dois
14.00 Domingo de Agosto
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.10 Vida a Vida
19.40 Happy Monday
21.00 Estádio (II)
23.30 Lampião e Maria Bonita
00.20 As Teias da Lei

Domingo, 23

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Amigos e Irmãos
13.40 Viagem ao Mundo da
National Geographic
14.30 Top +
15.25 Código: Juggernaut
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Globo Ciência
17.40 Hooperman
18.05 Carol Burnett Show
19.00 A Estrada da Lei
20.00 Jornal de Domingo
20.50 Araponga
22.15 Domingo Desportivo
23.30 A Romana

Canal 2

08.00 Carinhos
09.00 Novos Horizontes
10.00 O Desafio do Mar
11.00 Regiões Magazine
12.00 Agarra o Dois

13.00 As Aventuras da
Liberdade
14.00 Anarquistas
Graças a Deus
15.00 Troféu
20.00 Pai de Filhas
20.45 Especial Desporto -
Fórmula Um
21.00 Nós Dois
21.35 Artes e Letras - «Paul
Bowles»
22.30 Alguns Dias Comigo
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Tauromaquia

Segunda, 24

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Por Toda a Humanidade
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Humor Soviético
14.00 Brinca Brincando
14.30 O Doutor Apaixonado
(ver «Filmes na TV»)
16.00 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.25 Jogos sem Fronteiras
22.45 Day One
23.30 24 Horas
00.05 Remate
00.15 Um Raio de Sol na Água
Fria
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Inglês
12.45 Animais de África
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha! (I)
15.00 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.00 Destino América
18.00 O Bem e o Mal
18.30 A Ilha das Bruxas
19.30 Dramazine
20.00 No Mundo dos Festivais
21.00 Jornal das Nove
22.00 A Geração de 60
22.45 Ópera: «Don Carlo»

Terça, 25

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura

08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Ecrã Clássico
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.30 A Presa Humana
(ver «Filmes na TV»)
16.00 O Matulão
17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Jogo Limpo
22.15 Primeira Página
23.15 Uma Vida dos Diabos
23.45 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona Perigosa
12.30 Curso de Alemão
12.45 Animais de África
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!

15.00 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
17.00 Estrelas
17.30 Tribunal de Juri
18.00 O Bem e o Mal
18.30 A Ilha das Bruxas
19.30 Cinemazine
20.00 No Mundo dos Festivais
21.00 Jornal das Nove
22.00 Terror
22.45 Crimes a Sangue-Frio
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Pop Off

Quarta, 26

Canal 1

07.30 Ciência, que Loucura
08.10 O Menino Doutor
09.35 Rua Sésamo
10.05 Ecrã Clássico
10.30 Filhos do Sol
11.30 Embarços
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.30 Primeira Matinée
16.00 Mamma Lucia

Filmes na TV

Selva, Mulheres e...
Macacos

«Carry On... Up The Jungle», (Gr.Br./1970). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Frankie Howard, Charles Hawtrey, Joan Sims, Terry Scott, Kenneth Connor. Cor, 87 minutos.

Como já devem ter-se apercebido, pelo título original e pelas habituais reticências, trata-se de mais uma idiotice da série «Carry On...», a que convém não prestar qualquer atenção.

Quinta, 14.45, Canal 1

Ruas da Cidade

«City Streets», (EUA/1931). Realização de Rouben Mamoulian. Interpretação de Gary Cooper, Sylvia Sidney, Paul Lukas, Wynne Gibson, Guy Kibbee, Stanley Fields. P/B, 82 minutos.

Único argumento original escrito por Dashiell Hammett para o cinema, «Ruas da Cidade» é um dos melhores filmes da semana, um melodrama policial cuja acção se desenrola no cinematograficamente fascinante «preto e branco» do mundo do crime, tornado clássico a partir dos inúmeros exemplos saídos dos estúdios de Hollywood. Aqui, Rouben Ma-

moulian, um dos melhores representantes do «género», transformou este filme numa referência decisiva, através da brilhante encaenação e montagem e, com um talento de verdadeiro pioneiro, elevando o trabalho de manipulação do som (a dar os primeiros passos no cinema) a um estatuto definitivamente maioritário. Com excelentes interpretações, em que é imperioso destacar Gary Cooper e Sylvia Sidney, este é um filme que, quem estiver apetrechado para tal, deverá gravar, já que a RTP o programou para o inconcebível horário das 00.00 horas!...

Quinta, 24.00, Canal 2

Memórias

«The Two Worlds of Jennie Logan», (EUA/1979). Realização de Frank De Felitta. Interpretação de Lindsay Wagner, Linda Gray, Marc Singer, Alan Feinstein, Henry Wilcoxon, Joan Darling. Cor, 98 minutos.

Baseado no romance de David William's «Second Sight», o argumento deste telefilme, que as referências apontam como de qualidade assinalável, aborda uma história de paixão e crime situada em duas épocas diferentes, na passagem do século, num bem encenado jogo de memórias.

Sexta, 14.35, Canal 1

17.00 Brinca Brincando
17.30 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.30 Meu Bem, Meu Mal
21.15 Vamos Jogar no Totobola
(ver «Filmes na TV»)
23.30 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês
12.45 Animais de África
13.00 Gerações
13.30 Agora, Escolha!
15.00 Mary Tylor Moore Show
15.30 Recreio do 2
16.30 Derrick
17.30 Design
18.00 O Bem e o Mal
18.30 A Ilha das Bruxas
19.15 O Mundo dos Anos 30
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
22.00 Corrida de Touros
23.30 Sinais do Tempo
00.45 Amores Dífceis

Viagens com a Minha Tia

«Travels With My Aunt», (EUA/1972). Realização de George Cukor. Interpretação de Maggie Smith, Alec McCowen, Lou Gossett, Robert Stephens, Cindy Williams. Cor, 109 minutos.

Adaptado do romance homónimo de Graham Greene, este filme apenas ficou assinalado pela positiva através do Oscar que Anthony Powell conquistou com os seus figurinos. Na realidade, embora realizado por um dos maiores mestres do cinema americano, George Cukor, trata-se de um filme falhado que conta, sem rasgo, as aventuras em viagem pela Europa e África de um jovem, Henry, e de sua tia, Augusta.

Sexta, 21.35, Canal 1

Bolero

«Bolero», (EUA/1984). Realização de John Derek. Interpretação de Bo Derek, George Kennedy, Andrea Occhipinti, Ana Obregon, Greg Bensen, Olivia D' Abo. Cor, 100 minutos.

Parecendo pretender transformar o auditório televisivo numa imensa plateia de voyeurs impenitentes, a RTP está cada vez mais frequentemente a ocupar horas de



Sylvia Sidney, o centro das atenções em «Ruas da Cidade», de Rouben Mamoulian. À esquerda, Gary Cooper

a talhe de FOICE Férias

Tanto quanto julgo saber, em Portugal, à excepção de VPV (Vasco Pulido Valente), toda a gente gosta de férias. O que não é rigorosamente a mesma coisa do que dizer que toda a gente tem as férias de que gosta. Este é um privilégio reservado aos eleitos, grupo restrito em que se inclui Cavaco Silva, como o 'Público' do passado domingo fez o favor de nos informar. Em boa hora o fez. Munida com tão importante informação eu, mais uns bons milhares de portugueses, pudemos enfim ir de férias descansados. Como é fácil de calcular, nestes dias de canícula em que no País e no mundo nada de momentoso acontece, as atenções do país viraram-se — fatal como o destino — para o timoneiro do Governo, numa apreensão estival a todos os títulos louvável.

Será que podemos mesmo ir de férias descansados?

E essas guerras lá para a Bósnia, o Iraque, na ex-URSS, no Médio Oriente, em Timor, na Somália?

E os incêndios?

E as falcatruas dos jet-sets?

E a lei da greve?

E o jovem serôdio agricultor em que o ministro das Finanças se quis transformar?

E Maastricht?

E os disponíveis da Função Pública?

E o pessoal das alfândegas?

E a ponte que caiu?

E a inflação?

E o crescimento zero do orçamento das universidades?

E? E? E?

Calma, minha gente. O povo é sereno.

Aí está o 'Público' a confirmá-lo, em meia dúzia de páginas para a posteridade, "em férias com Cavaco".

Ele é o Cavaco em calções e polo de riscas; ele é o Cavaco a apanhar figos; ele é o Cavaco a boiar nas águas algarvias; ele é o Cavaco a contar histórias da avó; ele é o Cavaco ao volante do Citroen BX que lhe emprestaram enquanto o dele está na revisão; ele é o Cavaco a dar braçadas na piscina; ele é o Cavaco a discutir literatura com a Maria; ele é o Cavaco a falar das memórias de infância; ele é o Cavaco a tratar da Chica de São Tomé, o papagaio da família; ele é o Cavaco a comer iogurte...

Que mais pode a gente desejar?

Já tínhamos visto o homem a preparar ao coqueiro.

Vimo-lo depois a desafiar escuteiros subindo ao mastro maior. Encontrámo-lo agora a ensinar

jornalistas ignorantes que pode haver água doce a borbulhar em pleno oceano e praias desertas no Algarve. Mais do que isto, só mesmo o milagre dos pães!

É verdade que já tínhamos tido um vislumbre da humana criatura existente sob a capa austera do primeiro-ministro, num programa televisivo em que milagrosamente Joaquim Leiria fez algo mais do que dormir. Tão espantoso fenómeno devia ser bastante para convencer os incrédulos das capacidades insuspeitas de Cavaco mas, como nestas coisas de Zé Povinho nunca se pode ter a certeza, não há como repetir e reforçar a dose de forma a garantir que todos, mas todos, recebem a mensagem cavacal. Mesmo os que não vão de férias. Por opção, claro, que nem outra coisa seria pensável neste paraíso à beira-mar plantado.

Podemos assim, posto isto e os factos, feriar ou dormir descansados, que para o caso tanto dá.

Cavaco está a banhos no Algarve. O elenco ministerial banha-se onde bem lhe apraz. O povoleu idem, ainda que a fazer fé nas 'bichas' da ponte seja mais para a Caparica do que para outro lado qualquer.

Seja como for, uma única conclusão é possível neste mês de Agosto do nosso contentamento: afora uns quantos polícias e mais outros tantos tripulantes da Roberto Ivens mandados para a Bósnia manter em respeito os malvados dos sérvios, tudo por cá é de uma pasmaceira celestial.

Que o diga Cavaco, em Montechoro ancorado, deglutindo iogurtes e saladas de tomate enquanto discute amigavelmente com a sua Maria o carácter das personagens femininas dos escritos de Nemésio...

Num país assim, não resta mesmo outra alternativa senão ir de férias!

■ AF

Soeiro Pereira Gomes homenageado em Gestaçõ

A população de Gestaçõ, freguesia do concelho de Baião, no distrito do Porto,

onde Soeiro Pereira Gomes nasceu há 83 anos, homenageou o grande escritor no

passado domingo, com a inauguração de um conjunto escultórico, num bloco de granito com 2,30 metros, erguido no centro da localidade.

Acorreram ao local centenas de pessoas, enchendo o largo, muros e caramanchões, que aguardaram o momento em que a dr.^a Berendice Gomes, irmã do escritor, descerrou o pano sobre o monumento. Antes exibira-se o rancho folclórico de Gestaçõ.

A obra, da autoria do escultor espanhol Armando Martinez, detentor de prémios internacionais e admirador de Soeiro Pereira Gomes, representa duas figuras, homem e mulher, frente a frente, apoiando um bloco central que tem um livro aberto encimado pelas armas do concelho e com a legenda numa das páginas, «Sоеiro Pereira Gomes» e na página da direita, «Para os

filhos dos homens que nunca foram meninos».

Na ocasião, estavam presentes, como convidados de honra da CM de Baião, várias entidades do concelho de Vila Franca de Xira, onde o escritor viveu e se inspirou para a feitura da sua obra.

O vereador da cultura da Câmara de Baião referiu as razões que levaram ao erguer do monumento, assinalando que tal iniciativa se deveu às diligências da Cooperativa Cultural de Baião - Fonte do Mel, CRL, e à colaboração da Associação Cultural e Recreativa de Gestaçõ. De seguida, em nome desta associação cultural, usou da palavra o eng. agrónomo Manuel Ribeiro Costa, seguindo-se-lhe o presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, que fez uma análise da vida do escritor, realçando a sua contribuição para elevar o nível cultural e económico da região e as lutas que travou contra o regime fascista.

Intervieram ainda o presidente da Câmara Municipal de Baião e a dr.^a Berenice Gomes.

A homenagem foi encerrada com as palavras do vereador da Cultura da CM de Vila Franca de Xira que salientou que as relações culturais, criadas entre os dois concelhos por um grande escritor e um generoso cidadão como foi Soeiro Pereira Gomes, iriam continuar, com relevo para a Freguesia de Alhandra, que vai lançar uma subscrição para ajudar aos custos do monumento.

Fábrica da Quimigal Adubos encerra em Estarreja

A comissão de trabalhadores da Quimigal Adubos e a subcomissão de trabalhadores de Estarreja manifestaram-se contra o encerramento da fábrica de nitrato-amoniacais em Estarreja, considerando que se trata de uma «medida política, marcada profundamente por factores de ordem ideológica» e que se insere «na política governamental de desmantelar o sector empresarial do Estado, desmembrar a Quimigal SA e reduzir a Quimigal Adubos a um entreposto comercial».

Esta medida, como sublinham os trabalhadores, «vem no seguimento da alteração do regime de funcionamento das mesmas instalações e traduz a programada aplicação do Plano Estratégico da Empresa, o qual reduz a actividade adubeira em Estarreja ao ensacamento, armazenagem e expedição de adubos».

Em consequência deste processo, é eliminada a capacidade produtiva e diminuem-se os postos de trabalho. Concretamente, em consequência do fecho da referida

unidade são despedidos 53 efectivos (15 na produção, 28 na manutenção e 10 da estrutura). A reestruturação total prevista para Estarreja reduzirá em 85 por cento os efectivos, o que significa que apenas algumas dezenas de trabalhadores se manterão ao serviço da empresa.

Os trabalhadores e as ORT's imputam as responsa-

bilidades ao Governo, cujas orientações são cumpridas à risca pela Administração da Empresa, repudiando o plano estratégico da Quimigal Adubos por ser lesivo da economia nacional, causador de desemprego, atingindo gravemente Estarreja e os concelhos limítrofes, onde já neste momento escasseiam as alternativas de emprego.

DORP comenta notícia de «O Independente»

O gabinete de imprensa da DORP do PCP divulgou uma nota à imprensa, que publicamos abaixo, em que faz alguns comentários ao texto publicado na última edição do semanário «O Independente», sob o título «PCP - Dias de Fora»:

«O texto é um arrazoado de falsidades que nos dispensamos de desmentir ponto por ponto».

Não há neste trabalho senão uma notícia: a de que a Direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP promoveu a semana passada uma conferência de imprensa sobre política autárquica.

Curiosamente, MGL (que expressamente solicitou deste gabinete de imprensa o texto

da conferência de imprensa) não quis (ou não soube) dar notícia das posições tomadas pela DOCP do PCP, e nomeadamente da abordagem crítica da política do PS na cidade do Porto feita no documento.

O eng. Oliveira Dias tem estado presente em diversas iniciativas públicas e encontros com os jornalistas promovidos pelas estruturas regionais do PCP e da CDU. Presidiu mesmo à conferência de imprensa dada no final de uma visita de estudo promovida recentemente pela Organização do Porto do PCP. O *Independente* nem as referiu.

As estruturas regionais do PCP não iniciaram a discussão sobre a composição das próximas listas autárquicas».

FP apela ao ministro da Agricultura para evitar greve dos guardas florestais

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública apelou na segunda-feira, em officio enviado ao ministro da Agricultura, para que este evite a concretização da greve dos guardas florestais, marcada para hoje, adoptando medidas que possibilitem a reabertura do diálogo e da negociação.

A FP salienta que, no passado dia 15, «a fiscalização da caça foi praticamente inexistente, enquanto a vigilância das florestas se fez de forma deficiente, dado os elevadíssimos níveis de adesão à greve então registados».

De acordo com o officio enviado ao ministro, «foram as insuficientíssimas manifestações de vontade de diálogo con-

creto e objectivo demonstradas, designadamente pela Direcção-Geral das Florestas, que levaram os guardas florestais a cumprir as greves de 22 de Julho e de 15 de Agosto».

Recorde-se que os guardas florestais reivindicam a revalorização da sua carreira profissional, a redução do horário de trabalho para 35 horas semanais, a atribuição de uma bonificação no tempo de serviço para a aposentação e, sobretudo, uma melhoria efectiva das suas condições de trabalho, que lhes permita um desempenho adequado das funções que lhes estão confiadas.



a festa!

Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 4
20 de Agosto de 1992
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL • 4, 5 e 6 SETEMBRO

IRLANDA

Págs. 2 e 3

Cicloturismo da Festa é já no dia 30

No último domingo de Agosto vai ter lugar a prova de cicloturismo da Festa do «Avante!». Recordamos que esta prova está incluída no calendário da Federação Portuguesa de Cicloturismo e que no ano passado contou com cerca de 300 participantes.

A concentração é na Quinta da Atalaia (entrada do lado da Medideira), às 8 horas. As inscrições podem ser feitas, no próprio dia, aqui mesmo até às 8.30, ou, desde já, pelos telefones 2752777 e 2753939.

A partida é dada às 9 horas, passando depois os cicloturistas por Cruz de

Pau, Arrentela, Seixal, para cerca das 12 horas). A prova é organizada pela comissão de desporto da Festa, com o apoio técnico da SRU Pragalense (núcleo de cicloturismo das Torcatas) e da Federação Portuguesa de Cicloturismo.

Paio Pires, Torre da Marinha, Paivas, Cruz de Pau, Atalaia, Talaminho, Corroios, Laranjeiro, Cova da Piedade, Cacilhas, Almada, Pragal, Bairro FFH, Monte de Caparica, Universidade, Bairro FFH, Feijó, Alto do Índio, Sobreda, Lazarim, Vale Figueira, Vale Fetal, Vale Milhaços, Talaminho, Atalaia (onde a chegada está prevista

O vice-campeão nacional participa na simultânea de xadrez

João Leonardo, mestre nacional e vice-campeão nacional de xadrez, estará na Festa do «Avante!» para conduzir a simultânea que se realizará na sexta-feira. João Leonardo nasceu a 18 de Outubro de 1958 e ainda antes do 25 de Abril participou nos jogos juvenis do Barreiro, onde já mostrava particular talento para o xadrez. Contudo, foi aos 18 anos que se lançou nas competições. Foi jogador do G.A. Clube da Baixa da Banheira, tendo seguidamente passado pela Quimigal, C.R. Piedense e Barriense. Actualmente é jogador-treinador do C.R. do Feijó, em Almada. Apesar de reconhecer que é um competidor nato, João Leonardo afirma que «aquilo que mais me agrada é participar na organização das provas interescolas, porque ali vejo o futuro do xadrez assegurado pelas muitas centenas de jovens participantes». Hoje é responsável-coordenador do Plano de Desenvolvimento de

Xadrez, junto das escolas do concelho de Almada. Esta iniciativa abrange as escolas primárias, preparatórias, secundárias e mesmo a Faculdade de Ciências e Tecnologias, contando com grande colaboração das juntas de freguesia do concelho. João Leonardo, que já participou em provas realizadas em Espanha e na Tunísia, é ainda mestre internacional da I.C.E.F. Relativamente à sua participação na Festa do «Avante!», considerou que «a componente desportiva é cada vez mais importante na vida das pessoas, tanto como um processo de combater o stress como de ocupar, de forma salutar, os tempos livres (...) Uma grande iniciativa popular e de massas como é o caso da festa do «Avante!», deve continuar a acarinhar o desporto em geral, e se me permitem, o xadrez em particular (...) Faço um apelo para que, ao ir à festa do «Avante!», passe pela cidade do Desporto. Quanto ao Xadrez terei muito gosto



em jogar com todos aqueles que na sexta-feira, 4 de Setembro, lá estiverem para participar na simultânea».

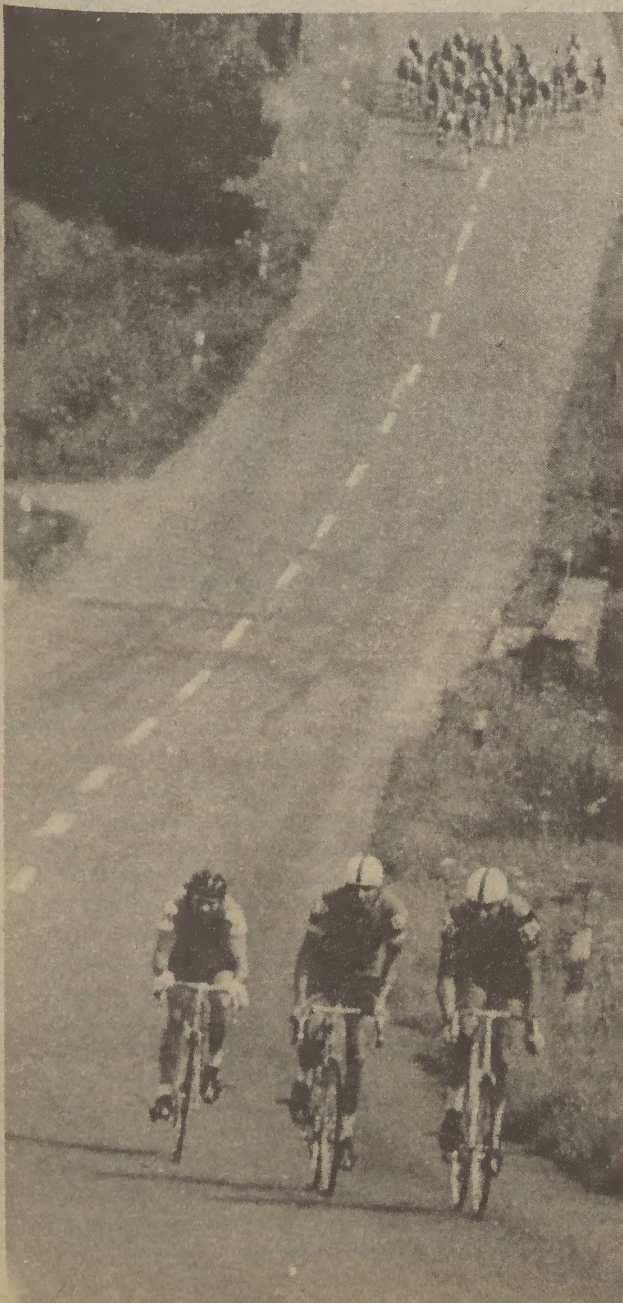
Semi-rápidas no sábado

Como já anunciámos, este ano, para além da

simultânea de xadrez, decorrerá, no sábado, pelas 10.30h (e não no domingo como por lapso dissemos no último «Avante!»), um torneio de partidas semi-rápidas de 15 minutos, cujo regulamento tivemos oportunidade de publicar no suplemento da Festa da semana passada.

Futebol de salão em quartos-de-final

Decorrem até dia 30 os quartos-de-final do torneio de futebol de salão da Festa. A passagem às meias-finais, que terão lugar já na Atalaia, no dia 5 de Setembro, é disputada em quatro jogos: Viseu-Guarda, Coimbra-Castelo Branco, Setúbal-Évora e Beja-Faro. O torneio de futebol de salão teve início a 1 de Junho (um mês mais cedo do que nas anteriores edições da Festa), envolvendo 159 equipas daqueles oito distritos e movimentando cerca de 1600 atletas e dirigentes.



Música IRLANDESA

na festa



A mais antiga figura em metal de um harpista irlandês: a placa do relicário de Moedoc, datado do séc. XI

Alguém dizia, face ao programa deste ano, que a Festa descobrira nos últimos anos a música irlandesa: em 1990 os **Dubliners**, em 1991 os **Oyster Band** e **Boys of the Lough**, ambos incluindo músicos irlandeses nas suas formações, este ano os **Chieftains**.

É simultaneamente verdade e não o é.

Por um lado, desde a sua primeira edição (vão lá 17 anos!) que a Festa tem dedicado atenção ao que constitui um dos mais importantes e interessantes fenómenos da música popular contemporânea: a preservação e desenvolvimento do património musical irlandês. Em 1976, na FIL, indicados pelo cantor Luís Cília, que os conhecera num Festival folk internacional, estiveram os **Reel Union**, um duo de jovens instrumentistas, ambos hoje professores de música, um em Dublin e outro em Belfast. No ano seguinte, na primeira Festa do Jamor, seria a vez de um conjunto que ganharia público em Portugal, os **Sands Family**, naturais da Irlanda do Norte e que igualmente se haviam cruzado com numerosos grupos portugueses (os **Trovante**, a **Brigada**, José Afonso) nos Festivais da Canção Política que a juventude comunista da RDA organizava anualmente em Berlim.

De certa forma, pode mesmo dizer-se que um grupo cujo êxito marcou



Os Jig

a Festa de 77, os **Fairport Convention**, não pode ser separado do *revival* folk inglês dos anos 60, por sua vez indissolivelmente ligado à pujante tradição irlandesa. Em 1980, foi a vez de um grupo francês que, entretanto, se tornara emblemático do que se começara a chamar a *música céltica*, os **Gwendal**, que não claramente assumiam a identidade entre a música da Bretanha, de que eram originários, e a da Irlanda. Em 1988, já em Loures, a Festa abriria os seus palcos a um jovem grupo português inteiramente virado para a sonoridade irlandesa: os **Jig**, sediados no Porto e que pouco antes haviam começado a fazer o circuito dos bares portuenses.

E viriam depois os clássicos **Dubliners** e este ano os, se possível

mais clássicos, **Chieftains**. É uma realidade indesmentível o interesse junto do público - e muito especialmente do público mais jovem - da música folk. Embora a música irlandesa - e especialmente em Portugal - se encontre no centro desta atenção, ela abrange muitas outras manifestações, entretanto agrupadas pela discutível designação comercial de *world music*, mas que, em qualquer dos casos, corresponde a uma certa descentragem relativamente à hegemonia do rock anglo-saxónico. A Irlanda tem vindo, no nosso país, a beneficiar do estatuto de membro comunitário, facilitando as importações discográficas, diferentemente da produção folk americana (não reeditada pelas sucursais europeias das grandes companhias dos EUA), da música

Os Chieftains, durante a sua tournée na República Popular da China, numa foto incluída na capa do álbum que a consagrou



Pedro d'Orey e Filomena Pereira

popular brasileira e latino-americana. Mas é verdade que a raiz musical irlandesa é inseparável de tudo o que nas últimas décadas se produziu no campo da música popular inglesa e norte-americana - embora seja mais do que discutível que tal influência e a qualidade que a explicam se devam a quaisquer ancestralidades célticas, gaélicas, druídicas ou outras... A verdade é que, por circunstâncias históricas inteiramente compreensíveis e definíveis e que, acima de tudo, se ligam com a dominação colonial durante séculos exercida pela Inglaterra sobre a Irlanda, a música tradicional ganhou na Irlanda uma importância cultural e política muitíssimo grandes, ao mesmo tempo que defrontava processos de

aculturação e enriquecimento que lhe concederam um carácter simultaneamente nacional e universal. O programa recentemente transmitido pela RTP sobre a música irlandesa constituiu uma excelente introdução às causas desse apaixonante «caso» musical que são os irlandeses e a sua inconfundível música. Os visitantes da Festa terão este ano um conjunto vasto de possibilidades de avaliar esta riqueza e a sua infinda capacidade de diálogo. Os Chieftains são considerados presentemente o melhor grupo de música irlandesa, o mais experiente e sólido. Constituem, aliás, uma sugestiva e significativa fusão de experientes músicos populares com executantes de formação clássica (o

violinista Sean Keane e o harpista Derek Bell). Mas é irresistível recordar que, em 1980, o grupo de Paddy Moloney assinou uma das mais históricas tournées do século XX: um grupo folk irlandês na República Popular da China, conquistando multidões e gravando um LP (que inclui faixas com músicos chineses) que constitui um verdadeiro hino à capacidade de entendimento e aproximação proporcionada pela música. Mas, além do espectáculo dos Chieftains no Palco «25 de Abril», o programa da Festa inclui, no Auditório «1º de Maio», uma tarde dedicada a artistas portugueses apaixonados pelos sons da Irlanda. Antes do mais, os Jig. O simples facto de, três anos decorridos sobre a sua primeira apresentação na Festa, os jovens do Porto se manterem fiéis à sua aposta de então explica que os Jig tenham acabado de gravar um interessante álbum com temas de música folk irlandesa, escocesa, norte-americana e também portuguesa (essa «Murinheira» transmontana que há décadas apaixonou os etnomusicólogos) e se tenham entretanto afirmado com o público próprio e fiel. De maior implantação no Norte, até na medida em que o trabalho da organização Etnia e os Festivais Intercélticos organizados pela revista portuense «Mundo da Canção» têm desempenhado um papel decisivo na criação no Norte do País de um interesse generalizado pela música tradicional. Mas, além dos Jig, estarão igualmente presentes Pedro d'Orey

e Filomena Pereira. Pedro é um dos membros do grupo Romanças (que actuou o ano passado na Atalaia) com o qual realizou no mesmo ano uma digressão na Irlanda, actuando em diversos festivais folk, no circuito de pubs e clubes. Dessa digressão os Romanças trouxeram muitos amigos e Pedro d'Orey trouxe uma... harpa irlandesa! No seu regresso, os Romanças começaram a apresentar em algumas das suas canções a voz de Filomena Pereira, irmã de um dos seus fundadores, Fernando Pereira. Destas experiências nasceram algumas canções já apresentadas em público com uma singela formação de grandes tradições na música irlandesa mais clássica: harpa e voz feminina. E ainda parece que haverá mais surpresas!

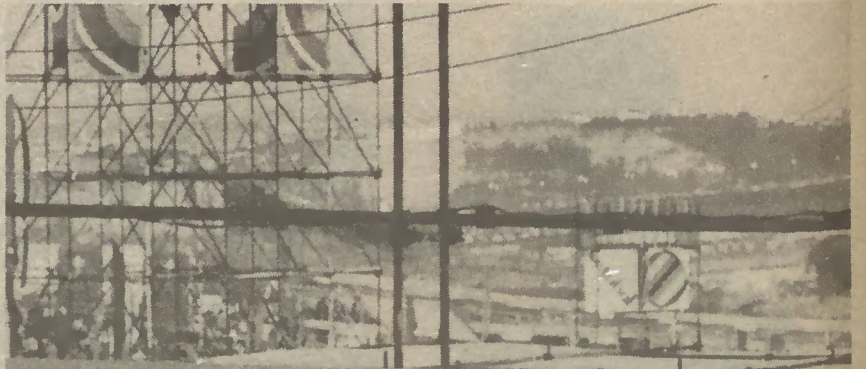


No Auditório «1.º de Maio», no sábado Recordando Adriano

Com Vitorino, Janita Salomé,
grupo de guitarras de António
Portugal, Sérgio Mestre e Paulo
Vaz de Carvalho



Adriano acompanhado por João Gil e Luís Represas, dos Trovante



Festa do «Avante!» de 1980. Da esquerda para a direita: Júlio Pereira, Janita Salomé, Zeca Afonso, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Fausto, Adriano, Sérgio Mestre e Alfredo Vieira de Sousa

Sem medo

Disse há dias numa entrevista que o Adriano era o Salgueiro Maia da revolução dos cravos que as suas canções ajudaram a fazer.

É que ele arrancou com elas como se fossem os carros de combate que, naquela noite de Abril, saíram de Santarém. Sem medo, como Salgueiro Maia.

Não quis «benesses». Não quis coisa nenhuma, como Salgueiro Maia. Não tirou o lugar a ninguém. E assistiu, paciente, à subida daqueles que trepavam nas suas costas. Sem sequer os sacudir.

Morreu pobre, como sempre foi: não quis enriquecer, não quis servir-se do seu nome para ser «vedeta». Não cedeu a ninguém, a nenhuma coisa. Não se vendeu por preço nenhum.

José Niza

Artista militante

O Adriano acreditava na potencialidade revolucionária da música e da canção. Sempre se assumiu como um desbloqueador ou despertador de consciências e daí a sua condição de artista militante. Com um repertório artístico que ia do texto mais simples, de directa criação ou inspiração popular, até obras e temas de maior dificuldade ou erudição, o Adriano foi exemplo vivo do artista sempre disponível para cantar junto do povo para o povo.

Foi-o, nos tempos da resistência ao fascismo, quando as cantigas dele e do Zeca eram o fogo sagrado da esperança, cantadas de Norte a Sul, muito especialmente entre os jovens.

Foi-o, mais tarde, no tempo novo que os cravos de Abril pareciam traçar. Cantou então por todo o lado, animando sessões de esclarecimento e comícios políticos. Chegou a andar meses só para meia dúzia de pessoas – outras vezes ameaçado em corrida por

arruaceiros a soldo dos caciques locais. Em muitas das nossas terras só um cantor progressista apareceu e cantou até hoje: o Adriano.

Dizia-nos que os poemas e a música ajudavam a compreender a revolução. E penso que, de facto, ele se fez entender melhor que muitos políticos.

Mas não só como artista, o Adriano interveio nas coisas e destinos do seu país e do seu povo. Desde os primeiros tempos de Coimbra, participou nas lutas académicas. Em 1963, estava ele então na «República do Rás-te-partá», que foi a sede da candidatura da lista da unidade democrática às eleições da Associação Académica, patrocinada pelo Conselho das Repúblicas – e teve papel activo nesse movimento. Já em 1964, sabemo-lo a lutar numa organização clandestina que então se criou – o «Movimento Sindical Estudantil». Aderiu a certa altura ao Partido Comunista Português. Mais tarde, já em Lisboa, esteve sempre disponível para participar em actividades políticas diversas. Tudo isto, que hoje parece trivial, tem para nós, os desse tempo, particular relevo na biografia de um homem.

Lopes de Almeida

Hinos e bandeiras

O Adriano transformou as suas cantigas em hinos e bandeiras não só da nossa geração, como de toda uma juventude e todo um povo que lutaram pela libertação e dignificação da sua pátria. Hinos e bandeiras foram, bem certo, a «Trova do Vento que Passa» (que é a primeira e, justamente, a de que mais se fala), mas também, entre outras, a «Trova do Amor Lusíada» a «Canção Terceira» ou a «Capa Negra»: «Capa negra rosa negra/rosa negra sem roseira/abre-te bem nos meus ombros/como ao vento uma bandeira.» Como o foi, relativamente à guerra, a «Menina dos Olhos Tristes», sobre poema de Reinaldo Ferreira, e a «Canção com Lágrimas», um notabilíssimo exemplo do melhor aproveitamento de um bom poema.

Dizer que o Adriano Correia de Oliveira sempre se

manteve fiel, até ao fim, a esses ideais e valores, é uma redundância. Importa, mais, é acentuar que na prática concreta, ele nunca se vendeu a nada, nem sequer a um certo novo *consumismo cultural*, como sempre privilegiou as actuações ao vivo em agremiações populares e recreativas, associações, clubes, etc. Eu próprio posso testemunhar (porque participei a dizer poemas, em dezenas ou centenas desses recitais-festas-«comícios») o significado e a grande importância de que se revestiam tais *intervenções* – em que o Carlos Paredes, o Zeca e, mais tarde, o Francisco Fanhais eram outras das presenças constantes –, sempre com a PIDE à ilharga, em que o Adriano se dava com a coragem e a generosidade que eram das suas características essenciais. Tudo com a sua naturalidade simples e o seu riso largo.

José Carlos de Vasconcelos



Adriano, na contracapa do disco «Fados de Coimbra»



Ainda se aceitam contribuições

Feira da Ladra

para a

em Lisboa

Livros antigos, cassetes, gravuras, postais, canetas, isqueiros, óculos, caixas, colares, travessões, bandoletes, brincos, pulseiras, relógios, rádios, moedas, pequenos e Grandes objectos - no âmbito do Café-Concerto da Organização Regional de Lisboa vai haver novamente uma Feira da Ladra, que este ano pretende ser a maior de sempre na Atalaia. Para esta Feira da Ladra, e além dos objectos já citados, aceitam-se botões, maquinetas, louças, faianças, porcelanas, barros, vidros, chaves, espelhos, estatuetas, revistas antigas, instrumentos musicais, máquinas de escrever, latões, cobres, chapéus, molduras, objectos de decoração, gravatas, lenços, chapéus, coletes, cintos, linhas, rendas, malas, embalagens antigas, candeeiros, brinquedos, peles, azulejos antigos, jogos, caixas de música e cestos. E outros pequenos e Grandes objectos. Todos os que desejem participar ou enviar objectos para esta Feira da Ladra da DORL deverão entrar em contacto com o centro de trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa.



A festa de África

As comunidades africanas residentes em Portugal terão este ano, pela primeira vez, um pavilhão próprio (com 90 metros quadrados) na Festa do «Avante!» e uma série de actividades políticas e culturais, na zona de Lisboa. Esta festa africana concretiza-se com a colaboração de numerosas associações de imigrantes e é feita de música, dança, gastronomia, exposições, debates, mostra e venda de artesanato...

Ao longo dos três dias da Festa, vão passar pelo pavilhão das comunidades africanas diversas formações musicais, que dão por nomes como «Ramonda» (16 elementos a prometer *batuque*), «Estrela Crioula», «Finka Pé», «Funana Santa Filomena»,

«Julinho da Concertina e Né do Ferrinho», «Som África».

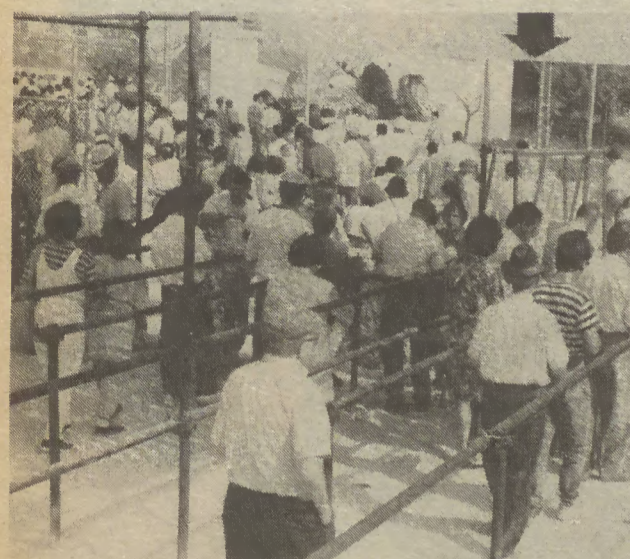
No sábado à noite, no Palco Lisboa, Manuel Correia (que no final de Março falou na Assembleia da República sobre os problemas das comunidades imigrantes) fará uma intervenção política. Os problemas dos imigrantes e as posições do PCP serão ainda abordados num debate sobre os acordos de Schenguen, bem como na exposição política que vai estar patente no pavilhão.

O programa do restaurante africano é assim: sexta-feira, guisado de borrego com mandioca; sábado, feijão-pedra com xerém; domingo, cachupa. A sobremesa é sempre um doce tradicional africano.



Transportes de Lisboa todos os quartos de hora

É fácil ir à Festa... e voltar também

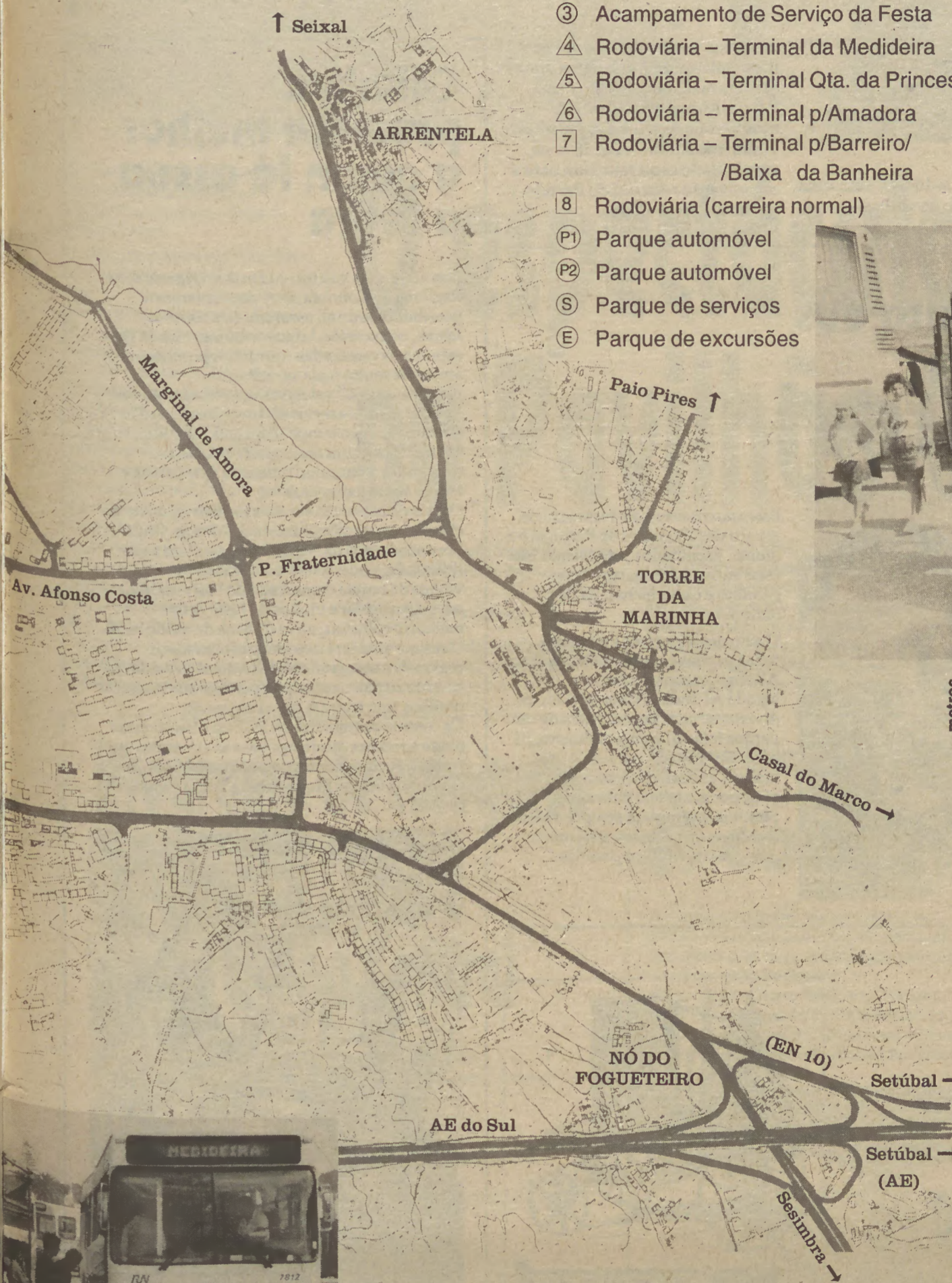
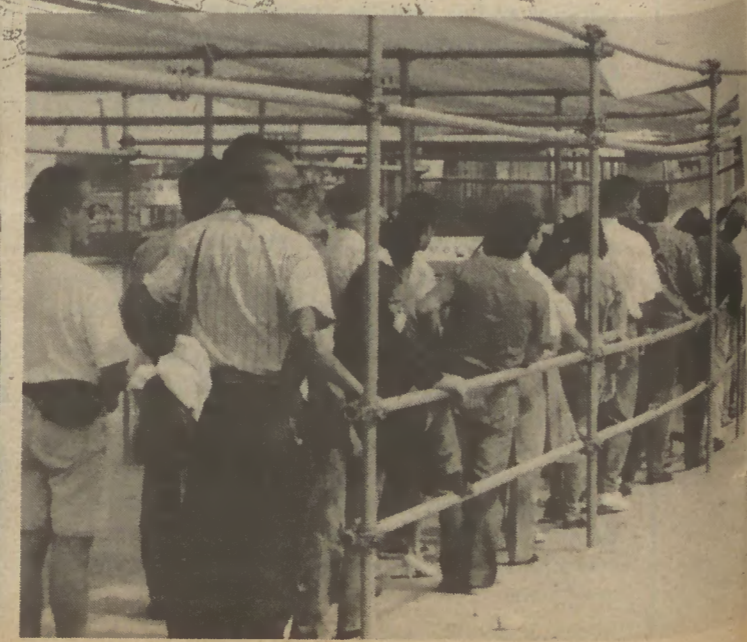
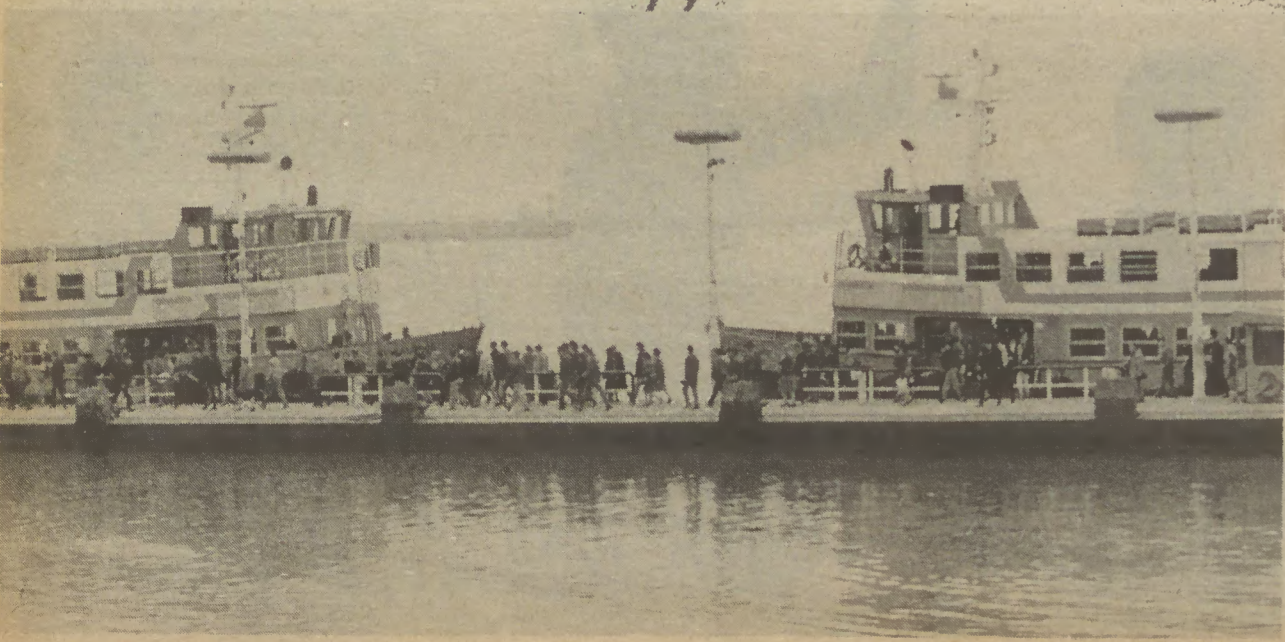
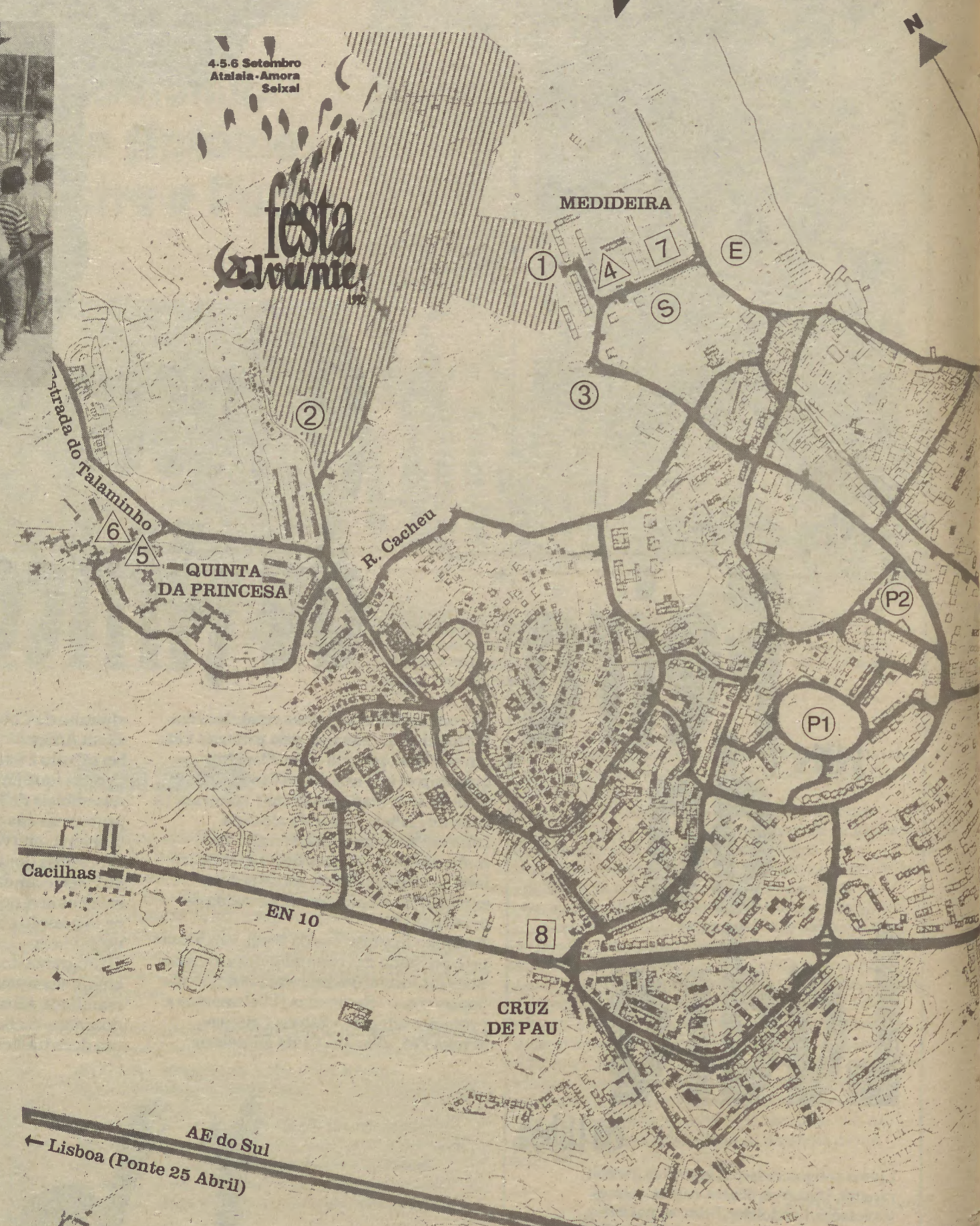


Se mora em Lisboa saiba que pode apanhar o barco, com frequência de 15 a 20 minutos, do Terreiro do Paço para Cacilhas onde terá, de quarto em quarto de hora, autocarros directos para a Quinta da Princesa, contígua ao terreno da Festa. É o percurso rodoviário mais rápido, já que utiliza a estrada do Talaminho. Note-se que o regresso da Quinta da Princesa para Cacilhas está assegurado os três dias da Festa por carreiras da RN, com a frequência necessária ao escoamento de todos os passageiros, aproximadamente todos os 15 minutos, até às 2.00h, na sexta-feira e sábado e até à 1.30h, no domingo.

O regresso de Cacilhas para o Cais do Sodré, na sexta-feira e no sábado, efectua-se até às 02.45h, e no domingo até às 2.00h, com frequência de 20 minutos, das 24.00h às 2.00h. Outras carreiras podem ser utilizadas como Cacilhas-Paio-Pires (via Seixal), carreira 7113, que tem o terminal no bairro da Medideira, junto ao Campo da Amora. Estes autocarros circularão também de 15 em 15 minutos, sexta-feira e sábado até às 2.00h, e, no domingo até à 1.30h. Pode ainda, se necessário, apanhar o autocarro Cacilhas/Seixal (directo), carreiras 7112/7114. A paragem deve ser feita na Cruz de Pau.

Os preços de Cacilhas-Quinta da Atalaia, Medideira ou Cruz de Pau são idênticos: 4 módulos pré-comprados (136 escudos cada), a bordo 210 escudos, podendo ser utilizados os passes 123 ou o 12 + 2 módulos, ou, é claro, o L 123 ou L 12 + 2 módulos, que são igualmente válidos para o barco.

Se mora na Baixa da Banheira pode utilizar os autocarros da RN cujo terminal é no bairro da Medideira, junto ao campo da Amora. Os horários são os seguintes: sexta-feira, ida: 18.00h, 19.00h, 20.00h, 21.00h, 21.30h.



- ① Porta da Medideira
- ② Porta da Quinta da Princesa
- ③ Acampamento de Serviço da Festa
- ④ Rodoviária – Terminal da Medideira
- ⑤ Rodoviária – Terminal Qta. da Princesa
- ⑥ Rodoviária – Terminal p/Amadora
- ⑦ Rodoviária – Terminal p/Barreiro/ /Baixa da Banheira
- ⑧ Rodoviária (carreira normal)
- P1 Parque automóvel
- P2 Parque automóvel
- S Parque de serviços
- E Parque de excursões

Regresso: 23.00h, 00.00h, 00.30h, 01.00h, 01.30h, 02.00h. Sábado e Domingo, ida: 10.30h, 11.30h, 12.30h, 13.30h, 15.00h, 16.00h, 18.00h, 19.00h, 19.30h, 20.00h, 21.00h. Regresso: 18.00h, 19.00h, 20.00h, 21.00h, 22.00h, 22.30h, 23.30h, 00.00h, 00.30h, 01.00h, 01.30h, 02.00h.

Os preços praticados nestas carreiras são os seguintes, segundo os locais de partida e, respectivamente, quando comprados a bordo, pré-comprado inteiro, pré-comprado meio: Baixa da Banheira, 365 escudos, 306 escudos, 136 escudos; Lavradio, 340 escudos, 272



escudos, 136 escudos; Barreiro, 320 escudos, 272 escudos, 136 escudos; Quinta da Lomba, 300 escudos, 230 escudos, 136 escudos; Palhais Stº António da Charneca, 280 escudos, 230 escudos, 136 escudos; Coima, 245 escudos, 204 escudos, 102 escudos; Paio Pires/Palmeirinha, 180 escudos, 168 escudos, 136 escudos; Paio Pires/Torre Correr Águia, 130 escudos, 130 escudos, 34 escudos.

Se mora na Amadora tem autocarros até ao bairro da Quinta da Princesa, na sexta-feira das 17.00h às 24.00h e sábado e domingo das 9.00h às 24.00h.

Se vem de automóvel

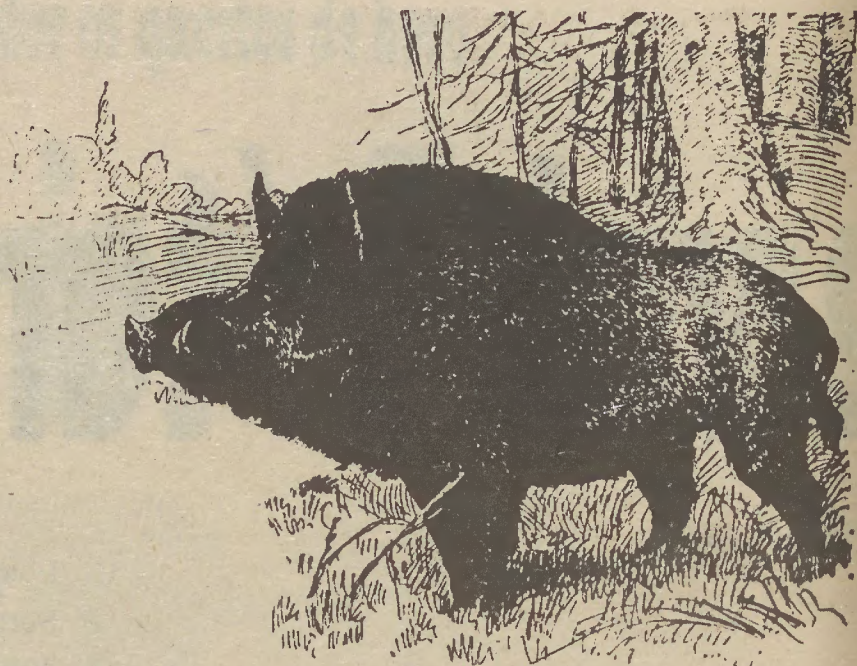
De Lisboa, atravessa a Ponte 25 de Abril, segue pela auto-estrada do Sul, desvia no nó do Fogueteiro. Pode ainda seguir por Almada, tomando a EN 10 pelo Laranjeiro, Corroios, Cruz de Pau rumo aos parques de estacionamento. Do Norte do país, por Lisboa, deverá seguir as indicações anteriores. No entanto, aconselhamos a não o fazer, e nesse caso, será melhor ir a Vila Franca de Xira e depois seguir por Porto Alto, Infantado, Alcochete, Montijo, Coima, Paio Pires e Torre da Marinha ou nó do Fogueteiro. Do Sul, recomendamos a auto-estrada do Sul até ao nó do Fogueteiro e depois siga a sinalização pela Cruz de Pau e Amora. Ou então, vindo também pela AE do Sul, saia via Barreiro, depois de Coima, siga por Paio Pires e Amora ou pelo Casal do Marco, Torre da Marinha e guie-se pelas indicações locais.

Parqueamento assegurado a todos os visitantes da Festa

Parque das excursões: vindo da Ponte da Fraternidade, pela marginal da Amora, à direita do Amora Futebol Clube, existe um grande espaço reservado às excursões originárias dos vários pontos do país. (Assinalado no mapa com a letra E)
Parque de serviços da Festa: está situado junto ao campo de treinos do Amora encontrando-se devidamente sinalizado. Destina-se a viaturas de serviço à Festa que deverão estar identificadas. (Assinalado no mapa com a letra S)
Visitantes da Festa: existem dois parques especialmente destinados aos visitantes: o parque nº 1 tem acesso pela Avenida Afonso Costa e Rua Marcos Portugal; o parque nº 2 tem acesso também pela Avenida Afonso Costa. (Ver mapa; P1 e P2)



De Vila Real vem o guizote



Afinal, Vila Real não vai trazer feijoada à transmontana para a Festa deste ano. O grande prato vai ser o guizote de javali.

Nascido e criado nos montes e florestas transmontanas, o javali invade nesta época os milheirais em busca das maçarocas ainda tenras. Dos campos para a cozinha

é um saltinho, e daqui para a Festa também não é muito longe.

Também aqui haverá, como anunciámos, os tradicionais canelos de presunto e as doces cristas de galo.

A acompanhar tudo isto, vem uma notável colecção de vinhos

(reservas e correntes) das adegas cooperativas de Alijó, Pegarinhos, Sanfins do Douro, Mesão Frio, Régua, Murça e Favaios. Há moscatel de Favaios a copo, há um vinho fino do Porto com 15 anos, engarrafado especialmente para a organização regional do Partido, e há Porto «Mesão Frio».

Vamos à Quinta dos Pioneiros!



Este ano o motivo da decoração do espaço dos Pioneiros de Portugal é a quinta. Espalhados pelo recinto vão estar vacas, coelhos, cordeiros, galinhas e outra bicharada de imitação.

O sítio dos Pioneiros pertence a todas as crianças que visitam a Festa. Ali têm um espaço aberto e agradável onde podem brincar, ler, divertir-se com jogos... Além de um parque infantil e uma biblioteca, há um palco-estrado para cada um mostrar as suas artes, há mesas de ping-pong, ateliers para aquelas pinturas que andam sempre a bailar nos olhos e nos dedos, e há um sai-sempre com muitos prémios.

Coimbra promete melhor a quem lá assou a febra

Nas anteriores edições da Festa, a Organização Regional de Coimbra dava aos visitantes a possibilidade de ali assarem, eles mesmos, febras, entrecostos, bifanas e outras carnes. Para este ano os camaradas coimbrões prometem um ambiente muito mais agradável.

Na zona da ORC vai haver um restaurante com capacidade para servir 400 refeições de cada vez em muito pouco tempo. Pensando em tudo, Coimbra assegura acessos adequados a deficientes, bem como uma área apropriada e todo o apoio indispensável.

Os reis da mesa vão ser dois pratos regionais: a chanfana e os rojões à moda de Meruje. Feitos por cozinheiros da região que garantem a sua tipicidade, poderão ser acompanhados com vinhos da região demarcada da Bairrada, de adegas particulares e vinhos de reserva das melhores colheitas, além da broa de milho beirão. O restaurante será decorado com motivos regionais e etnográficos. Situado na avenida que conduz ao palco principal, permite ainda regalar os olhos com o que lá se vai passando.

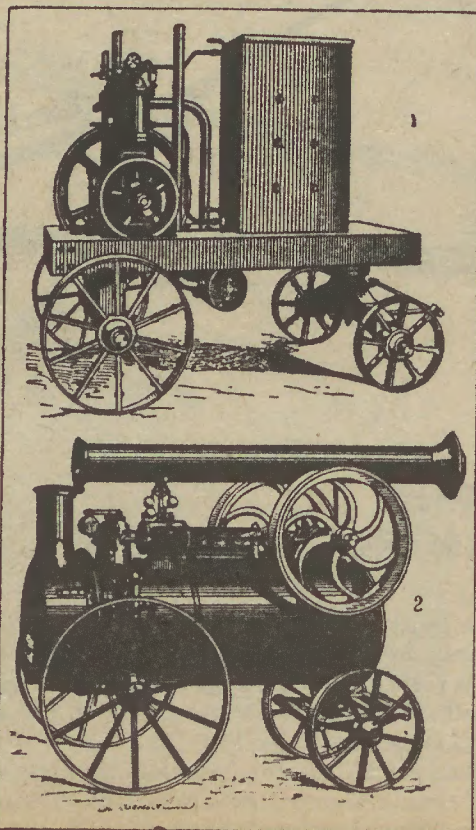
Os centros de trabalho do PCP no distrito estão ainda a receber inscrições para as excursões que trarão à Festa centenas de pessoas de Coimbra, Condeixa, Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz.



Encontro com o locomóvel na quinta ribatejana

No espaço da Organização Regional de Santarém - que, como noticiámos, tem por mote da sua decoração uma quinta ribatejana - merece este ano destaque a cultura da vinha e o fabrico do vinho. Da exposição didáctica que ali vai estar patente fará parte, para além das alfaias agrícolas, um locomóvel (ransomes), que é um dos motores a vapor que, a partir da segunda metade do século XIX vieram substituir o boi nos trabalhos agrícolas no Ribatejo. Este locomóvel (ou máquina de fogo, como é vulgarmente conhecido na região) foi utilizado nos últimos 30 anos na queima do vinho para aguardente.

Na Taberna será instalada uma grande parreira vinda do Entroncamento. Na Tasca Ribatejana serão servidos pratos típicos, como a sopa de pedra, borrego à moda de Alpiarça e os molhinhos.





O espectáculo da arte no Pavilhão Central

No Pavilhão Central grandes espaços serão dedicados à exposição e venda de obras de artes plásticas.

O visitante poderá apreciar uma interessante exposição denominada «Os Caminhos da Alternativa no Limiar do Século XXI», que inclui esculturas de Alberto Gordilho, Álvaro Carneiro, António Delgado, António Trindade, Carlos Dutra, João Duarte, José Aurélio, Luísa Periemes e Virgílio Domingues. Junto do Largo do Pavilhão Central, encontrará a Casa das Artes, onde estará patente uma exposição-venda de gravuras, serigrafias, xilogravuras e litografias de cerca de 40 artistas. Aí estarão obras de Américo Silva, Ângelo de Sousa, Bartolomeu Cid, Costa Martins, Henrique Silva, Jorge Pinheiro, José Rodrigues, Maria Gabriel, Maria Irene Ribeiro, Maria João Franco, Mário Bismarck, Rogério Ribeiro,

Rui Anahory, Rui Pimentel, Teresa Magalhães e muitos outros.

Pintura ao vivo

Nas proximidades da Casa das Artes estarão artistas plásticos a trabalhar ao vivo para os

visitantes: a aguarela, o desenho, a caricatura não deixarão assim de estar presentes na Festa. Está ainda prevista a participação de artistas de renome na Festa do «Avante!» 92, que executarão painéis artísticos. Entre eles, está já confirmada a presença de António

Carmo, Eduardo Neves, Eduardo Teixeira, Fátima Neves, Luís Ralha, Luís Rodrigues, Rogério Amaral e Teresa Magalhães. O visitante poderá ainda levar como recordação da Festa uma foto *à la minute* tirada no Largo do Pavilhão Central.

Programa de colóquios no Forum do Pavilhão Central

Sexta-feira, 21.30 h

«Áreas Metropolitanas: Problemas e Perspectivas»
- Jorge Cordeiro, Daniel Branco, Eufrazio Filipe, Helder Madeira, Lusitano Correia e Ilda Figueiredo.

Sábado, 15.00 h

«Maastricht: Que Projecto Para a Europa Que Futuro Para Portugal»
- Albano Nunes, Octávio Teixeira, João Amaral e Joaquim Miranda.

Sábado, 18.00 h

«XIV Congresso do PCP: o Partido, os Valores, o Projecto»
- Agostinho Lopes, Vítor Dias, José Casanova e Blanqui Teixeira.

Sábado, 21.00 h

«Portugal Democrático: o Património de Abril, as Ameaças do Presente e a Resposta dos Democratas»
- Luís Sá, José Soeiro, António Abreu e António Filipe.

Domingo, 15.00 h

«Direito à Greve, Direitos dos Trabalhadores: A Resposta dos Trabalhadores à Ofensiva do Capital»
- Domingos Abrantes, Jerónimo de Sousa, Odete Filipe e José Ernesto Cartaxo.

No espaço da imprensa partidária

À conversa com...

No espaço da imprensa partidária, no Pavilhão Central da Festa, vão ter lugar encontros com camaradas ligados ao trabalho de informação do Partido. Ali vão estar Carlos Brito, membro da Comissão Política do PCP e director do «Avante!» (sexta-feira, às 22 horas); Aurélio Santos, da Comissão Executiva Nacional do

CC (sábado, às 15 horas); Blanqui Teixeira, da Comissão Central de Controlo e Quadros, e director de «O Militante» (sábado, às 18 horas); António Dias Lourenço, do Comité Central e director do «Avante!» durante mais de 17 anos (sábado, às 21 horas); Francisco Melo, editor e publicista, director das Edições «Avante!» (domingo, às 15 horas).



Corrida da Festa continua a ganhar apoios

Dr. Luís Horta: «Um exemplo de fomento da actividade desportiva»

No momento em que o desporto nacional se vê abalado por afirmações bombásticas, torna-se importante a existência de manifestações desportivas, como a Corrida da Festa do «Avante!», que fomentem a actividade desportiva.

Os resultados da comitiva portuguesa nos Jogos Olímpicos de Barcelona, embora tenham sido fracos, na sua globalidade, são o espelho do Desporto de Alta Competição que temos. Os nossos governantes, ao não encontrarem na comitiva portuguesa os sempre apetecíveis medalhados, teceram as mais duras críticas aos nossos atletas quando, na realidade, nada fizeram para que essas medalhas pudessem ser obtidas.

Torna-se urgente, senhores governantes, decidir que Desporto de Alta Competição queremos, e traçar os objectivos mais prementes:

- fomentar a actividade desportiva escolar;
- apoiar a formação de técnicos e dirigentes desportivos;

- criar um plano de apoio socioprofissional para os atletas de Alta Competição;

- melhorar o apoio médico-desportivo aos atletas.

O Governo dirá que todos estes objectivos estão previstos e legislados. Só que, senhores governantes,

de boas intenções está o Inferno cheio! Vamos colocar nos lugares certos as pessoas certas, pois existem no nosso país pessoas muito competentes nas mais diversas áreas da actividade desportiva, desejando servir o Desporto e não servir-se dele.

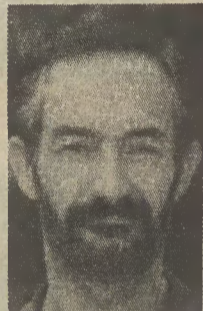


(Depoimento do Dr. Luís Horta, médico de reabilitação. Faz parte do corpo clínico do Sport Lisboa e Benfica. Foi fundista de alta competição até muito recentemente.)

Até dia 28 de Agosto, continuam a ser aceites inscrições (pelo correio ou pessoalmente, na Avenida António Serpa, 26-2º esq. 1000 Lisboa) para a 5ª edição da Corrida da Festa do «Avante!». A prova, com um percurso de aproximadamente 14 quilómetros, tem partida marcada para as 9.30 horas do dia 6 de Setembro, domingo, junto ao campo do Amora.

Todos os atletas que concluírem a prova receberão uma entrada gratuita na Festa. Os primeiros mil classificados recebem camisolas. Os vencedores absolutos (masculino e feminino) ganham uma viagem de 3 dias à Madeira.

Publicamos neste número mais três depoimentos de gente do atletismo que manifesta o seu apoio a esta iniciativa.



Prof. Mário Machado: «Uma aposta ganha!»

No vasto calendário nacional das provas de estrada abertas a todos, a Corrida da Festa do «Avante!» é, sem dúvida, um exemplo bem conseguido de rápida adesão de atletas de todos os níveis. De ano para ano, e não obstante os parcos meios económicos disponíveis, assiste-se a uma vasta participação dos verdadeiros adeptos deste tipo de competições. Trata-se de uma participação quase obrigatória, já nos hábitos de todos, e mesmo o forte calor que normalmente se faz sentir não faz diminuir o entusiasmo de novos e velhos.

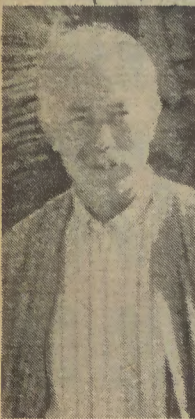
Estamos certos que este ano o panorama será o mesmo, a premiar o esforço dos muitos voluntários que todos os anos trabalham para terem o prazer de assistir a uma das verdadeiras provas populares que se disputam no País.

No fim, e bem vistas as coisas, a Corrida da Festa do «Avante!» é mesmo uma prova de todos para todos!

(Depoimento do Prof. Mário Machado, director da revista «Spiridon» e, até há pouco, também director da revista «Em Forma». Grande impulsor da meia-maratona da Nazaré e de outras provas de estrada após o 25 de Abril - já que estas eram proibidas durante o fascismo.)



Dr. Mário Paiva: «Uma jornada já indispensável»



(Depoimento do Dr. Mário Paiva, licenciado em Organização e Gestão de Empresas, ex-Presidente da Direcção da Associação de Atletismo de Lisboa até 1991, actualmente Presidente da sua Assembleia Geral. Integra o grupo de técnicos que trabalha com o pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa.)

O panorama actual do desporto português tem sido marcado por uma filtragem provocada especialmente por pessoas que, abnegada e apaixonadamente, defendem «a sua dama».

Vive-se um clima de indefinição de processos, o que implica que ao desenvolvimento do fenómeno desportivo estejam sempre qualitativamente ligados os agentes referidos.

O quadro do desporto em Portugal traduz-se assimetricamente, de modalidade para modalidade, como de resto foi visível no desempenho dos nossos atletas nos Jogos Olímpicos de Barcelona-92. Notória, no acontecimento, foi a falta de objectivos de muitos dos nossos representantes, dando a ideia de que a sua presença constituía mais um prémio do que uma postura competitiva e ambiciosa, ao contrário do que resultou da presença de um número significativo de atletas de outros países concorrentes. O facto

parece ser desencadeado por insuficiência de motivação, provavelmente traduzida por um exagerado amadorismo e ausência de «querer», que não foi transmitido ao grupo.

Ora, o atletismo debita no seu património um número avultado de pessoas que, com fidelidade, dedicação e «querer», lhe fornecem uma imagem de vanguarda. O desempenho desses «carolas» enriquece a modalidade que, por esse esforço espontâneo, gere acréscimos qualitativos que, a outros níveis, não são por vezes qualitativamente aproveitados. Como reflexo, o calendário de provas de estrada, com início por volta do mês de Setembro, enquadra um sem-número de provas que, por todo o País, se organizam. Muitas delas, pela expressão que atingem, vão permanecendo ano após ano. A Corrida da Festa do «Avante!» é uma das que, por mérito próprio, se distingue no calendário anual.

Estatisticamente, a competição tem mostrado uma forte atracção popular, o que deixa implícita a sua natureza. Factores de ordem diversa, nomeadamente as suas características de participação aberta a todos, leva-a a angariar um caudal de inscrições e entusiasmo que a valorizam.

O convívio que os chamados «corredores de pelotão», a par de algumas «vedetas», proporcionam, retrata um espectáculo que convida centenas de pessoas a participar e assistir àquela que, para muitos, é já uma jornada indispensável. É de crer que os êxitos dos anos anteriores garantam idêntico sucesso, no próximo dia 6 de Setembro, à 5ª Corrida da Festa do «Avante!».

Pela nossa parte, «faremos força» para que os devotados voluntários que, ano após ano, a organizam consigam ampliar os seus objectivos.

Você também pode participar



Chinquilho em três versões

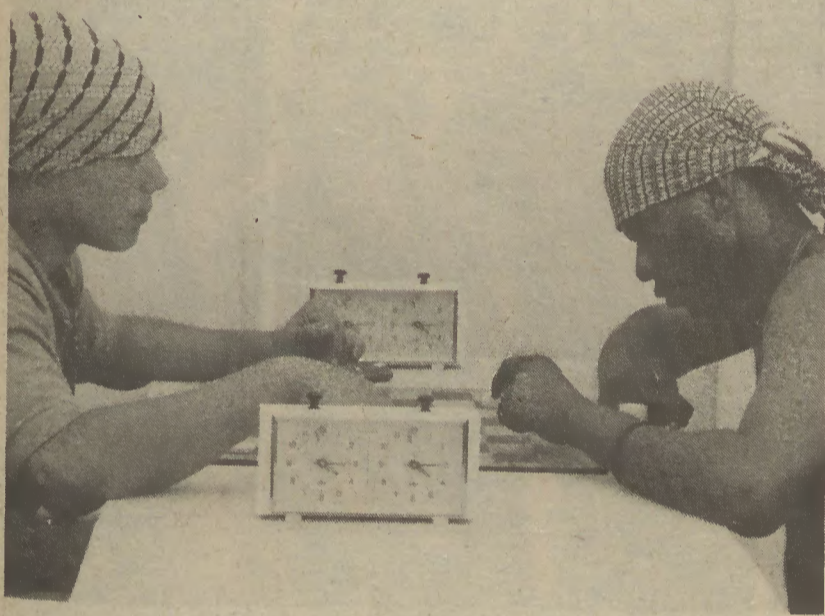
Na Festa vai haver três campos de chinquilho: malha grande, malha pequena e malha corrida. Esta última, com uma pista de vinte metros por vinte centímetros, tem a particularidade de ser praticada, quase exclusivamente, no Baixo Alentejo, onde também é conhecida como conquilha. Os torneios de malha grande já disputados tiveram a participação de uma centena de praticantes, que disputaram o acesso às finais, a realizar durante a Festa. À semelhança de anos anteriores, também os visitantes da Festa vão poder experimentar a sensação de picar a pista ou ver a malha ficar a meio caminho, quando, ao ver os mestres, até não parece difícil marcar pontos à fartazana...

Jogos para todos

Os visitantes da Festa poderão, se o desejarem, participar numa grande variedade de jogos populares que serão organizados ao longo dos três dias. Falamos de tracção à corda (individual e por equipas de três e cinco pessoas), do quadrado de corda, da corrida de sacas e da corrida de arco e gancheta.

Os organizadores recorreram aos jogos populares ou tradicionais, assim chamados porque são normalmente praticados pelo povo e porque as origens de alguns são bem remotas, para responderem ao desejo crescente dos visitantes de participar em actividades desportivas, não se limitando a ser consumidores do desporto-competição ou desporto-espectáculo, mas querendo, também eles, fazer parte da competição e do espectáculo. É sem dúvida uma ideia meritória que atrairá muitas pessoas de todas as idades.

Para participar basta chegar ao local e inscrever-se. Vá e divirta-se, não precisa de ser um campeão, mas talvez, quem sabe, tenha sorte e ganhe um troféu.



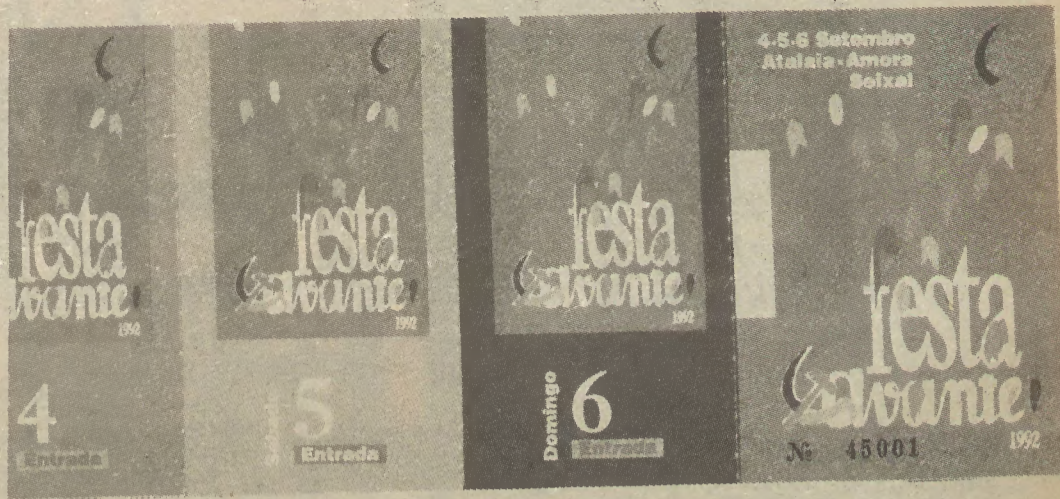
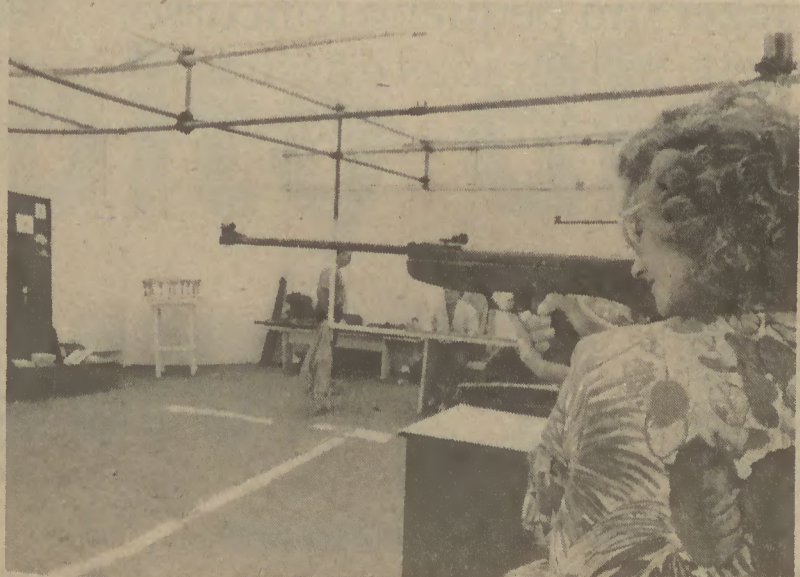
O jogo das damas

Presentes nos cafés dos bairros mais populares das grandes urbes e nas tabernas das pequenas aldeias, jogadas por gente de todas as classes e camadas sociais, as damas são também um bom motivo para bons momentos de convívio e de saudável competição na Festa do «Avante!». Este ano, o mestre Medalha da Silva vai jogar uma simultânea com quem achar que lhe pode fazer frente. Ainda no pavilhão das damas vai ter lugar um torneio.

Tiro na mouche!

Vinte equipas foram apuradas para as finais dos três torneios de tiro que têm lugar na Festa. As equipas são femininas, masculinas ou mistas, e todas integram exímios mestres da arte de atirar o dardo, com uma pequena espingarda de pressão, a um alvo colocado a sete metros e que é constituído por dez círculos.

Quando acerta mesmo no centro atinge a pontuação máxima e ganha o direito de se gabar que acertou na mouche. Para os mestres, não é um feito raro. Para o comum de nós, é obra.



O sorteio é já
no dia 30 de Agosto

É agora ou... depois!

Já aqui dissemos que o produto da venda da Entrada Permanente é a única fonte de receita própria de que o Partido dispõe para assegurar a realização desta grande iniciativa política e cultural. A venda antecipada da EP é, antes de mais, um verdadeiro seguro de vida da Festa e um importante meio de financiamento das despesas necessárias à preparação de tudo o que se vai passar nos dias 4, 5 e 6 de Setembro.

Só por isto, já se podia perguntar: ainda não comprou a sua EP? Mas, verdade seja dita, há mais uma razão (sobretudo para aqueles que até já incluem a Festa na sua agenda pessoal e familiar, e que nenhum imprevisto vai impedir de estarem na Quinta da Atalaia): é que no dia 30 de Agosto são sorteados pelos números das EPs já vendidas os prémios que aqui anunciamos e aos quais não queremos que deixe de ficar habilitado. Por isso, deixamos o alerta: compre já a sua EP!

É que, se não comprar agora, só pode comprar depois do sorteio... Recordamos que a EP custa 1300 escudos e dá direito aos mais longos 3 dias da maior festa que se faz no País. Só.

SECTORES	0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%	110%	120%	130%
AÇORES											100			
AVEIRO									87.5					
BEJA		22.4												
BRAGA			30											
BRAGANÇA					53									
COIMBRA					53.5									
CASTELO BRANCO					46									
ÉVORA		25.6												
FARO						55.6								
GUARDA				43.2										
LEIRIA				42										
LISBOA				37										
MADEIRA											100			
PORTALEGRE		26												
PORTO						67.5								
SANTARÉM			33.4											
SETÚBAL					59.3									
VIANA DO CASTELO				32.5										
VILA REAL								79						
UIXEU													132	
EMIGRAÇÃO		21												
MULHERES			33.9											
JCP			26.3											
CÉLULA FESTA				36										
S. SINDICAL					40									
«O MILITANTE»								75						

Este é o ponto da situação, no início desta semana, no que respeita ao cumprimento pelas diversas organizações das metas de venda de EPs que definiram

Em que ano foi?



Construir a Festa!

Rebuscámos no nosso arquivo fotográfico e descobrimos esta imagem. Mudariam as roupas, mudariam seguramente as caras, mas esta fotografia poderia ter sido feita no último fim de semana na Atalaia. A vontade é a mesma. Mas resolvemos fazer um pequeno concurso: temos 10 serigrafias da Festa do «Avante!», numeradas e assinadas, para oferecer aos primeiros dez leitores que nos escrevam a dizer em que ano foi tirada esta fotografia!

As respostas devem ser enviadas para

Redacção do «Avante!»
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1
1699 LISBOA CODEX

E só faltam duas semanas para a Festa!